

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

HENRIQUE MELATI PACHECO

**AS CORES DA DEVOÇÃO: UM TRABALHO HISTÓRICO RELACIONAL
COM AS IRMANDADES LEIGAS DA VILA DE CACHOEIRA (DO SUL – RS,
SÉC XIX)**

SÃO LEOPOLDO

2022

HENRIQUE MELATI PACHECO

AS CORES DA DEVOÇÃO: UM TRABALHO HISTÓRICO RELACIONAL COM
AS IRMANDADES LEIGAS DA VILA DA CACHOEIRA (DO SUL – RS, SÉC XIX)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS).

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Camila Silva - IFRS

Prof. Dr. Marcello Felisberto Morais de Assunção - UFRGS

Profa. Dr. Melina Klein Perussatto - UFRGS

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (orientador) - UNISINOS

P116

Pacheco, Henrique Melati.

As cores da devoção : um trabalho histórico relacional com as irmandades leigas da Vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX) / Henrique Melati Pacheco. – 2022.

103 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Cachoeira do Sul. 2. Estudos críticos da branquitude. 3. Irmandades leigas. 4. Acervos documentais. 5. Relações raciais. I. Título.

CDU 981(=96)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ, pelo financiamento desta dissertação. Em meio à precarização da vida e das ciências, foi um grande privilégio poder manter o mínimo de dignidade material trabalhando com pesquisa nos últimos dois anos.

Agradeço à UNISINOS e ao seu PPGH, que me permitiram desenvolver a dissertação com autonomia e confiaram no meu trabalho.

Agradeço ao meu orientador, o professor Paulo R. S. Moreira, pela parceria de anos. Às professoras Camila Silva, Melina Perussatto, e ao professor Marcello F. M. de Assunção, por aceitarem fazer parte da banca desta dissertação. Também ao grupo de pesquisa que se reuniu em torno da investigação de irmandades leigas: as historiadoras Camille, Marina, Giovanna, Isabela, Mônica, os historiadores Matheus, Lucas, e muitos/as outros/as.

Agradeço à minha família que me apoiou em cada passo. Meus amigos e amigas que estiveram sempre comigo.

Obrigado!

Uma das dignidades, e das maiores, dessa ciência humana denominada história consiste em abordar por privilégio, nos atos e nas instituições dos homens, a imensa região do sonambulismo, o quase-tudo que não é a pura vigília, a acidez estéril silenciosa da própria questão, o quase-nada.

Jacques Derrida.

ABREVIATURAS

AHMCS – Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

ECB – Estudos Críticos da Branquitude

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

IMAGENS, QUADROS E GRÁFICOS

Imagem 1 – Imagem de N. Sra. do Rosário de Cachoeira do Sul	23
Quadro 1 – Acervo das Irmandades (AHMCS)	62
Gráfico 1 – Receitas da Irmandade do Rosário da Cachoeira (1834/1875)	64
Quadro 2 – Despesas da Irmandade do Rosário da Cachoeira (1835 a 1875)	64
Quadro 3 – Resoluções tomadas pela Mesa do S.S. e N. Sra. da Conceição	79
Quadro 4 – Resoluções tomadas pela Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos	80

RESUMO

Este texto apresenta o resultado de uma investigação histórica feita com os manuscritos e outras documentações avulsas, que compõem atualmente o “acervo das irmandades”, uma seção documental do Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (AHMCS). O projeto partiu da constatação da ausência de estudos históricos, centrados em localidades e períodos específicos, interessados em investigações sobre as irmandades leigas em uma perspectiva relacional, abrangendo as irmandades das elites locais, bem como as irmandades negras. A ideia de uma relacionalidade social forneceu unidade à pesquisa e narrativa, que, pela via da analiticidade das relações de raça, sexo e classe, buscou reconstituir a realidade social. O projeto foi mobilizado pela seguinte questão: por que somente as irmandades negras têm cor, nos documentos e na historiografia? Como resultados, refletimos sobre a ausência de cor (ou a presença de identidades racializadas) nos documentos históricos produzidos pelas irmandades leigas de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX), e também sobre os pactos narcísicos da branquitude historiográfica acadêmica brasileira, que dificilmente colocou a branquitude em questão em seus trabalhos. Contribuindo na aproximação da história social das irmandades leigas aos estudos pós-coloniais, ao campo do pós-abolição e aos estudos críticos da branquitude.

Palavras-chave: irmandades leigas, Cachoeira do Sul, acervos documentais, relações raciais, estudos críticos da branquitude.

ABSTRACT

This text presents the result of a historical investigation done with manuscripts and other separate documentation, which currently is part of the “brotherhood collection”, a documental section of the Municipal Historical Archive of Cachoeira do Sul (AHMCS). The project is a result of the lack of historical studies, focused on specific locations and periods, interested in investigations about catholic brotherhoods in a relational perspective, covering brotherhoods of local elites, as well as black brotherhoods. The idea of a social relationality gave unity to research and narrative, which, through the analyticity of race, sex and class relations, attempt to reconstitute social reality. The project was mobilized by the following question: why do just black brotherhoods have color, in documents and in historiography? As results, we reflect on the absence of color (or the presence of racialized identities) in the historical documents produced by the catholic brotherhoods of Cachoeira (do Sul – RS, 19th century), and also on the narcissistic pacts of Brazilian academic historiographical whiteness, which hardly put whiteness in question in their works. Contributing to the approximation of the social history of catholic brotherhoods to post-colonial studies, to field of post-abolition and critical whiteness studies.

Keywords: catholic brotherhoods, Cachoeira do Sul, documental collection, racial relations, critical whiteness studies.

SUMÁRIO

1. Introdução à história do projeto	11
Ponciá historiadora.	19
2. Capítulo: Revisitando os estudos históricos sobre as irmandades leigas	22
História social e irmandades leigas I (1960 – 1980)	25
História social e irmandades leigas II (1990 – atualmente).	31
Caminhando com as irmandades leigas	41
3. Capítulo: A escritura e os arquivos das irmandades leigas da Vila da Cachoeira: trabalhando com o acervo das irmandades do AHMCS	43
A história assombrada, Amada e Santa Josefa	44
O arquivo e os estudos históricos sobre as irmandades leigas	52
Os <i>arquivos</i> de irmandades leigas	57
O acervo das irmandades leigas da Vila da Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX) ..	61
4. Capítulo: As cores das devoções: as cores, os lugares sociais e os nomes inscritos em Livros de Actas das Irmandades Conjunctas do Santissimo Sacramento e N. Sra. da Conceição – Padroeira e da Irmandade de N. Sr. do Rozario dos Pretos de Cachoeira	68
O policial e o professor Henrique: a relacionalidade social	70
Os Livros de Actas das irmandades leigas da Vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX)	75
Uma análise relacional para os livros de actas de irmandades leigas: grau zero, cores e os silêncios da devoção	82
5. Considerações finais	88
Fontes	90
Referências Bibliográficas	91

1. Introdução à história do projeto

Em introduções de textos de história, normalmente encontramos historiadores e historiadoras escrevendo o “eu”. Nas primeiras páginas de textos da historiografia, aparecem os rostos de autores e autoras, os gestos iniciais e rotineiros de pesquisa e produção, os contextos em que os/as autores/as atuaram, e a forma como lidaram com o desenvolvimento de um problema de investigação histórica. Ao escrever o “eu”, porém, sabemos que é impossível a plena reconstituição da história de alguém que decidiu trabalhar com a história em algum momento da vida. Estudar a “história” sob o ponto de vista de um “eu” é implicar-se contemporaneamente com a cena do passado, dando-lhes novos sentidos, retrospectivamente.

Qual a história do teu projeto de pesquisa? “Eu” respondo de forma invariavelmente situacional; se estou em uma sala de aula, no cinema, no bar, em uma Igreja, na frente do computador, em uma reunião. Como escreveu a filósofa Judith Butler, “estórias” sobre a minha vida, “eu conto de diversas maneiras, e nem sempre elas são consistentes uma com a outra” (BUTLER, 2015, p. 53). Ao falar de mim, um jovem historiador branco interessado na história social da branquitude e das irmandades leigas, “eu” ofereço um relato situado, sitiado e contingente. Mas, sempre responsável. Pois, “mesmo que o meu corpo tenha uma ‘história da qual não posso ter recordações’, minha inscrição em um *socius* ‘define o modo’ como sou constituído na ‘relacionalidade’” (BUTLER, 2015, p. 55).¹

Ao dizer o “eu”, podemos lembrar o que escreveu bell hooks (2019, p. 283):

tenho tentado mudar a maneira como falo e escrevo, imprimir um sentido de localização na minha maneira de falar, não apenas de quem eu sou no presente, mas de onde eu venho, das múltiplas vozes que existem dentro de mim. [...] à luta pessoal para dar nome àquele local a partir do qual minha voz se desenvolve – o espaço da minha teorização.

¹ A relacionalidade social que nos constitui, justamente, foi o que motivou e deu o “nó” para essa pesquisa. Trabalhamos com os documentos e arquivos, o acervo das irmandades (AHMCS), como pistas e sinais qualificados, que, em suas presenças espectrais podem quase-guiar o/a historiador/a pela mão. Ao ler os documentos e papéis antigos das irmandades leigas oitocentistas de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX), nós construímos conhecimento sobre o uso histórico das cores e raças, em um exercício relacional, que relembra a produção de uma “episteme negra”, como chamou o historiador e sociólogo Lorenço Cardoso (2018). O que envolve questionar a produção da história e da “não história” brasileira. As mil e uma formas de exclusão de outros passados, chamando-os de “folclore”, por exemplo. A relação lida de social evoca também reflexões sobre o racismo estrutural, que nos faz pensar que funcionamos como efeito de um discurso outro, desvela os moldes e as matrizes do “Eu” feitos por outro, europeu, masculino e branco. No caso do Brasil do século XIX, católico e escravista, sobretudo, que naturaliza as noções de raça, cidadania, política, sexo, respeito, família, corpos etc. (SILVA, 2018), (DE LIBERA, 2016).

O vínculo social e o espaço de autonomia relativa de vozes em movimento. Em meio a relações emaranhadas, formadoras de infindáveis “nós”, como escreveu bell hooks, ao contar o “eu” me perco e falo em “nós”. “Nós” feitos em tecidos sociais, que exigem vínculos, materializados em heranças, gerações, tradições, fantasmas etc. Neste texto de história, por exemplo, assumo o “nós” ao escrever falando junto das pessoas e dos acontecimentos que permitiram o desenvolvimento da minha dissertação de história. Ainda assim, como falar o “eu”? Em um texto de história, como perscrutar outras vidas, como enlaçar os “nós”, que nos constituem e nos amarram?

Já no ato de nascer somos apresentados a certos gestos com o futuro e a anterioridade. Antes mesmo do nascimento corporal, o nascimento de um nome próprio, a existência material primitiva, como palavra e som, nascimento acústico, significante. Algo como uma dívida e uma aposta realizada no âmbito do coletivo/social. Um nascimento que exige a precedência de outros, de meus pais, no meu caso, que nasceram no Brasil da década de 1960, passaram a infância e a adolescência durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Logo, os “nós” das relações ultrapassam o âmbito do familiar, entram em outras avenidas do social. Ao falar de mim, recordo da minha infância no final da década de 1990, período de surgimento das novas sociabilidades virtuais, de *smartphones* aos computadores com internet. Ao falar o “eu” falo da minha geração, que viu surgir, na política brasileira, movimentos de igualdade e equidade social, iniciados no período constituinte da década de 1980.

Na educação do Brasil, durante meus primeiros anos de aprendizagem, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 incorporaram como ensino obrigatório dos currículos escolares o estudo das culturas e da história africana, afro-americana e indígena, tornando presente, em minha formação escolar, a história africana e indígena do Brasil. A comemoração do dia da consciência negra, que iniciou no ensino brasileiro em 2003, também fez parte do meu cotidiano escolar. Efeméride que guarda o dia 20 de novembro para recordar a data da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, em 1695, data que se tornou oficial mediante a lei nº 12 519, de 10 de novembro de 2011.²

Outro marco foi a Lei nº 12.711/2012, que instituiu o sistema de cotas raciais no ensino superior, seguida da mesma lei referente ao funcionalismo público, além de outros programas sociais de incentivo ao ensino superior, que possibilitaram um movimento de abertura das universidades públicas e privadas brasileiras.

² A proposta de guardar o dia 20 de novembro como contraponto das comemorações do 13 de maio, partiram do Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971. Ver: CAMPOS (2006).

Retrospectivamente, e posicionando-me politicamente no presente, me valendo de um tanto de ilusão (auto)biográfica, percebo como foi importante para minha trajetória (e para consolidação da problemática desta dissertação) a formação em uma escola pública brasileira do início do séc. XXI. Um espaço democrático e transformador.

Entre 2000 e 2014, eu estudei em escolas públicas municipais, estaduais e federais. Ingressei no curso de Licenciatura em História da Unisinos em 2014, um mês depois me tornei pai da Helena, evento que marcou minha vivência enquanto historiador e pessoa. Em 2017, após alguns anos de trabalho nas áreas do comércio e educação, iniciei meu trajeto de pesquisa como bolsista (IC) graduando de iniciação científica de história (UNIBIC/UNISINOS), orientado pelo Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir.

“O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é essa profissão?” (CERTEAU, 2011, p. 46). No projeto “Os Santos Homens da Companhia de Jesus: escrita da história e relatos biográficos na obra do Padre Carlos Teschauer”, coordenado pelo Prof. Cláudio P. Elmir, eu aprendi a questionar o que possibilita algo assim como um/a historiador/a, e uma disciplina chamada história. Da primeira experiência que tive com a história da historiografia, ficaram as perguntas: qual é o corpo de quem “faz” história no Brasil? Qual é o lugar de produção, matriz também dos corpos, quais são as espacialidades e as divisões, intersecções de trabalho, raça, sexo e classe, que determinam a inserção e divulgação do conhecimento “histórico”?³

É fácil concordarmos que a história que se produz no Brasil contemporâneo é muito diferente daquela que se produziu na Grécia antiga, ou na França do século XX. Enquanto disciplina e conceito, “História” surgiu em meados do século XVIII, na Europa, ligada ao fortalecimento dos Estados-Nações. Diferente da memória e do passado, portanto, a disciplina história é uma construção cultural localizada, geradora de artefatos literários e explicações meio-científicas (WHITE, 1991), (KOSSELECK, 2006).⁴

³ No projeto sobre a historiografia de Pe. Carlos Teschauer, partimos da constatação de que, no Brasil, os “primeiros cursos superiores de História” surgiram apenas na década de 1930 (ELMIR, 2016, p. 832). E, no Rio Grande do Sul, “a criação destes cursos é localizada apenas na década seguinte”, em 1940 (ELMIR, 2016, p. 832). Então, levando em consideração a inexistência de cursos superiores de história no século XIX, pensando na trajetória do Pe. Jesuíta Carlos Teschauer (1851-1932), imigrante alemão e historiador sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), nós questionamos a existência de uma cultura e/ou um saber historiográfico consolidado e/ou institucionalizado no RS do início do século XX. Ver: ELMIR (2018), MARTINS (2020).

⁴ A disciplina da história emergiu no Brasil e nas Américas durante o século XVIII e XIX, junto do surgimento de Estados-Nações Latino-americanos. Ver: PADILLA (2008). Sobre a disciplinarização da história no Brasil, ver, entre outros: CEZAR (2018) e NICODEMO; DOS SANTOS; PEREIRA (2018).

De acordo com o historiador Jacques Le Goff (2013, p. 11), o conceito história detêm raízes no conceito indo-europeu de *wid – weid*, ver. A história, portanto, começou como um relato, a narração daquele que pode dizer: “eu vi, senti” – o testemunho permanente do escrito, em oposição a imediatez da memória e do ato falado. E, “esse aspecto da história-relato, da história-testemunho”, de acordo com Le Goff (2013, p. 11), “jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica”. O que se reflete nas palavras do historiador Ivan Jablonka (2018, p. 15):

la memoria siempre ha remitido a algo más importante que ella, a la voluntad de entender, esto es, a la historia. Entonces, siempre he establecido una suerte de nexo jerárquico entre la historia y la memoria. Porque para mí lo más importante es la historia. Es el hecho de comprender, de plantear preguntas, de interrogarse sobre el pasado y entender qué ocurrió, qué nos ocurrió. [...] La memoria es algo importante, dinámico. Pero la memoria no es nada sin la historia.

Ivan Jablonka defende, contra a plasticidade do uso memorial do passado, a racionalidade historiadora, em tudo superior a memória registradora dos traços que compõe os arquivos. A racionalidade historiadora moderna ocidental, entretanto, não continua a máquina de escrever passados “não-ocidentais”? A lógica da razão histórica. A profissão do/a historiador/a ocidental, ao manter-se como uma herança antiga do pensamento greco-romano, não continua o ato classificador, descritor, organizador do mundo, e criador de outros mundos, de “Outros”, “bárbaros”, “não-ocidentais” e “incivilizados”?⁵ Neste trabalho, é a relação é que situa a razão. Isto, pois, um estudo histórico relacional pode assumir um compromisso com as relações de produções e

⁵ De acordo com o historiador Sanjay Seth (2013, p. 177), “uma estratégia para problematizar a Razão” da história é “demonstrar as contingências e as exclusões adotadas na sua criação”. E, cabe mencionar como, no período moderno e contemporâneo, a produção da disciplina histórica está conectada a alguns “fenômenos – a emergência do Estado-Nação moderno, o progresso, a separação clara entre o passado e o presente, a racionalidade científica – e não a outros, tais como a magia e os deuses, contra os quais ela foi de fato definida” (SETH, 2013, p. 177). Assim, categorias criadas na Europa de séculos passados se mantêm como contemporâneas no pensamento universitário e intelectual global, enquanto as categorias não ocidentais ainda em voga são consideradas como arcaicas pelo pensamento acadêmico moderno. Nos cursos superiores das universidades brasileiras, por exemplo, fala-se tranquilamente em comunidades científicas, como se diz desde a Europa moderna, mas estranha-se falar em quilombismo, como vivenciado no Brasil colonial e contemporâneo (GOMES, 2015), (CARNEIRO, 2020). Como escreveu o historiador Dipesh Chakrabarty (2008, p. 30), no coração da história europeia ocidental, está a negação da contemporaneidade que faz com que a consciência histórica se modele conforme os “principais acontecimentos da humanidade”, tais como o surgimento da revolução industrial, o capitalismo, as revoluções, etc., que ocorreram “primeiro” e “sempre” na Europa. “Primeiro na Europa, depois no mundo” entou o historicismo constituidor da disciplina científica da história ocidental (CHAKRABARTY, 2008, p. 30). Como escreveu o filósofo Édouard Glissant (2010): “la Historia es un fantasma occidental de fuerte presencia, contemporáneo del tiempo en que Occidente era el único que ‘hacía’ la historia del mundo” (2010, p. 126). O que não é um impedimento, mas um convite para reflexões sobre a profissão, a disciplinarização e a implicação contemporânea da história.

traços do passado, rejeitando enquadrar experiências sociais passadas como “objeto” de um inquérito científico imparcial. Um estudo relacional em história não utiliza estórias somente como objetos e resultados de uma pesquisa, respeitando as racionalidades e impedindo suas clausuras em modelos de explicação técnico-científicos e disciplinares.

As reflexões sobre o que “faz” o/a historiador/a, como aquela que propôs Michel de Certeau (2017), por fim, desvelam a importância dos lugares sociais de historiadores e historiadoras. Afinal, a história, como uma disciplina contingente, têm em sua feitura a marca das perguntas: quem me fala e de onde eu sou falado? Qual a qualidade do que eu falo e escrevo? “Eu falo em nome de quê? De uma função? De um saber? De uma experiência? O que é que represento? Uma capacidade científica? Uma instituição? Um serviço?” (BARTHES, 2012, p. 398). Se eu falo a partir de um lugar social, porém, como escreveu o semiólogo Roland Barthes (2012), nunca estou, ao menos não antes da minha morte, em meu último lugar. O que indica a importância de “proteger a instabilidade e, por assim dizer, a vertigem dos lugares de fala” (BARTHES, 2012, p. 401).⁶ Lugares sociais de poder e saber, privilégios e preconceitos, inteligência e fala.

A historiadora Ana C. Barbosa (2018) já escreveu apontando a falta de uma leitura da colonialidade no conceito de lugar social do/a historiador/a. Pois, apesar de problematizar a instituição da história, o “lugar social” não abrange o “*a priori* epistêmico” (feito de supremacias raciais, geográficas e intelectuais e condições político-econômicas) que regula a produção dos conhecimentos nas universidades ocidentais. Realizando o exercício de pular para as referências bibliográficas dos textos fundantes dos campos de pesquisa da disciplina de história no Brasil, por exemplo, quais autores/as estão lá? Podemos encontrar autores e autoras negras entre os principais suportes teóricos dos trabalhos de história? Podemos encontrar autores e autoras latino-americanas? Não citamos E. P. Thompson, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, “Koselleck, Hartog, Rüsen, Hayden White, Paul Veyne, Frank Ankersmit, Paul Ricoeur, Michel de Certeau, o próprio Foucault, Chris Lorenz, dentre outros, por conhecerem a realidade brasileira como ninguém! Então, por que os citamos?” (BARBOSA, 2018, p. 91).

⁶ O psicanalista Pedro Ambra (2019, p. 96) escreveu, em diálogo com a obra da intelectual brasileira Lélia Gonzalez (2020), que, “além do que se fala, deve-se sempre estar atento a de onde se fala e, principalmente, de onde somos falados”. E, Lélia Gonzalez “é ainda mais radicalmente psicanalítica nesse ponto [...], pois a fala deve ser tomada não em seu conteúdo e transparência, nem como ferramenta de ocupação de espaço, mas, sobretudo, a partir de seus deslizos e falhas” (AMBRA, 2019, p. 96). O que falha? O que fala? O que claudica? Lélia Gonzalez (2020), no texto “racismo e sexismo na cultura brasileira”, por exemplo, lembrou, ao analisar a presença ausente da raça e do sexo no cânone textual da cultura brasileira, o ensino de Jacques Lacan, ao pontuar que nossos atos falhos são bem sucedidos, e que as palavras que tropeçam são as que confessam. Ver também: RATTS; RIOS (2010).

Discutir o *a priori* epistêmico da instituição historiográfica brasileira, de acordo com a historiadora Ana C. Barbosa (2018), exige um repensar sobre a geopolítica da produção do conhecimento ocidental, o que significa “trazer para o domínio da Teoria da História um debate que há décadas tem sido desenvolvido no campo das teorias sociais” (BARBOSA, 2018, p. 90). A cientista social Raewyn Connell (2012, p. 12), por exemplo, definiu a Teoria como o trabalho intelectual produzido pelo centro global, o que evoca uma série de reflexões sobre a divisão social/sexual/racial do trabalho, a produção e consumo do conhecimento e as hierarquias sociais de sexo, raça e classe presentes nos espaços de saber ocidentalizados. Ao refletir sobre o “eu” na escrita história, portanto, podemos pensar nos contornos geopolíticos da produção e classificação dos conhecimentos produzidos pela história brasileira contemporânea. Uma análise do “eu” que nos desassemelhe e nos faça perceber que seguimos alguns modos de dependência colonial do conhecimento, antes de tudo, “por hábito” (BARBOSA, 2018, p. 91). O que não significa deixar de ler importantes autores/as estrangeiros/as, mas incorporar, na medida do possível, outras vozes na escrita da história. Assim, neste trabalho, Conceição Evaristo, Toni Morrison, Jeferson Tenório, nos acompanham como teóricas/os da história.

Em janeiro de 2017, em um movimento empresarial de demissão de funcionários, o Prof. Cláudio Pereira Elmir foi abruptamente demitido pela Unisinos. Pouco tempo depois, em março de 2017, meu trabalho foi acolhido no projeto de pesquisa “Sob as bênçãos do Rosário e São Benedito: Identidades, Sociabilidades e as Artes da Resistência. As irmandades de Pretos de São Leopoldo e Cachoeira”, orientado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.⁷ No projeto do Prof. Paulo Moreira, eu me aproximei da história social da escravidão, do pós-emancipação/abolição e da liberdade, além da história das irmandades leigas e das relações e hierarquias raciais, de sexo e classe. De março de 2017 até dezembro de 2019, durante minha atuação como bolsista

⁷ O objetivo mais amplo do projeto “Sob as bênçãos do Rosário e São Benedito...” é a publicação dos livros da Irmandade negra de Cachoeira em edições fac-símiles, de transcrições paleográficas integrais, preparadas em consulta com as fontes primárias originais. Pensamos na ampliação do público que terá acesso ao conhecimento produzido pelas irmandades negras brasileiras oitocentistas. O primeiro passo metodológico adotado foi a transcrição paleográfica, pensando na preservação dos códices originais. A transcrição paleográfica, depois de feita e revisada, retornará ao arquivo que custodiava o documento original, assim preservando-o, sem que a pesquisa de seu conteúdo seja impedida. O primeiro volume de transcrições dos documentos do acervo da irmandade negra de Cachoeira já foi publicado em forma de livro físico e e-book gratuito. Ver: PACHECO; HAACK; MOREIRA (2020). Em 2021, em conjunto com o Prof. Paulo Moreira e as historiadoras Giovana de Oliveira Silva, Isabela Marini Horst e Mônica Yumi Makiyama, eu trabalhei na revisão documental dos Livros 2º e 3º de Receita e Despesa da Irmandade de N. S. do Rosário desta Vila de Cachoeira [1834/1863], transcrito pela historiadora Camille Chies Baldasso e por mim, entre 2017 e 2018.

de iniciação científica graduando, eu realizei atividades de pesquisa que se direcionaram para a investigação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Pretos de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX). Logo após entrar no grupo de pesquisa, o Prof. Paulo Moreira me incumbiu da tarefa de transcrever o “Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira”, documento de 89 folhas (frente e verso), integrante do acervo das irmandades.⁸ O que encaminhou meu trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História (PACHECO, 2020).

Ao longo da pesquisa com o acervo da irmandade do Rosário dos Pretos de Cachoeira, ainda na graduação, me chamava à atenção o fato de que os livros da irmandade se encontravam em um acervo com outros livros, de outras irmandades leigas da Vila de Cachoeira. E, em novembro de 2019, conversando com o prof. Paulo Moreira, pude encerrar minhas atividades como bolsista graduando com uma nova tarefa: a transcrição paleográfica integral do “Livro de Atas da Irmandade conjunta do S.S e N. Sra. da Conceição – Padroeira da Vila da Cachoeira” [1856/1871] (89 folhas, frente e verso), manuscrito oitocentista atualmente preservado no mesmo lugar de memória dos manuscritos da Irmandade Negra de Cachoeira, no AHMCS. Experiência empírica que possibilitou meu atual projeto de pesquisa, que visa uma análise histórica relacional (ou comparativa) entre a Irmandade negra de Cachoeira e as Irmandades brancas conjuntas do S. S. e N. Sra. da Conceição – Padroeira da Vila de Cachoeira.

Como o historiador Caio C. Boschi (2013, p. 7) destacou, “são raros, na atual historiografia brasileira, os estudos dedicados às associações laicas de brancos”, existindo maior concentração de trabalhos sobre as irmandades leigas criadas e geridas pelas comunidades negras, pardas ou mulatas. O historiador Anderson J. M. de Oliveira (2013, p. 7) também já escreveu que é “importante avançar em termos de estudos comparativos entre as irmandades de negros e brancos”. Abordagens históricas relacionais fornecem “maior atenção aos estudos sobre as irmandades dos brancos”, mas igualmente “novas perspectivas para a análise das irmandades dos homens de cor” (OLIVEIRA, 2013, p. 7). A carência de estudos históricos sobre as irmandades brancas e negras, em relação, e meu interesse pelos estudos críticos da branquitude, mobilizaram

⁸ Com auxílio do meu orientador, eu pude me inteirar na técnica da transcrição paleográfica. Em 2017, participei da revisão dos documentos transcritos que integram a coleção Varela. Publicados em: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (2021). Ver, sobre a Coleção Varela: SILVA (2019). A transcrição paleográfica integral do Livro de Entrada de Irmãos Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia da Cachoeira (1812/1846) foi publicada em: (PACHECO; HAACK; MOREIRA, 2020, p. 95-176.). Ver também: PACHECO (2020).

o meu projeto de dissertação, incentivado pelas perguntas: por que somente as irmandades negras “têm cor”, nos documentos e na historiografia? O que singularizaria e aproximaria as formas de atuação de irmandades leigas (destinadas aos pretos ou não) em um mesmo contexto histórico?

Mas, afinal, o que é um estudo histórico relacional? Edoard Glissant (2021), no livro *a poética da relação*, escreveu que o pensamento da relação se contrapõe ao pensamento da identidade, a relação “re-lança”, na dinâmica da tensão, na dialética do confronto, o que não se resolve, expõe a presença permanentemente aberta da teoria, que é “ausência, obscura e profunda” (GLISSANT, 2021, p. 159). Contra a totalidade do pensamento histórico euro-centrado, a relação trabalha com o “mesmo” e o “outro”, em uma perspectiva histórica e estrutural. No âmbito da história produzida no Brasil, como questionou o historiador e sociólogo Lourenço Cardoso (2018): por que o branco pensa o “Outro” e não o “Mesmo”? Preso no espelho sem reflexo – símbolo de seu estado identitário, branco e vampiresco. Por que o branco não pensa em si? Fechado com a sua condição narcísica, a imagem que reflete o pacto de silêncio no rio de alguma História da mesmidade branca. Que quer dizer contar uma história da identidade branca no Brasil? Como fica o sujeito acadêmico branco ante a rebeldia do seu objeto de estudo, de desejo e ódio, o negro e a negra brasileira? (CARDOSO, 2018). Sobre posições, relações e co-implicações, um trabalho relacional se vincula ao comparativo, mas também aos métodos e técnicas de análise de dados. Um estudo relacional convida os traços, restos de experiências passadas para produzir conhecimento.

Nos últimos dois anos, a história do meu projeto de pesquisa se tornou a história escrita da fundamentação de um inquérito. Por que somente as irmandades negras têm cor, nos documentos e na historiografia? Refletindo sobre os estudos históricos sobre as irmandades leigas, podemos pensar na história da historiografia e no desassossego da branquitude historiográfica, nas formas de objetificação e disciplinarização de passados confrariais (ver cap. II). No capítulo III: “A escritura e os arquivos das irmandades leigas da Vila de Cachoeira: trabalhando com o acervo das irmandades leigas do AHMCS”, nos preocupamos com o estatuto dos arquivos e a produção e escrituração da documentação que acessamos no acervo das irmandades. Outras respostas, contudo, encontramos ao analisarmos empiricamente as documentações oitocentistas produzidas pelas irmandades leigas da Vila de Cachoeira (do sul – RS, séc. XIX) (cap. IV).

No que segue, o texto da dissertação estará dividido nesta e mais três partes. Na segunda parte: capítulo II, apresentamos “uma revisita os estudos históricos sobre as

irmandades leigas”, em que realizamos uma revisão bibliográfica, na mesma medida em que fundamentamos e apresentamos nossa forma de abordagem (relacional) à temática das irmandades leigas. No capítulo III: “A escritura e os arquivos das irmandades leigas da Vila de Cachoeira: trabalhando com o acervo das irmandades leigas do AHMCS”, nos preocupamos com o estatuto dos arquivos e a produção e escrituração da documentação que acessamos no acervo das irmandades. No capítulo IV, “as cores das devoções: as cores, os lugares e os nomes inscritos em Livros de Actas das Irmandades Conjunctas do Santissimo Sacramento e N. Sra. da Conceição – Padroeira e da Irmandade de N. Sr. do Rozario dos Pretos de Cachoeira”, apresentamos um estudo empírico relacional, utilizando como materiais de análise os “Livros de Actas” das irmandades leigas de Cachoeira. Fechamos a dissertação discutindo nosso percurso de pesquisa e as possíveis contribuições de nosso estudo para o campo da história social, especialmente à temática das irmandades leigas, aproximando-a aos estudos históricos dos pós-abolição e dos estudos críticos da branquitude.

Ponciá historiadora

Ponciá sabia dessas histórias e de outras ainda, mas ouvia tudo, como se fosse pela primeira vez. Bebia os detalhes remendando cuidadosamente o tecido roto de um passado, como alguém que precisasse recuperar a primeira veste, para nunca mais se sentir desamparadamente nua (EVARISTO, 2017, p. 55).

Ponciá historiadora. Escrito pela literata Conceição Evaristo (2017), “Ponciá Vicêncio” é um convite para que o/a leitor/a embarque no trem que sai da Vila Vicêncio que une Ponciá, Lupandi, e Maria Vicêncio.

Em certa altura da história, Lupandi Vicêncio, pouco mais de um mês depois de ter saído da Vila Vicêncio, lugar em que cresceu com sua família, foi com o seu amigo soldado Nestor até uma exposição no salão de um clube da cidade. Eram peças de barro de arte popular, e, quando Lupandi soube da exposição que ia ver, “a saudade da mãe e da irmã, que estava guardada em seu peito, pulou inesperada e tão violenta, que os olhos dele molharam-se, fazendo com que ele os limpasse, com medo de que o amigo percebesse” (EVARISTO, 2017, p. 88).

Na exposição, Lupandi

se apoderou carinhosamente de uma canequinha de barro e com a voz embargada, quase em choro, gritava é minha, é minha. E, feito criança, bulia

em tudo chamando pela mãe e por Ponciá, desconhecendo as recomendações sussurradas pelo Soldado Nestor, que lhe tomava os trabalhos tentando recompor a exposição. E, sem que Lupandi pedisse, o amigo também emocionado pegou o cartãozinho branco que estava ao lado dos objetos e leu “Autores: Maria Vicêncio e filha Ponciá Vicêncio. Região: Vila Vicêncio Proprietário: Dr. Aristeu Pena Fortes Soares Vicêncio” (EVARISTO, 2017, p. 89-90).

Fragmentos da obra de Ponciá e Maria Vicêncio, nomes escritos no papelzinho branco que Luandi encontrou na exposição, identificando a autoria das peças e o *proprietário* atual dos objetos. Os nomes de sua mãe e sua irmã, e o nome de um tal Dr. Aristeu Pena Fortes, um entre tantos brancos donos do vilarejo. Ponciá não. Lupandi sabia desde pequeno que Ponciá “trabalhava tão bem o barro”, que ela “tinha as artes de modelar a terra bruta nas mãos” (EVARISTO, 2017, p. 109). Lupandi “um dia [...] voltaria ao povoado e tentaria recolher alguns trabalhos dela e da mãe”. Pois, “eram trabalhos que contavam partes de uma história. A história dos negros talvez” (EVARISTO, 2017, p. 109).

Ponciá historiadora, aquela que remenda os tecidos rotos de um passado ausente, mas canibal. Personagem principal do romance de Conceição Evaristo, Ponciá brincava no arco-íris.⁹ Ela fora criada sozinha, só com a mãe.

⁹ Na tenra infância, Ponciá descobriu que o seu vô Vicêncio lhe deixou uma herança. “Ela era menina, de colo ainda, quando ele morreu”, mas Ponciá lembrava nitidamente de um detalhe: “Vô Vivêncio faltava uma das mãos e vivia escondendo o braço mutilado para trás. Ele chorava e ria muito. Chorava feito criança. Falava sozinho também. [...] Um dia ele teve uma crise de choro e riso tão profunda, tão feliz, tão amarga e desse jeito adentrou-se no outro mundo. Ela, menina de colo, viu e sentiu o odor das velas acesas durante toda a noite. Viu o braço inteiro do velho sobre o peito. Viu o bracinho cotoco dele. Sentiu o cheiro de biscoito frito, de café fresco dado para as mulheres e as crianças que estavam fazendo quarto ao defunto. Sentiu também o cheiro da pinga que exalava da garrafinha e da boca dos homens sentados lá fora com o chapéu no colo, Ponciá Vicêncio, mesmo menina de colo ainda, nunca esqueceu o derradeiro choro e riso do avô, Nunca esqueceu que, naquela noite, ela que pouco via o pai, pois ele trabalhava lá nas terras dos brancos, escutou quando ele disse para a mãe que Vô Vicêncio deixava uma herança para menina” (EVARISTO, 2017, p. 15). Ponciá estava ligada a estória do avô. Anos depois, Ponciá escutou dos seus que era “a pura aparência com Vô Vicêncio. Tanto o modo de andar, com o braço para trás e a mão fechada como se fosso cotó, como, ainda, as feições do velho que se faziam reconhecer no semblante jovem da moça, A neta, desde menina, era o gesto repetitivo do avô no tempo. Escutou também, por diversas vezes, a história dolorosa, que ela já sabia, da morte da avó pelas mãos do avô. Lembra o desespero e a loucura do homem. Falavam também do ódio que o pai dela tinha por Vô Vicêncio ter matado a mãe dele” (EVARISTO, 2017, p. 54). “No tempo do fato acontecido, como sempre os homens, e muitas mulheres, trabalhavam na terra. O canavia crescia dando prosperidade ao dono. Os engenhos de açúcar enriqueciam e fortaleciam o senhor. [...] Vô Vicêncio com a mulher, os filhos viviam anos e anos nessa lida. Três ou quatro dos seus, nascidos do ‘Ventre Livre’, entretanto, como muitos outros, tinham sido vendidos. Numa noite, o desespero venceu. Vô Vicêncio matou a mulher e tentou acabar com a própria vida. Armado com a mesma foice que lançara contra a mulher, começou a se autoflagelar decepando a mão. Acudido, é impedido de continuar o intento. Estava louco, chorando e rindo. Não morreu o Vô Vicêncio, a vida continuou com ele independente do seu querer. Quiseram vendê-lo. Mas quem compraria um escravo louco e com o braço cotó? Tornou-se um estorvo para os senhores. Alimentava-se das sobras. Catava os restos dos cães, quando não era assistido por nenhum dos seus. Viveu ainda muitos e muitos anos. Assistiu chorando e rindo aos sofrimentos, aos tormentos de todos. E só quando acabou de rir todos os seus loucos risos e de chorar todos os seus insanos prantos, foi que Vô

Tinha um irmão [Lupandi] que pouco brincava com ela, pois a acompanhava o pai no trabalho da roça, nas terras dos brancos [...] A mãe fazia panelas, potes e bichinhos de barro. A menina buscava a argila nas margens do rio. Depois de seco, a mãe punha os trabalhos para assar num forno de barro também. As coisinhas saíam então duras, fortes, custosas de quebrar (EVARISTO, 2017, p. 20).

A herança de Ponciá não é a herança branca. A herança de Ponciá é dura. “Herdeira de uma história tão sofrida” (EVARSITO, 2017, p. 109). Quando a herança de Ponciá finalmente se manifestou, seu irmão Lupandi olhava-a admirado.

Todo cuidado Ponciá Vicêncio punha nesse imaginário ato de fazer. Com o zelo da arte atentava para as porções das sobras, a massa excedente, assim como buscava, ainda, significar as mutilações e as ausências, que também conformam um corpo. Suas mãos seguiam reinventando sempre e sempre. E, quando quase interrompia o manuseio da arte, era como se perseguisse o manuseio da vida, buscando fundir tudo num ato só, igualando as faces da moeda [...] Andava como se quisesse emendar um tempo ao outro, seguia agarrando tudo, o passado-presente-e-o-que-há-de vir (EVARISTO, 2017, p. 110-111).

Aquela que apareceu como “se quisesse emendar um tempo ao outro”, que “seguia agarrando tudo, o passado-presente-e-o-que-há-de vir” (EVARISTO, 2017, p. 110-111). Não se trata de aferir, detectar como um sintoma ou mal, e ilustrar ou comparar Ponciá. Ponciá é irredutível, ela tem sua própria vida, de real e ficção.

Significar mutilações e ausências, atentar para as porções das sobras, para massa excedente, compor talvez alguma história, estória. Algo como uma busca por uma “primeira narração, anterior a escrita” (EVARISTO, 2017, p. 11). Anterior a toda fala, a toda distinção. O mote da voz de mãe, como toda a diferença: “vó Rita dormia embolada com ela...” (EVARISTO, 2017 p. 10). No caso das irmandades leigas, os pequenos motes do arquivo, como caleidoscópios da devoção: “Joana de Amorim entrou na Irmandade”...¹⁰ Utilizar motes da escrita, as escrevivências da memória, tornando explícitas, por certo, as considerações documentais que deram origem a narração, fatos meio verdadeiros, meio ficções de arquivo. Manuscritos, livros e bilhetes

Vicêncio ficou-se calmo. Ponciá Vicêncio era pequena, muito pequena, criança de colo ainda” (EVARISTO, 2017, p. 45). No romance, Pônciá reconstruiu seu avô com o braço cotoco de barro, fragmento de sua obra que a acompanhava sempre. Como previu Nêngua Kainda, a mulher que “falava a língua que só os mais velhos entendiam” (EVARISTO, 2017, p. 81), no fim do romance Ponciá encontrou sua herança e sua família.

¹⁰ A história da Rainha Joana de Amorim foi escrita em: PACHECO; HAACK; MOREIRA (2020). Joana de Amorim foi uma mulher negra africana, que passou pela escravidão e se libertou. Ela ingressou na Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira em 1815, e, na década de 1820, pouco antes de morrer, Joana foi eleita Rainha da associação.

das irmandades leigas de Cachoeira do Sul.

2. Revisitando os estudos históricos sobre as irmandades leigas

Uma revisita aos estudos históricos sobre as irmandades leigas

Na parte lateral do prédio da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila da Cachoeira, a escadinha levaria à porta do Consistório da Irmandade dos Pretos. Eles estariam no Consistório, em um cômodo elevado. O calor da rua seria em parte amenizado pelo frescor das paredes altas da Igreja Matriz. O cheiro de tijolos frescos, de velas perfumadas e de cera. Os silêncios momentâneos. O espaço confrarial seria secreto, de portas fechadas. Na rua o sol quente do dia. Na frente deles, uma mesa de madeira. Cadeiras, imagens das santas, banquinhos, um armário grande, caixinhas de peditório, andaimes, coroa de flores e ramos grandes para o Andor. Um armário onde se guardavam as Opas e alfaias, o Cofre e o Archivo. Permaneceriam ali, em silêncio. O armário fechado e cadeado. Um som da rua, talvez de pás. Em frente ao prédio haveria areia, pedras, e homens trabalhando. Não longe dali, na Rua da Igreja, haveria a feira, mulheres, comerciantes. No consistório estavam sós. Haveria uma mesa pequena com uma toalha. O instrumento de um dos músicos da Festa estaria ali. Tecidos coloridos em um armário grande. Tochas utilizadas na procissão passada, fogos de artifício. As mesinhas das Santas arrumadas com Tecidos novos e retalhos. O azul do pano da Imagem de N. Sra. do Rosário à mesma luz do início da tarde, refletida no vidro que protege a Santa. O marrom no chão do piso e na mesa grande, recém Encarnada. Costuras nas Imagens, Coroas, Cetros, Mantos e Opas de Celebração. No Armário grande com vidro, penas, Selos em uma caixinha, tintas para escrituração dos Livros da associação. Sem restos de tintas ou papéis de contas pela Mesa, nem pelas mesinhas, nada. No armário grande estariam os Livros e o Cofre da Irmandade. Documentos importantes permaneceriam, ora no armário, ora na casa dos Thezoueiros, ou de quem fizesse a sua vez. Ao lado do Consistório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no outro corredor do Prédio da Igreja, estaria o Consistório da Irmandade conjunta do Santissimo Sacramento e de N. Sra. de Conceição da Cachoeira. Sussurros vindos de fora.

Imagem 1 – Imagem de N. Sra. do Rosário de Cachoeira do Sul



Fonte: Fotografia tirada em 2020, da imagem hoje preservada e cultuada na Capela Nossa Senhora do Rosário, em Cachoeira do Sul. Seria, segundo os devotos atuais, a mesma comprada e trazida da Bahia, no século XIX, pela irmandade dos pretos da Caxoeira.

De acordo com diversos/as estudiosos/as da temática confrarial, a história das irmandades leigas se confunde com a própria história social do Brasil de séculos passados. No território transatlântico brasileiro, o fenômeno confrarial, desde o século XVI moveu devoções, cuidados e identidades étnico-raciais localizadas. A presença confrarial, materializada em Igrejas e outras construções, livros, correspondências e outros manuscritos, atesta que, durante os séculos XVII e XIX, a criação de irmandades leigas acompanhou e impulsionou movimentos populacionais diversos; travessias, expansões, tráficos, diásporas e migrações. Em novos espaços tomados pelos Estados Luso ou Brasileiro, logo que chegavam moradores e moradoras, instalavam-se as irmandades.¹¹

Durante o final do século XVIII e início do século XIX, o território da atual cidade de Cachoeira do Sul começou a participar do fenômeno histórico, transatlântico e diaspórico, das devoções confrariais. No centro-oeste do atual estado do Rio Grande do Sul, em meados do setecentos a coroa portuguesa começou a produzir documentação

¹¹ Sobre diásporas, ver: SILVA; XAVIER (2018) e BUTLER; DOMINGUES (2020).

sobre a fronteira de Rio Pardo, território antes chamado de São Nicolau. E, logo surgiram registros sobre as irmandades da chamada Freguesia de N. Sra. da Conceição da Cachoeira (1776), um povoado legalmente católico e imperial luso-brasileiro. Em nossa pesquisa sobre as irmandades leigas de Cachoeira, os papéis mais antigos que mencionaram as irmandades datam do início do séc. XIX. A carta enviada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e N. Sra. da Conceição da Vila de Cachoeira à Coroa Imperial Brasileira, um pedido para que fosse reenviada a carta de Sesmaria, que legitima a posse e o uso de um de terreno pela irmandade (ANRJ, BI.0.R14.189), e o Livro de Entrada da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, que iniciou no ano de 1812 (AHMCS). Nestes papéis antigos, o próprio gesto da escrituração documental das irmandades leigas se guardou em marcas de certas formas de manejo, historicização e memorialização.

Nos contemporâneos *archivos* de irmandades leigas, historiadores/as se deparam com presenças documentais que também são “escritas de si”. Narrativas de si de diversas irmandades leigas brasileiras oitocentistas, por exemplo, que mantiveram preocupações quanto aos seus legados e suas tradições institucionais. Escrivências, como propôs a literata Conceição Evaristo (2017), de irmandades leigas meio-autônomas e racializadas do Brasil escravista. Mais além de objetos históricos, portanto, a produção de conhecimento confrarial não buscou resolver os problemas historiográficos do século XXI. Os *Archivos* das irmandades leigas brasileiras formam, em primeiro lugar, vestígios e princípios, provas e funções de suas gerências. Como presença de arquivo, restos de memória viva, o conhecimento e a produção confrarial, documentos de irmandades leigas, se tornam *objeto* de estudo, dado de pesquisas históricas, por exemplo. A transformação do conhecimento confrarial em objeto de textos de história, no entanto, exige filiações teóricas, políticas, etc.

No que segue, propomos uma revisita a alguns trabalhos da historiografia nacional sobre as irmandades leigas. E, nesta revisão temática bibliográfica, com o auxílio de análises particulares de alguns documentos produzidos pelas irmandades leigas de Cachoeira (do sul – RS), nós seguimos a tentativa de fundamentar uma pergunta geral: por que somente as irmandades negras têm cor, nos documentos e na historiografia? Uma revisita que não é apenas a escrita em lista de autores/as e obras históricas sobre a temática das irmandades leigas. O estudo sobre as irmandades leigas no Brasil é amplo e diversificado, e não oferecemos uma análise exaustiva sobre os trabalhos que trataram do assunto. Buscamos estabelecer alguns parâmetros gerais para

o estudo dos estudos históricos sobre as irmandades leigas e a história social do Brasil.¹² O restante do texto se divide em três seções. Nas duas primeiras seções, é da história social brasileira e dos estudos históricos sobre as irmandades leigas que se tratará.¹³ A última seção do texto é um diálogo com o problema e o estudo particular que move esta dissertação, dando movimento e ensaiando uma caminhada com as irmandades leigas cachoeirenses oitocentistas.

História social e irmandades leigas I (1960 – 1980)

Em 1960 existiam apenas alguns cursos de Graduação e Pós-Graduação em história no Brasil. Porém, o surgimento dos primeiros cursos superiores da disciplina, entre 1930 e 1940, seguido da fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), em 1951, possibilitou que, no Brasil de 1960, começasse a surgir um campo de estudos históricos acadêmicos especializados, e uma classe de ofício dos/as historiadores/as. A Associação Nacional de Professores de História (atual ANPUH), importante instituição profissional dos historiadores e historiadoras brasileiras, por exemplo, surgiu em 1963. Naquele mesmo ano, inaugurando a Coleção Estudos, promovida pelo Centro de Estudos Mineiros da Universidade de Minas Gerais, foi publicado o livro “Associações Leigas no Ciclo do Ouro”, de Fritz Teixeira Salles (2007), naquela época professor de história na Universidade Nacional de Brasília (UNB).¹⁴

O estudo de Salles inaugurou a temática historiográfica das irmandades leigas no Brasil. Depois de Salles, foi a historiadora Julita Scarano (1978), que, na década de 1970, antecipou, em grande medida, a atual tendência investigativa em história das

¹² Outra revisão bibliográfica dos estudos históricos produzidos sobre as irmandades leigas foi feita por Anderson J. M. de Oliveira (2013). Ao contrário da revisita que oferecemos, Oliveira (2013) destacou, em seu balanço historiográfico, a tradição de estudos históricos internacionais sobre as irmandades leigas, que iniciaram com as obras de Charles Boxer e Russel-Wood (2007).

¹³ No Brasil, de acordo com a historiadora Hebe de Castro Mattos (1997, p. 76), desde a sua criação no início do séc. XX, “a expressão ‘história social’ é frequentemente utilizada como forma de demarcar o espaço [de] [...] outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional”. Na atual historiografia profissional brasileira, produzida nos Programas de Pós-graduação da disciplina, “a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam” (MATTOS in CARDOSO; VAINFAS, 1997, p 78).

¹⁴ A ditadura civil militar brasileira provocou um silêncio, uma lacuna na produção de estudos históricos e na construção de identidades de historiadores/as e tantas outras subjetividades brasileiras. Intensos processos de disciplinarização e institucionalização da história, por meio da criação de novos Programas de Pós-graduação, só aconteceram no Brasil das décadas de 1980 e 1990.

irmandades negras brasileiras.¹⁵ Uma década depois de Julita Scarano, em 1986, em sua tese de doutorado em história defendida na USP, o historiador Caio C. Boschi buscou entender a presença da “cristandade” brasileira na perspectiva das irmandades mineras setecentistas. Boschi (1986) sintetizou e trabalhou com grande parte da tradição de estudos históricos brasileiros sobre o fenômeno confrarial, o que nos possibilita dialogar, através de uma leitura do texto de Boschi (1986), com o “cânone” dos estudos históricos sobre as irmandades leigas.

De acordo com Boschi (2013, p. 13), no cenário intelectual de 1980, em “os leigos e o poder” as irmandades leigas foram estudadas “entendendo-as, ainda que parcialmente, como aparelhos ideológicos do Estado, em perspectiva analítica lastreada por teóricos, como [Louis] Althusser, [Nicos] Poulantzas e [Antonio] Gramsci”.¹⁶ Nesta leitura, como artífices da Ideologia de Estado, as irmandades leigas funcionaram pela “persuasão ou pela inculcação de ideias da classe dominante, pelo ‘consenso’” (ALTHUSSER, 2008, p. 156). Postura teórico-metodológica que possibilitou a aplicação historiográfica de dados empíricos em hipóteses amplas sobre o conflito e a estruturação social e psíquica da sociedade brasileira.

O estudo histórico de Boschi (1986) é reconhecido pelos/as historiadores/as contemporâneos/as por sua riqueza e precisão documental, como relatório de uma séria pesquisa em arquivos e outras instituições de memória. Mas também se conhece o estudo de Boschi (1986) por seus exageros e imprecisões na aplicação dos dados ou fatos em construções de hipóteses políticas, psicológicas e sociais sobre as irmandades

¹⁵ Julita Scarano (1978) realizou uma investigação empírica e localizada, paroquial, sobre as irmandades negras mineiras setecentistas, representada em uma escrita sintética dos grandes processos políticos e socioeconômicos do padroado régio português. Em “Devoção e Escravidão”, Scarano (1978) desvelou a estrutura sociocultural da devoção confrarial a Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino.

¹⁶ Na leitura do filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918-1990), promovida pelos trabalhos de Caio C. Boschi, e, antes dele, pelo historiador Fritz Teixeira Salles, pode-se pensar as irmandades como parciais Aparelhos Ideológicos de Estado pré-sindicais, como é o caso das “poderosas confrarias dos mercadores, banqueiros e também as associações de artesões, etc” (ALTHUSSER, 2008, p. 162). Para Althusser (2008 p. 201), “a ideologia é uma ‘representação’ imaginária da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, o que não impede a condição imaginária da ideologia de exercer certa eficácia simbólica e material. “Embora admitindo que não correspondam à realidade, portanto, que se constituam uma ilusão, aceita-se que” as Ideologias “fazem a ilusão à realidade e que seja suficiente ‘interpretá-las’ para reencontrar, sob sua representação imaginária do mundo, a própria realidade desse mundo” (ALTHUSSER, 2008, p. 201). Há Ideologias na cotidianidade, em “falares” e “atos inseridos em práticas”, “regulamentadas por rituais nos quais elas se inscrevem [...] no âmago da existência material de um aparelho ideológico”: escola, Igreja, família, clube, irmandade, sindicato etc. (ALTHUSSER, 2008, p. 206). E a Ideologia também está em “uma missinha em uma igrejazinha, [em] um enterro, uma pequena competição em uma sociedade esportiva, um dia de aulas em uma escola [...] ou tudo o que se quiser” (ALTHUSSER, 2008, p. 206). Como em uma procissão devocional do passado ou na escrituração de associações leigas preocupadas com o “bem morrer” e tantos outros temas da vida e da morte, individual e coletiva.

leigas. Em 1989, no período de publicação do texto de Caio C. Boschi (1986), a historiadora Laura de Mello e Souza (1989, p. 139) já resenhava que, “preso à expectativa da revolução escrava”, Caio Boschi (1986), como o historiador da década de 1960, Fritz Teixeira Salles, seguia as palavras do literato Carlos Drummond Andrade, “para quem o objetivo das irmandades foi ‘adormentar nos homens de cor o sentido da rebeldia, conduzindo-os para o êxtase religioso’” (ANDRADE Apud SOUZA, 1989, p. 139). Participar de uma irmandade leiga, na perspectiva de Boschi (1986), significava adaptação aos códigos ideológicos dominantes; aculturação, castração, incapacidade representativa e política. E, os Aparelhos Ideológicos do Estado, nesta leitura, funcionavam como auxiliares e facilitadores do modelo de reprodução hegemônico capitalista.

Para além do reducionismo economicista e dos exageros em hipóteses psicológicas e sociais, entretanto, existiram outras apropriações da obra de Althusser no Brasil. Lélia Gonzalez (2020), por exemplo, que no contexto intelectual brasileiro da década de 1970, propôs muitas leituras em diálogo com o marxismo estrutural de Louis Althusser. Menos limitada que a apropriação histórica de Boschi (1986), a produção teórica de Lélia Gonzalez (2020), dialogando com o cânone das ciências humanas brasileiras do século XX, apontou especialmente para incongruências dos estudos humanos sobre as relações e hierarquias raciais e de sexo e raça do país, em sintonia com os debates sobre a divisão sexual do trabalho e a estruturação do capitalismo mundial.¹⁷

Contemporaneamente, a filósofa norte-americana Judith Butler (2019) relembrou que, na teoria da ideologia althusseriana, os sujeitos são sempre já interpelados pela Lei.¹⁸ O que lhe possibilitou revisitar a produção althusseriana, aproximando-a dos estudos críticos contemporâneos. Estratégia teórica e política, pois,

¹⁷ Lélia Gonzalez (2020, p. 55) utilizou a teoria althusseriana para descrever o racismo brasileiro como “uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial”. E, em suas análises sobre o pós-abolição, Gonzalez (2020, p. 185) escreveu que o racismo “passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses”. Nesse sentido, “vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização [inculcação, nos termos de Althusser] por parte dos atores (tanto os beneficiados quanto os prejudicados que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento)” (GONZALEZ, 2020, p. 186). Afinal, para Lélia Gonzalez (202), a ideologia althusseriana do racismo se revela em ficções eficientes, causadoras de sofrimento e violência social.

¹⁸ Na obra de Judith Butler (2019), a noção de lei se mistura com a própria constituição da matriz heterossexual e racista compulsória do ocidente. O falocentrismo, o racismo e o patriarcalismo encontram lugar aqui. São elementos que se misturam e permitem análises interseccionais do social. Na disciplina de história, ver, entre outros: HAACK (2019) e SANTOS (2020). Para uma discussão sobre a matriz fálica do paternalismo/patriarcalismo colonial e imperial brasileiro, ver: REIS (2017).

para Judith Butler (2019, p. 113), a doutrina da interpelação althusseriana continua dominando os debates contemporâneos sobre a formação do sujeito ocidental.¹⁹ Se é que as irmandades leigas funcionaram como parciais Aparelhos Ideológicos de Estado, como se dava este funcionamento, na prática? Não era à Senhora do Rosário dos Pretos, ao Santíssimo Sacramento e N. Sra. da Conceição, mais do que a Coroa e a Igreja Católica Luso-Brasileira, há quem serviram os irmãos e irmãs das irmandades leigas oitocentistas de Cachoeira?

Em minha casa, batem na porta. “Quem está aí?”: o velho amigo não diz seu nome. “Sou eu”, responde. Ou, caminhando com meu nome próprio e minha história pela rua, atarefado, escuto: “ei, você aí!”. Eu viro, e digo: “eis-me aqui”, pois já sou dito pela lei (ALTHUSSER, 2009). O que envolve, entre outras coisas, a assunção de um sexo, uma nacionalidade, uma raça etc. “Eu” viro para encarar a lei, e me entrego. E toda atenção é necessária aos gestos de interpelação e reconhecimento da consciência pela lei, gestos da Ideologia. Para Judith Butler (2019), na cena figural da interpelação althusseriana: “a virada é um ato que está, por assim dizer, condicionado tanto pela ‘voz’ da lei quanto pela responsividade de quem é chamado pela lei” (BUTLER, 2019, p. 114). No caso das irmandades leigas de Cachoeira, entre os fragmentos de arquivo que nos aproximam dessas associações, ouve-se a voz escrita, uma entre centenas, de Aguida Maria, que, em 1812, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira, “disse que queria ser Irmã” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, “e Servir a mesma Senhora nesta Irmandade”, e para constar, o escrivão Joaquim dos Santos Xavier Marmello fez o “termo”, que se guardou no *Arquivo*. Na condição de escravizada por Eufigenia Maria, Aguida Maria ingressou na irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira.²⁰ Resistência ou concessão, Aguida Maria não apenas assentiu a um poder maior (da Coroa, da Igreja etc.), sagrado e santo. Aguida esquece, talvez, no espaço devocional da Irmandade do Rosário dos Pretos, sua condição de escravizada, se sente como igual perante o Cristo, a Santa, a Igreja, a sua “senhora” escravista Eufigenia Maria.

¹⁹ Na leitura de Judith Butler (2019) a teoria quase-teológica althusseriana da interpelação ideológica é responsável pelo nascimento de uma teoria do “sujeito” implicada na linguagem, com sua respectiva consequência e contingência. Ver também: GILLOT (2018).

²⁰“**Aguida** Escrava de **Eufigenia Maria**, com Licença de Sua Senhora, e por ella me foi dito que ella, pela devoção que tem com Nossa Senhora do Rozario, queria ser Irmã e Servir a mesma Senhora nesta Irmandade de que para constar, fiz este Termo, eu **Joaquim dos Santos Xavier Marmello**, Escrivão que os escrevy” (Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, AHMCS, f. 13v in PACHECO; HACCK; MOREIRA, 2020, p. 107).

E cessa a voz? Ou, caminhando pela rua, escuto a voz da lei: “parado, você aí!”, eu paro.²¹ Como nos escritos oitocentistas das Irmandades leigas da Villa de Cachoeira, em que se preservam, entre os restos dos *archivos*, trechos de intervenções Estatais nas Irmandades, vestígios do trabalho de encarregados eclesiais e juizes de Capelas, incumbidos de vistoriar os conteúdos dos livros de escrituração produzidos pelas irmandades leigas brasileiras. No “2º Livro de Receita e Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira”, por exemplo:

Sendo-me forçoso partir brevemente para a Villa de Encruzilhada, a fim de abrir ali a Sessão do Jury, e por falta de tempo não me sendo possível tomar contas a Irmandade de Nossa Senhora do Rosario desta Freguezia, por este motivo cometto a tomada dellas ao respectivo Juiz, Provêdor de Capellas e Resíduos. Cachoeira, 10 de Abril de 1852 (Livro 2 de Receita e Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira, AHMCS, Termo de Encerramento das Folhas 83v, 84 e 84v).²²

Na cotidianidade das irmandades leigas brasileiras, a lei apareceu normalmente imposta pela forma das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. Cinco Livros que formaram um amplo instrumento jurídico-pastoral, o texto eclesiástico normativo das *Constituições*, que vigorou por quase duas centúrias como documento oficial da colônia, depois Império do Brasil.²³ No título XIII do “Regimento do Auditório Ecclesiastico” das *constituições*, foi registrado, entre as atribuições do “Provisor”, cargo público que demandava funções de despacho de “negócios, e causas mais graves pertencentes ao governo espiritual”: “21. Examinar os Estatutos, e compromissos das Confrarias, e dár seu parecer nelles por escripto para haverem de se

²¹ Como a voz do conto “a sentença” de Kafka: “Não deixa de ser peculiar [...] o fato de se tratar de uma voz escrita sem corpo nem nome, uma voz extraída da própria cena da interpelação, uma voz cuja extração, paradoxalmente, forma a base de sua sobrevivência. A voz é fantasmagórica, impossível, destituída de corpo e, mesmo assim, persiste, continua vivendo” (BUTLER, 2017, p. 82).

²² O termo foi assinado por Antonio Monteiro da Rocha, que não apareceu registrado como irmão de nenhuma das irmandades leigas de Cachoeira. Encontramos este nome na tese de doutorado do historiador Ricardo Schmachtenberg (2012): “A arte de Governar”, onde Antônio Monteiro da Rocha apareceu como o Corregedor da Comarca (cargo político do poder municipal) de Rio Pardo no ano de 1811 (SCHMACHTENBERG, 2012, p. 79). Da mesma forma, na abertura do “Livro de Entrada da Irmandade do Rosário”: “Hade servir este Livro, para entrada dos Irmaons da Irmandade de N^{ra} Sr^a do Rozario Dos Pretos da Freguesi^a da Caxoeira. E vai por mim numerado e rubricado com a rubrica = Rocha = de que uzo. Rio Pardo 8 de julho de 1812”, é Antonio Monteiro da Rocha quem assina, e deixa escrito: “Não se assentará por irmão escravo algum sem Licença de seu Senhor” (Termo de Abertura do Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, AHMCS, In PACHECO; HAACK; MOREIRA, 2020, p. 57).

²³ O Pe. D. Sebastião Monteiro de Vide foi o idealizador e executor do texto das *constituições*. Quinto Arcebispo da Bahia, Vide foi um Padre-Jurista, português de nascimento, que viveu entre os sécs. XVII e XVIII. O texto das *constituições* desvela importantes aspectos sociais e culturais do passado brasileiro. Ver: VIDE (2011).

aprovar, ou não” (VIDE, 2011, p. 6-8). No mesmo Livro, entre as atribuições do Escrivão da Câmara Municipal, ficou registrado que o Escrivão Eclesiástico:

466 Terá mais outro livro em que escreverá os termos de sujeição, que hão de fazer os Confrades que de novo erigirem alguma Confraria Ecclesiastica, porque se sujeitem á nossa jurisdição Ordinaria, e se obrigem a dar contas de receirte, e despeza, a Nós, e a nossos Visistadores, e cumprir as cousas que lhes for mandado em visistação por vem das ditas Confrarias (VIDE, 2011, p. 104).²⁴

A lei e a intervenção do Estado estiveram presentes, mas não se reduzem ao todo das interpretações e representações históricas construídas sobre as irmandades leigas. A própria noção de interpelação ideológica provoca reflexões que extrapolam as leituras reducionistas economicistas produzidas sobre as irmandades leigas na segunda metade do século XX. E, atualmente, como a leitura de Judith Butler (2017) propõe, é possível articular uma análise estrutural marxista com uma leitura atenta ao social e as ações meio-autônomas das pessoas do passado. Ações que se materializam em histórias de irmandades leigas, por exemplo, em suas estruturas de legislação e fiscalização. Assim, a história das irmandades se confunde como estórias individuais e coletivas, a estória de Aguida Maria e a irmandade do Rosário dos Pretos de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX), por exemplo.

Revisitamos alguns trabalhos clássicos de história e teoria sobre as irmandades leigas, que contribuíram para a compreensão dessas associações como parciais aparelhos ideológicos de estado, com acentuada textificação da violência e da interferência estatal e eclesial nas confrarias. Porém, em um diálogo com autores/as como Caio C. Boschi, Louis Althusser, Judith Butler e Lélia Gonzalez, é possível pensar nos Aparelhos ideológicos de Estado, sem esquecer que as irmandades leigas brasileiras oitocentistas também foram espaços identitários de cuidado e afeto. No Brasil escravista do século XIX, em situações sociais precárias, em que diferentes

²⁴ No quarto livro das constituições, Título LX, “Das confrarias, capellas, e hopistaes: e da fórma, que devem ter os compromissos das confrarias sujeitas á nossa jurisdição ecclesiastica” (VIDE, 2011, p. 304): “867 Por que as Confrarias devem ser instituidas para serviço de Deos (1) nosso Senhor honra, e veneração dos Santos, e se devem evitar nellas alguns abusos, e juramentos indiscretos, que os Confrades, ou Irmãos poem em seus Estatutos, ou Compromissos, obrigando com elles a pensões onerosas, e talvez indecentes, de que Deos nosso Senhor, e os Santos não são servidos, convêm muito advertir estes inconvenientes. Pois tanto mandamos, que das Confrarias deste nosso Arcebispado, que com sua criação farão erigidas por autoridade nossa, ou daqui em diante se quiserem erigir com a mesma autoridade, que as faz Ecclesiasticas, (2) se remetão a Nós os Estatutos, e Compromissos, que quizerem de novo fazer, ou já estiverem feitos, para se emendarem alguns abusos” (VIDE, 2011, p. 304). No caso das irmandades leigas de Cachoeira, os compromissos e estatutos não foram localizados.

sofrimentos psíquicos disputavam espaço, onde as pessoas faziam laço? Como as pessoas cuidavam do sofrimento social, racial, da precariedade estrutural que ameaçava os pequenos grupos, famílias, viúvas, doentes? Onde se podia fruir em festas e encontros? Onde se amparavam os sofrimentos e se promoviam as alegrias em uma sociedade extremamente desigual e racializada?

História social e irmandades leigas II (1990 – atualmente).

No Brasil de 1970 e 1980, surgiram muitos programas de pós-graduação em História Social, filiados, em resumo, a um de dois grandes modelos interpretativos fornecidos, ou pela USP, voltado para história política e econômica, que gerou atualmente a temática da segunda escravidão e da história global, ou pela UFF, voltado para história econômica, demográfica e agrária, que gerou a atual temática do Antigo Regime nos Trópicos. Formações de “escolas”, como as do historiador Ciro Cardoso Flamarion (UFF) e a do historiador Fernando Novais (USP), fizeram parte do momento de ampliação dos cursos e das produções de estudos de história. Naquela época, os trabalhos de historiadoras como Maria Ieda Linhares (UFF) e Sheila Farias (UFRJ) promoveram o estudo intensivo em instituições de arquivo. Também contribuíram para profissionalização da história, a historiadora Katia Mattoso, na Bahia, seguidos pelo seu bolsista de iniciação científica João J. Reis. Em São Paulo, Peter Eisenberg e Robert Slenes iniciaram importantes trabalhos. Bob Slenes, estudioso da família escrava e do Brasil Africano, foi orientador dos/as historiadores/as Sidney Chalhoub, Silvia Hunould Lara, Lucilene Reginaldo, e muitos/as outros/as (MARQUESE; SALLES, 2016), (SLENES, 2010), (RIBEIRTO et al, 2016).²⁵

No Rio Grande do Sul, o primeiro curso de pós-graduação surgiu em 1973, na PUC-RS. Porém, o habitual caminho seguido pelos/as historiadores/as gaúchos/as foi o de realizar seus mestrados e doutorados fora do estado (na USP ou na UFF, por exemplo), alguns fora do país (ELMIR, 2011). No que diz respeito as irmandades leigas do Rio Grande do Sul, a historiografia brasileira já recebeu importantes trabalhos. Exemplos de trabalhos sobre as irmandades leigas do RS são as contribuições de Mara

²⁵ O “cânone” historiográfico brasileiro passa pela promoção de escolas e paradigmas “nacionais” materializados em textos clássicos da disciplina. Porém, o cânone de leitura historiográfico, muitas vezes associado a uma branquitude historiográfica inconfessa, esconde ao demonstrar que, o que se diz quando se fala em história do Brasil, se refere apenas ao sudoeste brasileiro, e outros trabalhos aparecem como história regional ou local. O que segue um antigo mito da História moderna filiada à história política de um Estado-Nação. Ver, entre outros: CEZAR (2018).

R. Nascimento (2006), Mauro D. Tavares (2008), Fábio Kühn (2010), Liane S. Müller (2013) e Ênio Grigio (2016). Contudo, a análise relacional das cores, hierarquias de raça, classe e gênero, e a problemática da branquitude não foi objeto de investigação de nenhum destes estudos. Além disso, os trabalhos de história social sobre as irmandades leigas só passaram a surgir depois do início do século XXI, embalados por uma grande mudança na cultura historiográfica nacional (ELMIR, 2011).

É notável como a historiografia brasileira, sobretudo do campo da história social, passou por uma grande mudança no final do século XX e início do século XXI. Com o movimento social da redemocratização política também ocorreu, incentivado pelo retorno de importantes historiadores/as do exílio, pela produção intelectual de movimentos sociais e pelo início de novos programas de pós-graduação em história no país, um movimento de profissionalização e especialização na disciplina. Essas alterações transformaram as formas e os conteúdos dos passados históricos brasileiros. No que diz respeito aos passados de pessoas negras, por exemplo, o final da década de 1980 marcou o centenário da abolição legal da escravidão no Brasil. E esta efeméride se constituiu como um ponto de inflexão nos problemas da historiografia nacional. O movimento negro unificado (MNU) e outras organizações sociais, como influências para uma nova história social da escravidão e da liberdade contribuíram para uma verdadeira revolução no conhecimento histórico brasileiro, o que incentivou a valorização e positividade da identidade negra nacional. Assim, na historiografia produzida desde pelo menos 1990, homens e mulheres negras do passado deixaram de ser vistos como seres “reificados” (“coisificados”) por estruturas de opressão, e passaram a aparecer como agentes e protagonistas nos trabalhos de história (CHALHOUB; DA SILVA, 2010). Neste período, os conceitos de agência e protagonismo contribuíram notavelmente para o movimento de profissionalização – e para onda de investigações empíricas – da disciplina.

Como escreveu o historiador João José Reis, em 1993, sobre as irmandades leigas baianas e o evento da “Cemiteriada”, ocorrido em Salvador, em 25 de outubro de 1836:²⁶

²⁶ As irmandades leigas brasileiras oitocentistas participaram ativamente da renovação ou conservação das práticas e normas relacionadas à morte ao bem-morrer comunitário. No caso das irmandades leigas de Cachoeira, elas estiveram presentes no imbróglio que foi a construção do Cemitério Municipal, durante o séc. XIX. Ver o documento sobre a criação do Cemitério da Vila de São João da Cachoeira em: PACHECO; HAACK; MOREIRA (2020). Retomamos essa discussão no Cap. IV.

Hoje já não há temas tabus para o historiador, que ajudado por outras disciplinas, como a antropologia, por exemplo, arrisca-se à investigação de impactos muitas vezes obscuros do passado. O historiador passou a estudar as atitudes em relação ao gosto culinário, o amor, a religiosidade popular, as mais diversas formas de sensibilidade física e espiritual. Os franceses chamaram essa nova história de “história das mentalidades”, outros estudiosos preferem falar de história da cultura. Todos, entretanto, buscam perscrutar a alma dos antepassados (REIS, 2013, p. 26).

Para que ocorresse a perscrutação de almas, o surgimento de novos problemas e objetos na historiografia brasileira, jovens historiadores e historiadoras realizaram um trabalho extensivo em arquivos. Em sintonia com a proposta empirista de uma história marxista vista de baixo (*history from below*), por exemplo, a história social brasileira passou a valorizar as autonomias relativas e as ações cotidianas das pessoas do passado (*agency*). A disciplina da história social brasileira de 1980 e 1990, portanto, estava próxima do historiador marxista britânico E. P. Thompson (1924-1993), e da ideia de que o problema da reprodução das relações de produção pode ser examinado com auxílio de vestígios e provas dos processos temporais de vida, experiência e trabalho.²⁷ Pois,

²⁷ A elaboração de hipóteses marxistas estruturais psicológicas e sociais, criticadas por Thompson (1981), foram chamadas, no que se refere a história da escravidão e da liberdade no Brasil, por Chalhoub (2012) de “mito do escravo-coisa”. O “mito historiográfico do escravo-coisa”, de acordo com Chalhoub (2012, p. 315), “baseavam-se numa leitura perfunctória das fontes oitocentistas [...] cujas descrições e comentários incorporavam-se ao argumento sociológico sem qualquer mediação ou atenção aos preconceitos culturais etnocêntricos, ao racismo e às intenções políticas do observador”. Uma “visão da [história da] escravidão [da liberdade] e do escravo” que “redundava em imagens de uma sociedade rigidamente estratificada” (LARA, 1995, p. 46); onde “senhores e escravos constituíam categorias separadas e cristalizadas”, e, “as diferenças raciais obstavam quaisquer possibilidades de mobilidade social” (LARA, 1995, p. 46). “Um mundo governado pelos interesses senhoriais” (LARA, 1995, p. 46). E, foi a esta “imagem de mundo” da liberdade e da escravidão, marcado pelo binômio “senhores versus escravos” e, além disso, onde a “dominação sobre a massa escrava era inexorável” (LARA, 1995, p. 46), que o historiador Sidney Chalhoub (2012) deu o nome de “mito da teoria do escravo-coisa”. A violência da escravidão se tornava um final (quase uma finalidade) das reflexões sobre a vida e a cotidianidade brasileira do séc. XIX e XX. Na antiga Vila de Cachoeira, a história de Leopoldina, colhida e reconstituída pela historiadora Marina Camilo Haack (2019), é um bom exemplo disso: Leopoldina, mulher negra escravizada, em certa manhã, no dia 31 de dezembro do ano de 1873, tomou uma última decisão. Aconteceu na propriedade de Evaristo Antônio de Moraes, senhor (de poucos escravos/as) que mantinha Leopoldina na condição de escravizada. Um dia normal, os escravizados trabalhavam na roça. Paulino, filho da escrava Leopoldina, ajudava outros escravizados na roça do Capão do Cutia. Leopoldina trabalhava nos serviços domésticos, saindo para a lavagem de roupa. Em certo momento, ao encontrar seu filho, Leopoldina anunciou que escolheu para eles a morte em lugar do cativeiro. Segundo Leopoldina, prestando depoimento ao processo em que foi ré pelo crime de infanticídio, Paulino concordou com seu plano, pois ambos eram muito maltratados pela esposa do senhor. As “mãos calejadas e fortes” daquela trabalhadora escravizada “devem ter segurado a faca assassina e cortado habilmente a jugular do menino Paulino” (HAACK; MOREIRA, 2016, p. 403). Leopoldina foi encontrada pelos trabalhadores de Evaristo Moraes antes de cometer o suicídio, não teve tempo de concluir o seu intento. E não são poucas (ou excepcionais) as histórias de mães como Leopoldina, Maria Rita (SANTOS, 2020) ou Seth/Margaret Garner (MORRISON, 2007). O sofrimento e a dor de pessoas escravizadas que, em contrapartida, demonstram que a violência da escravidão, afinal, não foi capaz de transformar pessoas negras em seres incapazes de ação e autonomia, nem em passivos reprodutores de valores e normas senhoriais (CHALHOUB, 2012).

os valores não são “pensados” nem “chamados”; são vivenciados, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias; são as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver/ e aprendias, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata (THOMPSON, 1981, p. 194).

Daí a necessidade de se pensar o conceito de “experiência” e sua materialidade na realidade social passada, acessível pela via do trabalho extensivo em instituições de arquivo.²⁸ As experiências sociais passadas aparecem como conceitos-chave da história social contemporânea do Brasil, ao lado dos métodos de investigação da história global, transnacional, etc. O gesto de recorrer à micro-história italiana como método de pesquisa, através da busca nominal e reconstituição de trajetórias individuais e coletivas, é também característico dos trabalhos da história social do Brasil.²⁹ Mas, no Brasil, onde os arquivos são muito diferentes dos da Itália ou da França, o método da micro-história seguiu suas próprias vicissitudes, e seus próprios desvios.³⁰

Neste cenário, entre 1990 e o início dos anos 2000, foram produzidos muitos trabalhos sobre as irmandades leigas, especialmente sobre as irmandades negras. João José Reis (1996), Antônia Aparecida Quintão (2002) e Anderson Machado de Oliveira (2008), por exemplo, contribuíram para consolidação dos estudos sobre as irmandades

²⁸ Sobre o conceito de experiência thompsoniano: THOMPSON (1981). Ver também o contraponto da historiadora Joan Scott (1998), que reivindicou uma análise mais detida ao gênero e a condição linguística e discursiva do social. Para uma conciliação da análise thompsoniana com os feminismos negros contemporâneos, especialmente de Angela Davis, ver: PUREZA (2019). Desde pelo menos a década de 1980, até atualmente, a história thompsoniana e os feminismos como teorias críticas para história compartilham espaços de trabalho e produção na historiografia. Ver: PEDRO (2012) REGO In: HOLLANDA Org. (2019), HAACK (2019), SANTOS (2020), PERUSSATTO (2019), ALMALEH (2019) etc. Porém, mesmo que a nova história social da escravidão considere atualmente as pessoas negras mais cientes de suas ações, mais ativas nos jogos das sociedades passadas e contemporâneas, de maneira hegemônica, de acordo com a filósofa Suely Carneiro (2020, p. 154), a disciplina da história ainda “pouco se deteve na história da construção do gênero, em especial na sua conjugação com a raça”. Ecos dessa discussão se encontram em importantes trabalhos atuais sobre as irmandades leigas e a história social da escravidão e a liberdade no Brasil, ver, entre outros: VIANA (2004).

²⁹ Para Jacques Revel, “a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a certo estado da história social, da qual ela pretendeu reformular concepções, exigências e procedimentos”, e ela pode ter, “nesse ponto, valor de sistema historiográfico” (REVEL, 1998, p. 16). O historiador Maurizio Gribaudi (2016) já lembrou que muitos dos primeiros historiadores e historiadoras da *microstória* “quiseram abrir uma discussão antes de tudo política, e não somente um debate historiográfico” (GRIBAUDI In: VENDRAME; KARSBURG; MOREIRA Orgs, 2016, p. 36). A micro-história e a teoria thompsoniana, nesta leitura, conformam posições que valorizam a vida em frente ao contexto quase-(ou)fascista e neoliberal ocidental contemporâneo. “Na medida em que aqueles que seguem o tirano louco identificam-se com seu desprezo deliberado pela lei e por qualquer limite imposto a seu poder e sua capacidade destrutiva, o movimento contrário deve se basear na desidentificação que funciona sob o significante ‘vida’, e nem isso motivo é redutoramente vitalista: essa desidentificação defende outra vida, a vida futura” (BUTLER, 2021, p. 133).

³⁰ Ver, entre outros, a coleção de ensaios: VENDRAME; KARSBURG; MOREIRA Orgs. (2016).

negras.³¹ Porém, ultrapassada a crítica da interpretação econômica reducionista (marxista estrutural) da sociologia brasileira de 1960, a historiografia continuou reproduzindo a ideia de que o “problema racial” é exclusivamente um “problema negro”. O que explica, em certa medida, a inexistência de estudos históricos sobre as irmandades leigas destinadas aos/as brancos/as no Brasil. Como se somente as irmandades negras tivessem cor (ou problemas de cor) na história. Se apenas as Irmandades negras têm cor, se as Irmandades do Santíssimo Sacramento, de São Miguel e Almas etc., que existiram no Brasil oitocentista, e comumente são caracterizadas como irmandades das “elites”, não possuem nenhum marcador racial, então quer dizer que a branquitude e os privilégios raciais continuam como um universal na história; o homem branco como ideal do homem e da humanidade. Seguimos, portanto, no projeto político da modernidade/colonialidade ocidental. Ao pensarmos nas cores das devoções, ao contrário, podemos perceber no nível histórico e social como os “segredos da branquitude” revelam “privilégios nunca ditos”, “medos paranoicos”, “pulsões negadas” e “racismos inconfessos” (CARONE In: CARONE; BENTO, 2014, p. 23). Será que essa invisibilidade da condição étnico-racial da branquitude, nos estudos históricos sobre as irmandades leigas, não tem relação com a falta de estudos críticos sobre a branquitude (ECB) no meio historiográfico nacional?³²

³¹ De acordo com J. J. Reis (1996, p. 11), as irmandades negras representavam espaços “de relativa autonomia negra, no qual seus membros – em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua – construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas” (REIS, 1996, p. 11).

³² Desde o início do século XX, surgiram estudos sobre as identidades brancas e suas relações com outras identidades raciais, em contextos sociais de trabalho, família etc. O intelectual negro W. E. B. Dubois (2021), por exemplo, foi um precursor nos estudos sociais sobre a identidade branca e sua relação com os movimentos trabalhistas nos EUA. Alberto Guerreiro Ramos (1995) também é um precursor sobre o estudo do/a branco/a brasileiro. Ver: BARBOSA (2015) e BARIANI (2011). Ramos (1995), ao questionar os estudos sobre negro-tema, que excluía o negro-vida, criticou a abordagem dos estudos raciais do Brasil, pois, mesmo em perspectivas progressistas, estudiosos/as entendiam o problema racial unicamente como um problema do/a negro/a. Os estudos críticos sobre a branquitude (critical whiteness studies) surgiram nos EUA na década de 1990. De acordo com a psicóloga social Lia Schucman (2012, p. 17), a emergência dos ECB no âmbito das ciências humanas e sociais deslocou a visão do “outro” (o/a negro/a como objeto) para o “si próprio” (o/a branco/a como problema). De acordo com Schucman (2012, p. 17), “o fato de os estudos sobre branquitude se formarem como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores corresponde à cadeia de fatos históricos que começa com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construções de novas nações [identidades] e nacionalidades em toda a América e a colonização da África. Portanto, é nestes processos históricos que a branquitude começa a ser construída como um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão [...] Neste sentido, é importante pensar que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas têm sido historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas através das trocas circulares de símbolos, ideias e populações entre a África a Europa e as Américas”

Estas inflexões contemporâneas dos estudos de gênero, de raça/racialidade e dos problemas transhistóricos da cidadania e da liberdade etc. acompanharam a formulação das questões gerais da minha dissertação: por que somente as irmandades leigas têm cor, nos documentos e na historiografia? O que singulariza e aproxima as irmandades leigas, destinadas aos “Pretos” ou não, de uma mesma localidade? Dois outros movimentos historiográficos, porém, contribuíram para a consolidação da minha problemática de pesquisa: a guinada à África e o resgate do conceito-chave de raça/racialidade na historiografia nacional.

Os estudos históricos sobre as irmandades leigas brasileiras, entre 2000-2010, participaram de uma guinada à África. Os trabalhos de Mariza Soares (2000), Lucilene Reginaldo (2005) e Anderson J. Machado de Oliveira (2006), por exemplo, já demonstraram a importância da história da África e do Brasil africano para os estudos sobre as irmandades leigas brasileiras.³³ No caso das irmandades leigas da Vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX), são inúmeras as menções a África e ao Brasil africano. Como é o caso da morte do Rei Congo Joaquim, assinada pelo Pe. Marcolino de Maia Firme, em 7 de agosto de 1881, no “Livro 6º de Óbitos da Vila da Cachoeira”. Por mais que Joaquim não apareça registrado nos livros que temos das irmandades leigas de Cachoeira, sua existência materializa a importância de culturas e sociabilidades afro-católicas de pessoas negras no passado brasileiro.³⁴

³³ João J. Reis (1997, 2001, 2013) também contribuiu no início do debate sobre a presença africana na história das irmandades leigas do Brasil. Em entrevista para Martha Abreu e Ronaldo Vainfas, João José Reis (2001) relatou: "eu já usei o termo afro-catolicismo em meus trabalhos. Não vejo problema. Representava o modo negro de ser católico. Isso não significa dizer que se tratasse de sincretismo no sentido de representar uma terceira via [exterior a religião católica hegemônica]. Significa dizer que é uma religiosidade que se localiza na periferia do Catolicismo, onde se dão as trocas culturais mais intensas, nos caso trocas envolvendo o que vinha da África. Mas é catolicismo. Essas trocas não levam necessariamente à formação de outra coisa, porque pelo ângulo da identidade os fiéis estão se definindo como católicos. Ocorre que podem não ser apenas católicos. O resultado é então uma vivência religiosa em que se verifica a circulação do indivíduo através de dois, três sistemas religiosos, em cada um dos quais ele assume uma identidade. Mas a integridade ritual, o protocolo de comunicação com o outro mundo mantém a integridade básica específica de cada um" (REIS, 2001, p. 256-257). Algumas discussões teóricas sobre as influências africanas nas sociedades americanas, como a existência do afro-catolicismo nas irmandades leigas, podem ser acessadas em: MARCUSSI (2010) e SWEET (2007).

³⁴“Em sete de agosto de 1881, faleceu em Cachoeira um africano chamado Joaquim. Ele tinha 90 anos e talvez em função desta avançada idade, não fizeram questão de mencionar a causa de seu óbito. Aliás, quem como ele sofreu a escravização e sentiu na mente e no coração a dor da diáspora transatlântica, deveria ter muito a contar depois de sua longa existência. Mas ao lado do simples prenome, uma herança da escravização luso-católica, o padre teve o bom senso de anotar entre parênteses que Joaquim era - Rei Congo. Não sabemos mais nada a respeito do Rei Congo Joaquim, mas acreditamos que a sua realza era legitimada pelos devotos pretos da Irmandade do Rosário e São Benedito local. Não que ele não pudesse ter sido membro da família real dos mani do Congo, mas estamos mais aptos a acreditar que a sua corte era afro-diaspórica. Como vimos anteriormente, era hábito dos devotos a eleição de Rei e Rainha, mas nas fontes que examinamos até agora é a primeira vez que o Rei é também adjetivado de Rei Congo, o que nos leva a especular se as Rainhas também não seria alcunhadas comunitariamente de

No que se refere a raça/racialidade, cabe destacar que vivemos, atualmente, sob a condição pós-abolicionista de produção de conhecimento histórico no Brasil. A raça, o gênero, a estruturalidade das violências sociais e do Estado são temáticas que perpassam, de ponta a ponta, as discussões públicas de passados-presentes escravistas, escravizados e abolicionistas. Na historiografia acadêmica profissional, nos últimos anos surgiu o importante campo historiográfico de estudos sobre o pós-abolição. Em sintonia com a história social e os estudos sobre as irmandades leigas, este novo campo de estudos, de acordo com o historiador Álvaro Nascimento (2016), buscou autonomia com relação aos estudos da história social do trabalho. Pois, centrados em uma narrativa que supervalorizava a classe, os estudos históricos sobre o trabalho, especialmente aqueles sobre o período logo posterior a abolição da escravidão no Brasil, subestimavam as implicações da cor e do gênero em seus textos. No caso das irmandades leigas, a historiadora Liane Müller (2013), ao investigar a articulação social e as estratégias de resistência e ação da irmandade do Rosário dos Pretos de Porto Alegre, inclusive em suas movimentações entre a imprensa negra, os clubes negros e outras associações político-sociais, construiu uma importante ponte entre o campo do pós-abolição e os estudos confrariais. Afinal, o estudo sobre os clubes, a imprensa negra, e outros veículos do associativismo negro no Pós-abolição fornecem aproximações pertinentes para os estudos históricos sobre as irmandades leigas (SILVA, 2017) (PERUSSATTO, 2018).³⁵

Em 2014 foi lançado o manifesto de fundação do GT nacional emancipações pós-abolição da Associação Nacional de Historiadores (ANPUH), coordenado pelas historiadoras Giovana Xavier (UFRJ) e Wlamyra Albuquerque (UFBA). De acordo com o manifesto,

A história das sociedades pós-emancipação no mundo Atlântico tem sido alvo de investigação de diversos pesquisadores nas Américas. No Brasil, as pesquisas no campo foram conduzidas pela Antropologia e a Sociologia até os anos 1980, momento de constituição da nova historiografia da escravidão. O reconhecimento de escravos e descendentes como sujeitos históricos

Rainha Ginga, denominações comuns em comemorações negras até a atualidade” (PACHECO; HAAC K; MOREIRA, 2020, p. 48).

³⁵ Para a historiadora Fernanda Oliveira: o “associativismo negro [é formado pelas] [...] coletividades de pessoas negras [que mantêm algum] projeto político compartilhado por seus membros. Sua existência na América remonta à escravidão, com ênfase às irmandades e chega aos nossos dias com a imprensa negra e os coletivos de estudantes negros nas universidades, por exemplo” (SILVA, 2017, p. 20). Ver, entre outros, sobre o pós-abolição e a racialização: ALBUQUERQUE (2009) sobre literatos/as e letrados/as negros/as; PINTO (2018). sobre a história social da raça; ROSA (2019). Ver também: GOMES; DOMINGUES Orgs. (2011). COOPER; HOLT; SCOTT (2005) etc.

também acabou por influenciar os estudos sobre o pós-abolição. Em contraponto à tese clássica do “largados à própria sorte”, trabalhos importantes procuraram responder o que aconteceu com a população negra depois de 13 de maio de 1888. Se a década de 1980 representou um marco para historiografia da escravidão, podemos pensar que os anos 2000 foram decisivos para a historiografia do pós-abolição. A publicação de livros, a realização de eventos nacionais e internacionais e a formação de grupos de pesquisa adjetivados pelo termo “pós-abolição”, de Norte a Sul do Brasil, atestam a emergência de um destacado campo de investigação (GT ANPUH – emancipações e pós-abolição, 2014).³⁶

O campo do pós-abolição bagunça os campos da história disciplinar brasileira. No caso da história social da escravidão e da liberdade, em um movimento pendular, as discussões sobre a escravidão e a cidadania avançaram no marco temporal pós-1888 e retornaram, como um ricochete, aos trabalhos do século XVIII e XIX, reformulando ideias e teorias sobre a raça, a racialidade, a sociabilidade, a sexualidade e a generificação das pessoas e do tempo. É possível, portanto, enquadrar a produção historiográfica recente em uma condição pós-abolicionista. Independente da temática de pesquisa, a raça, o sexo, a classe e a construção social da identidade aparecem tencionados pelas fraturas e traumas temporais em voga na política e sociedade brasileira contemporânea.

O retorno da discussão da escravidão, emancipação e abolição, se faz em meio a debates sobre a raça, a constituição histórica social do gênero e do sexo, e as violências públicas e de Estado. No caso da raça e das racialidades, a história do Brasil sempre teve como *tropo*, chave explicativa ou desvio, a temática racial e da escravidão moderna. No século XIX, durante o processo de disciplinarização da história, foi a temática das raças, adotada por Karl Von Martius, que ganhou o prêmio de melhor interpretação histórica, oferecido pelo Instituto Histórico Brasileiro (MARCUSI, 2010). No início do século XX, a raça ganhou destaque como fator de explicação da “identidade nacional”. Atualmente, porém, o silêncio sobre a raça, normalmente, é prenuncio da afirmação de sua inexistência, seu “estrangeirismo” historiográfico. Porém, a supressão da raça desfavorece estudos históricos em perspectivas estruturais, e mesmo análises documentais do cotidiano, o funcionamento da raça e das racializações no dia-a-dia.³⁷

³⁶ Disponível em <https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/> Acesso em 09 de abril de 2022.

³⁷ Sobre estudos históricos da cotidianidade e da condição social da raça, ver, entre outros: ROSA (2019) e AMARAL (2018).

O retorno da raça como conceito importante para escrita da história se vincula, em resumo, a tradição da nova história social dos EUA. O que se percebe nos trabalhos da historiadora Silva Lara (2007) e Wlamyra Albuquerque (2009), por exemplo.³⁸ Novas formas de dizer um antigo conceito marxista, a atual história do pós-abolição utiliza, em suas leituras e elaborações de problemas, a noção de raça e racialidade enquanto ficções estruturantes e estruturadas pelas sociedades concretas marcadas pelas divisões de etnia e cores.

Em uma perspectiva histórico-racial de longa duração, de acordo com o historiador Francisco Bethencourt (2013, p. 29), o termo “raça” é extremamente instável. O conceito de raça foi utilizado em documentos europeus do período medieval como sinônimo de casta, “aplicado à cultura de plantar e à criação de animais” (BETHENCOURT, 2013, p. 29). Já no fim da idade medieval, raça “era usada como definição de linhagem nobre” da monarquia europeia. Somente após as longas disputas entre mulçumanos e cristãos, seguida da expansão ultramarina, no contexto ibérico, que o termo começou a adquirir um sentido “étnico” (BETHENCOURT, 2013). Assim, no séc. XVII, o termo “raça” estava associado a degeneração, impureza de sangue causada pelas “manchas” das origens judaicas, mulçumanas, ou até mesmo ao gênero feminino (BETHENCOURT, 2013). Ao atentarmos para historicidade radical do conceito de raça, para as racializações e a racialidade, portanto, assumimos que a história não existe sem escolhas do presente – é impossível historicizar sem algum tipo de anacronismo – porém, também somos respaldados por uma série de importantes trabalhos historiográficos que demonstram a fragilidade do mito histórico de que a raça só existe no “andar de cima”, de que a “raça” não funcionava “ao rés do chão”.

De acordo com o historiador Marcus Rosa (2019, p. 36):

³⁸ A historiadora Sílvia Hunold Lara (2007, p. 279), por exemplo, na conclusão do livro “Fragmentos setecentistas”, escreveu que, na América Portuguesa setecentista, a “nomenclatura das cores tornava-se [...] cada vez mais politizada e estava diretamente ligada às tensões presentes naquela sociedade”. Tratava-se: “evidentemente, de um processo crescente de racialização das relações sociais. Ainda que o termo “racialização” possa oferecer alguns problemas analíticos [...] [pois] introduz certo anacronismo, ele permite descrever um movimento de construção social de significados, indicando como as palavras designativas da cor das pessoas foram ganhando [...] acepções indicativas da condição social e de uma situação política” (LARA, 2007, p. 282). Durante o séc. XVIII até meados do séc. XIX, de acordo com Sílvia Lara (2007, p. 282), “as marcações sociais e políticas estavam ordenadas pelas regras do Antigo Regime, termos ‘branco’, ‘preto’, ‘negro’, ‘mulato’ ou ‘pardo’ indicavam clivagens cujo sentido se explicava no interior da rede hierarquizada de posições que conformava a sociedade colonial e dependia do jogo de forças da dominação que lhe dava sentido e consciência [...] [Assim,] derivado da dominação escravista e colonial, e destinado a subjugar ou excluir determinados grupos sociais, esse processo [de racialização] é diferente do racismo oitocentista [e contemporâneo]” (LARA, 2007, p. 282). Sílvia H. Lara (2007) chamou a implicação racial no social brasileiro setecentista de hierarquia social “proto-racial”.

escrever uma história social do racismo demarca a tomada de uma posição política, que consiste em dar visibilidade às práticas prejudiciais à população negra, executadas nos mais diversos níveis da hierarquia social. Ao mesmo tempo, trata-se de contemplar as formas como os negros reagiram à opressão e à exploração, não apenas resignificando a raça, mas também fazendo dela um nexó político para a construção de solidariedades entre pessoas cuja existência era marcada pelo racismo

A irmandade do Rosário dos Pretos de Cachoeira, por exemplo, os seus processos de racialização e a formação de nexos políticos e afetivos ao redor das cores/raças. “Tratava-se de uma noção de raça profundamente complexa, que atravessava a hierarquia colonial da base ao cume e estava associada às ancestralidades, às origens, às etnias e à religiosidade” (ROSA, 2019, 28). Contestamos, assim, “certa tendência [historiográfica brasileira] a tomar a raça como proveniente ‘de fora’ do Brasil e disseminada por meio de um debate feito a partir ‘de cima’” (ROSA, 2019, p. 26). Isto, pois, os sentidos e significados das cores e raças orientavam práticas e fomentavam experiências.

A tendência historiográfica de omissão ou supressão da raça, no caso das irmandades leigas, pode ser acessada no trabalho da historiadora Marina de Mello e Souza (2002), por exemplo, que escreveu: “o conceito de etnia, bastante fluido [...] substituiu” nas humanidades contemporâneas “também a noção de raça, deixada de lado não só devido às suas conotações ideológicas e estigmatizantes, como à sua inoperância para as análises sociais e culturais” (SOUZA, 2002, p. 140). Já para o historiador Roberto Guedes (2016, p. 141) a sociedade brasileira do “Antigo Regime” não estava “cindida”, entre brancos e pardos de um lado e negros de outro, pois “todos eram filhos de Deus”, batizados na mesma fé. E, indícios da “não cisão classista” e racial do passado brasileiro, de acordo com Guedes (2016, p. 142), podem ser encontrados ao examinarmos os livros de batismos de escravos do período moderno, e encontrarmos a “nobreza da terra” apadrinhando cativos, ou repararmos no “rico repertório de qualidades de cor irredutível a preto e branco, a livre e escravo” presentes nos livros e outras documentações eclesiásticas daquela época. Guedes (2016, p. 143) concluiu, assim, que os vestígios que ele encontrou no arquivo, “talvez para certo desgosto de racialistas dicotômicos de vanguarda” impossibilitam interpretações do passado brasileiro como formado por uma sociedade segmentada “em livres e forros, de um lado, e escravos d’outro, ou em qualquer clivagem social ou de qualidade de cor” (GUEDES in FRAGOSO et al, 2016, p. 143). Porém, será que o fato de que existiram

muitas categorias de “qualidades de cor” é um sinal de inexistência da ideia de raça no Brasil escravista?

O historiador Francisco Bethencourt (2013, p. 242) escreveu que, em finais do período colonial, o vocabulário racial brasileiro possuía mais de 150 categorias. E, “a grande variedade de designações cromáticas [...] não implicava a ausência do conceito de raça, mas [...] o oposto: refletia, isso sim, a mistura de características físicas e mentais” (BETHENCOURT, 2013, p. 249). Posição que seguimos em nosso estudo sobre as cores da devoção.

A experiência/agência, a africanidade/crioulização, a raça/racialidade, são conceitos-chaves que guiaram a elaboração do nosso trabalho. Em resumo: a racialidade, as experiências de relativa autonomia, e as influências da África estiveram presentes na própria estruturação do que foram as irmandades leigas e o fenômeno confrarial no Brasil. Pensar nas cores das devoções, portanto, é pensar nos movimentos contemporâneos da historiografia, e na nossa condição pós-abolicionista de produção de passados nacionais.

Caminhando com as irmandades leigas

Caminhando com as irmandades leigas, em movimento, nos questionamos: as irmandades leigas formaram movimentos sociais no Brasil Imperial oitocentista?

Para a pedagoga Nilma Limo Gomes (2018), o movimento negro brasileiro contemporâneo é educador. Pois, o Movimento Negro Brasileiro conforma um modo de existência e uma forma de produção educativa. E, de acordo com Gomes (2018), “Movimento negro” é o título que recebe algumas organizações ou reuniões de corpos interessados em ações políticas e sociais produzidas por pessoas negras organizadas com a intenção de autoafirmação identitária e combate ao racismo. Porém, não devemos extrapolar as significações do conceito de “movimento negro brasileiro” (GOMES, 2018). As irmandades leigas, por exemplo, interpeladas pelos estudos contemporâneos sobre os movimentos sociais, podem ser escritas como partícipes de movimentações sociais e políticas do passado imperial e escravista brasileiro?

Os estudos históricos sobre os clubes negros, a imprensa negra e outras associações e produções intelectuais de pessoas negras, sobretudo do campo de estudos do pós-abolição, como vimos, já demonstraram que as pessoas negras do passado brasileiro estiveram envolvidas em diferentes espaços da cotidianidade e poder. Além

disso, a mobilização sócio-política afro-diaspórica atravessa as fronteiras nacionais, identitárias ou culturais, inclusive aquelas cronológicas estabelecidas pela consciência histórica moderna da disciplina História, como elaborada na Europa dos sécs. XVIII e XIX. O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1995), por exemplo, já destacou as irmandades negras como participantes dos primeiros movimentos negros brasileiros.

De acordo com Guerreiro Ramos (1996, p. 202-203), a história do desenvolvimento da epistemologia negra, “sumariamente”, compreende um marco evolutivo que vai

dos trabalhos do africano Chico Rei que, em Minas Gerais, no princípio do século XVIII, organizou um movimento para alforriar negros escravos; as confrarias, os fundos de emancipação, as caixas de empréstimo, irmandades e juntas, instituições que recolhiam contribuições de homens de cor destinadas à compra de cartas de alforria; as insurreições de negros mulçumanos no Estado da Bahia; os chamados quilombos, aldeamentos de negros fugidos, como a famosa República de Palmares, em Alagoas, verdadeiro Estado de negro; o movimento abolicionista em que sobressaíram Luiz Gama e José do Patrocínio, intelectuais negros, e outras iniciativas e associações como o Clube do Cupim, em Recife, as Frentes Negras, de São Paulo e da Bahia... (RAMOS, 1996, p. 202-203).

Caminhar com as irmandades leigas, e escrever as suas histórias relacionais. De acordo com Caio C. Boschi (1986), as irmandades expressam sempre o seu tempo e o seu lugar de atuação, tornando uma tarefa difícil a generalização de suas descrições pontuais e documentais. Já a antropóloga Antonieta Costa (1998), em uma reflexão sobre a bibliografia produzida sobre as irmandades leigas portuguesas, escreveu que “historiadores do tema já se especializaram por áreas, tornando ainda mais difícil o acesso a uma visão global e simultaneamente sintética do que possam ter sido as origens, quais os fundadores e as motivação iniciais de culto” aos santos, santas e outros/as padroeiros/as das irmandades leigas (COSTA, 1998, p. 25). Enquanto o historiador procura delimitar e objetificar, no tempo e no espaço, o fenômeno das irmandades leigas, particularizando, a antropóloga de inspiração filosófica, busca sintetizar em uma perspectiva global o fenômeno das irmandades leigas.³⁹ Trata-se, aqui, nesta revisita aos estudos históricos sobre as irmandades leigas, de abraçar as duas

³⁹ Em um estudo genético social sobre as associações leigas de Portugal, Antonieta Costa (1998, p. 20) destacou a “participação de todos os membros” das irmandades na definição e interpretação dos “valores” de suas associações. Em uma perspectiva sintética, a prática milenar de criação e manejo de “Irmandades e [sua] correspondente filosofia” igualitária e democrática, para Antonieta Costa (1998), se torna um exemplo para as tradições democráticas e pluriculturais contemporâneas (COSTA, 1998, p. 20). Nos aproximamos desta perceptiva sintética ao pontuar a importância dos *archivos* das irmandades leigas de Cachoeira como ferramentas de transformação social no tempo contemporâneo (ver cap. III).

tradições. Aceitar a presença ausente dos fragmentos de irmandades em arquivos, em textos de história, na contemporaneidade, nas ruas, em procissões. E caminhar com elas.

Ao caminhar com as irmandades leigas, é preciso saber diferenciar as vozes produzidas em diferentes locais. Os discursos historiográficos não se confundem com a existência/experiência e a produção social e simbólica das irmandades leigas, sobretudo do passado colonial e imperial do Brasil. Pois, a existência de irmandades leigas e suas produções simbólicas e materiais excedem a natureza narrativa e discursiva dos estudos históricos. Caminhar com as irmandades leigas, portanto, é uma metáfora para significar gestos de pesquisa que levem em consideração a produção intelectual, material e social de irmandades leigas, que extrapolam seus lugares e construções como objetos de pesquisas em história.

Uma caminhada com as irmandades leigas é o gesto possível aos/as historiadores/as que escolhem trabalhar com essas associações. “Caminhar com”, ao invés de “estudar as” irmandades, é gesto de historiadores e historiadoras preocupados/as com a realidade social que nos inscreve, incondicionalmente, em cenas da cotidianidade.

3. A escritura e os *archivos* das irmandades leigas da Vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX): trabalhando com o acervo das irmandades do AHMCS

Para ir ao mais real do arquivo, ao duradouro e obsedante mistério de sua eficácia, às razões que fazem de seu aparente mutismo o mais eloquente dos silêncios, para remontar, em suma, àquilo que ele tem a nos dizer e que aqueles cuja existência ele perpetua não queriam nem pensavam em dizer, é preciso deixar que ele mesmo dite os princípios de sua exploração (DE LIBERA, 2016, p. 99).

Neste capítulo, nós propomos algumas reflexões sobre a construção e o manejo de arquivos (*Archivos*) produzidos por irmandades leigas brasileiras, sobretudo do passado colonial e imperial. O objetivo é estabelecer aproximações entre a temática historiográfica das irmandades leigas e o material empírico que mobilizou esta dissertação. Utilizamos, como suporte documental, os livros e outros papéis produzidos por algumas irmandades leigas que atuaram na Vila de Cachoeira, atual município de Cachoeira do Sul – RS. Livros oitocentistas e outros papéis avulsos, fragmentos do que foram os *Archivos* das irmandades leigas da Vila de Cachoeira, atualmente documentações custodiadas pelo Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (AHMCS). Trata-se de contar uma história sobre a história destes papéis antigos. E, cabe dizer que a minha própria história (enquanto historiador) deu “nó” com a história do “acervo das irmandades” de Cachoeira, e este texto é um resultado deste enlaçamento.

O capítulo está dividido em quatro partes. Primeiro, o encontro assombrado com Amada e Santa Josefa, para iniciar nossas discussões sobre a memória, a história e os arquivos de irmandades leigas. Na segunda parte do texto, apresentamos uma discussão sobre o conceito de arquivo e os estudos históricos sobre as irmandades leigas brasileiras setecentistas e oitocentistas. Na terceira parte do texto, o estatuto jurídico e social dos *archivos* de irmandades leigas é avaliado, ao mesmo tempo em que refletimos sobre a escrituração e a cultura escrita das irmandades leigas. Na quarta parte do texto, por fim, propomos uma forma de trabalho com arquivos de irmandades leigas pautada no ensino da história das relações e hierarquias raciais, levando em conta o “acervo das irmandades” da Vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX).

A história assombrada, Amada e Santa Josefa

Então a esqueceram. Como um sonho desagradável durante um sono agitado. De vez em quando, porém, o farfalhar de uma saia soa quando acordam, e os nós dos dedos roçam uma face no sono que parece pertencer a quem dorme. Às vezes, a fotografia de um amigo próximo ou um parente – quando olhada por muito tempo – muda, e alguma coisa mais familiar que a face querida em si ali se instala. Podem tocar aquilo que quiserem, mas não tocam, porque sabem que as coisas nunca serão as mesmas se tocarem (MORRISON, 2007, p. 363).

Amada, a filha morta de Seth, personagem espectral do romance de Toni Morrison (2007), como a própria ideia de história, desvela algo de *infamiliar*. Algo que o Dr. Sigmund Freud (2019, p. 33) escreveu como “uma espécie do que é aterrorizante, que remete ao velho conhecido, há muito íntimo”. A presença espectral de Amada nos questiona: podemos estudar a história pelo lado de dentro? Adentrar no mais íntimo e estranho, no absolutamente outro?⁴⁰

Aqui, ao evocar Amada transformada no Outro, mas também na história, propomos uma interpretação livre do romance de Toni Morrison (2007). Amada também se chama história. A casa mal-assombrada, 124, se chama arquivo, espaço registrador dos traços de fruição e sofrimento. A personagem Baby Suggs, memória viva.

Seth é a protagonista e a heroína do romance de Toni Morrison (2019). E, como as flores da árvore-cicatriz nas costas de Seth, as feridas vivas da escravidão americana juntam o presente, o passado e o futuro. Seth representa a mulher negra americana, ela é mãe de quatro filhos. Os dois mais velhos fugiram da casa assombrada, 124. Denver, a filha mais nova de Seth, foi nomeada em homenagem a personagem que ajudou Seth durante a penosa trajetória até a casa 124, uma mulher branca que acompanhou a fuga e a dor da violência física sofrida pela protagonista. Tomada pela empatia e proximidade de sexo e gênero, Seth deu à luz a sua filha mais nova, e a chamou de Denver. Mas é Amada, a filha morta de Seth, “aquela que assombra” a história, “a essência do Outro” (MORRISON, 2019, p. 121).

Ao escrever Amada, Toni Morrison (2019) se inspirou na história de Margaret Garner, que foi uma mulher negra escravizada, conhecida no movimento abolicionista norte-americano pelo caso de infanticídio do qual foi perpetradora, em 1856. Na década

⁴⁰ A literata Toni Morrison (2020, p. 362) já escreveu, sobre Amada, que foi “impelida a esse romance” pela complicada relação que mantinha com a história. “Uma relação que era cautelosa, atenta, mas aberta à persuasão” (MORRISON, 2020, p. 362). Pois, ciente de “certos apagamentos, certas ausências e silêncios na história escrita”, Morrison (2020, p. 362) não deixou de nutrir uma dependência “sólida e contínua, da história” (MORRISON, 2020, p. 362).

de 1980, ao realizar a ampla pesquisa documental que deu origem ao “Livro Negro”, *The Black Book*, Toni Morrison (2019) acessou as páginas publicadas no jornal *American Baptist*, em 12 de fevereiro de 1856, onde o reverendo P. S. Bassett, do Seminário Teológico de Fairmount, escreveu a conversa que teve com a prisioneira Margaret Garner. Anos depois, o historiador Steven Weinsenburger também escreveu uma biografia de Margaret Garner. Enquanto historiador, de acordo com Morrison (2019, p. 112), Weinsenburger realizou “um exame completo dos fatos relacionados aos atos de Margaret Garner e suas consequências”. E, o exame fático do historiador, de acordo com Toni Morrison (2019, p. 112), foi capaz de compor a “história clássica de uma mulher rejeitada que matou os filhos como um ato de vingança contra seu pai infiel”.⁴¹

Amada, a história, lendo, relendo, escrevendo, apagando sua história, o reverendo, o historiador.

O homem no meu rosto está morto, o rosto dele não é meu a boca dele tem cheiro doce, mas os olhos são travados [...] estamos todos tentando deixar nossos corpos para trás o homem na minha cara fez isso é difícil fazer a pessoa morrer para sempre a gente dorme pouco e depois volta (MORRISSON, 2007, p. 282-283).

Amada rediviva. A história, difícil de morrer. Os sussurros e a branquitude historiográfica. Tantas histórias sobre a estória de Margaret Garner e o gesto fatal do infanticídio. Toni Morrison (2007) resolveu dar lugar a imaginação, e dar voz a menina morta: Amada. A história no rosto de Amada se decompõe, pois ela também é escritura. Amada é a história, é tessitura, e ela tem no rosto as marcas das costuras. Ninguém sabe de Amada. Do fundo, outro, completamente outro, Amada pede que lhe toquem por dentro. Em uma das cenas mais intensas do filme *Beloved*, dirigido por Jonathan Demme, Paul D, personagem criado por Toni Morrison (2007) e interpretado por Danny Glover, cede aos desejos eróticos e espectrais de Amada, Thandie Newton, na dispensa da casa 124. Em um jogo de luzes vermelho-sangue, Amada, como a história, completamente outra. O toque no real que atravessa a sensibilidade. Na casa 124, no arquivo, em contato com as lembranças e os vestígios da memória viva, Babby Suggs. Paul D toca a história, pondo do avesso o que é factual: Paul D, Amada, a história e a verdade de Seth, ao desvelar o que esteve escrito no papelzinho que Selo Pago lhe

⁴¹ A ética do infanticídio é uma discussão levantada pela leitura do romance de Morrison (2007). Ver também: BHABHA (1998) e SANTOS (2020).

mostrou. Um recorte de jornal, Paul D pediu o auxílio do amigo para que pudesse ler: Seth, Margaret Garner, e o seu retrato no jornal, o infanticídio, Amada. A impressão na folha, a impressão de arquivo, o retrato de uma mulher que não era Seth, a Seth de Paul D.

Amada é a história, ainda, insatisfeita, na casa da memória, 124. Buscando nas lembranças de Seth, vasculhando o seu passado. Exigindo suas matérias, suas fruições e sofrimentos. O que satisfaz Amada? Por que ela foi embora?

No fim da travessia de Denver, em sua maturidade, ela enfrentou a irmã Amada. A casa da memória, 124, foi tomada pela presença da aliança. Corpos políticos. “Trinta mulheres compuseram uma companhia e seguiram devagar, devagar para o 124” (MORRISON, 2007, p. 341). As mulheres negras no arquivo. A história confrontada.

Quando se encontraram, todas as trinta, e chegaram ao 124, a primeira coisa que viram não foi Denver sentada nos degraus, mas elas mesmas. Mais jovens, mais fortes, até como meninas pequenas dormindo deita das na grama. Lampreias espirravam óleo nas frigideiras e elas riam servindo-se de salada de batata nos pratos. Bolo de frutas vertendo xarope roxo colorindo seus dentes. [...] Denver ouviu murmúrios e olhou para a esquerda. Pôs-se de pé quando as viu, Elas se juntaram, murmurando e sussurrando, mas não pisaram no quintal. Denver acenou [...]. Seth abriu a porta e pegou a mão de Amada (MORRISON, 2007, p. 342-346).

Lembranças de fruição e sofrimento reuniram os corpos em torno da casa 124, da casa que também foi da memória viva, Baby Suggs. Trinta mulheres, em aliança e mobilização, também política. Amada rediviva, duas vezes. A catarse do romance de Morrison (2007, p. 346), “as vozes das mulheres buscavam a combinação certa, a chave, o código, o sol que domava as palavras”. Os movimentos e as potências do cuidado se reúnem no arquivo, na casa 124, e Amada, a história, é curada. Mas Amada nunca foi embora, e Santa Josefa?

Moveu-se, como um espectro, do sul mais profundo dos Estados Unidos para o sul fronteiro do Império Brasileiro oitocentista. Territorialmente longe da fazenda Doce Lar, mas ainda perto do local nefasto, escravista e patriarcal, do romance Amada: Santa Josefa.

O historiador e folclorista Dante de Laytano (1995), que viveu entre 1908 e 2000, muito interessado pelo estudo do “folclore” regional gaúcho e pelo estudo da “cultura popular” e “negra”, escreveu sobre Santa Josefa. De acordo com Laytano (1995, p. 198), o historiador Aurélio Pôrto, que viveu de 1879 a 1945, também já havia se interessado pela história da Santa, e a escreveu chamando-a de *Lenda de Cachoeira*,

em forma de versos. E, antes de Laytano e Pôrto, o historiador Pe. Carlos Teschaeur (18789 – 1930) já havia escrito a história de Santa Josefa, colocando-a no “ciclo da escravidão” de sua composição histórico-folclórica (LAYTANO, 1995, p. 199). O literato Alcides Maya também “a cita como sendo comum de todo o Rio Grande, no que concorda Augusto Meyer, que acha um dos casos mais populares de assombração na nossa campanha” (LAYTANO, 1995, p. 199). Assombrado por outros intelectuais do séc. XIX e XX, Laytano (1995, p. 1999) escreveu:

[Santa Josefa] nasceu no tempo da escravidão, era uma [mulher] negra e seu senhor tanto a espancava, martirizava e surrava que a dor a santificou. Humilde e sofredora, quando o açoite do patrão rasgava-lhe a carne, punha os olhos num cantinho do céu, onde então, via Nossa Senhora. O heroísmo da negra escrava exasperava ainda mais a fúria do patrão perverso, que lhe aplicou novos e tremendos castigos que a negrinha [sic] resistia graças à Nossa Senhora. Possesso, o senhor inventa novos suplícios e, num dia de sexta-feira santa, manda [Josefa] a negra [sic] fazer sabão, o que ela obedece paciente, mas, assim que o tacho começou a ferver, o malvado atirou a escrava lá dentro e ela morreu logo; sendo enterrada, ainda tinha um sorriso nos lábios. Coragem dos que padecem. Muitos anos depois, em dia que um cachorro fuçando a terra, descobre o braço, resolvem exumar o cadáver da negrinha [sic]. Estava intacta, com o mesmo sorriso, tão bonita e circundando-lhe a cabeça um estranho resplendor de luz celeste. Era a luz da lágrima bendita que deixara cair Nossa Senhora na escura fronte da negrinha [sic] mártir (LAYTANO, 1995, p. 199).

Josefa rediviva. A memória da escravidão repensada pelo imaginário racista e intelectualista brasileiro dos séculos XIX e XX. Desde a complacência de Josefa às agruras da escravidão, narrada como uma “negrinha” “humilde e sofredora” no texto de Dante Laytano (1995), até a exumação de seu corpo, que teve início com o “cachorro fuçando a terra”, toda a história folclórica de Santa Josefa desvela a violência de gênero e o racismo presente no pensamento brasileiro contemporâneo.

A história de Santa Josefa foi registrada de muitas formas. Mas, desde o momento em que começou a devoção a Santa, na segunda metade do século XIX, a materialidade do túmulo de Santa Josefa afeta a história, a memória e o passado da Vila de Cachoeira, atual município de Cachoeira do Sul – RS.⁴² Outra versão da história de Josefa:

Josefa era uma escrava que pertencia a um rico senhor em Cachoeira do Sul e que vivia perseguindo a jovem em busca de seus amores. Josefa resistira as ameaças de morte que recebia, mas um dia seu patrão

⁴² Sobre a Vila de Cachoeira no século XIX, ver: HAACK (2019), SÔNEGO (2011), FAGUNDES (2009).

começou a bater nela com socos e pontapés e simplesmente mandou abrir uma cova para enterrar a escrava. A ordem foi cumprida e com o passar dos dias começou a verter sangue de seu túmulo. A partir daí, os escravos passaram a acender velas em memória de Josefa (O CORREIO, 2019)⁴³.

Santa Josefa parou de morrer? A violência senhorial e a devoção comunitária. Uma história crível e revoltante de uma existência que não para de intervir na realidade e na memória social. O relato atualizado sobre a vida de Santa Josefa foi impresso no jornal que publicou a notícia de que a Capela e o túmulo da Santa haviam sido atacados e furtados. Por que não as placas de ouro e bronze produzidas em memória a outras existências? E são frequentes os ataques à memória de Santa Josefa de Cachoeira.

Em 30 de setembro de 2010, a notícia no Jornal do Povo de Cachoeira do Sul anunciava: “fogo no túmulo da Santa Josefa”.

Os responsáveis pela Capela Nossa Senhora do Bonfim, onde fica o túmulo de Santa Josefa, tiveram uma surpresa desagradável [...] A sepultura da escrava cachoeirense conhecida por seus milagres tinha sido consumida pelo fogo, ato provavelmente criminoso e executado por vândalos (JORNAL DO POVO, 2010).

O racismo assombrado de um passado presente, que se sustenta não somente por permanências, mas, talvez ainda mais, por revivescências. Como escreveu o historiador Ethan Kleinberg (2017, p. 206),

A história convencional do Brasil articulada por historiadores [e historiadoras] profissionais é assombrada por um passado repleto de fantasmas que perturbam essa própria história: os fantasmas dos povos indígenas, da conquista, da escravidão, da ditadura e da instabilidade política. Uma apresentação mais completa da história do Brasil seria aquela que permitisse o espaço para esses fantasmas aparecerem, mesmo que sua aparição possa ser profundamente perturbadora devido às formas em que competem, contradizem e incomodam uns aos outros (KLEINBERG, 2017, p. 206).

Aqui, o advento de Amada e Santa Josefa é um convite para que pensemos na história profissional (acadêmica e meio-científica) e em sua quebra no lugar do fantasma – do assombroso e fantasmático. As irmandades leigas, por exemplo, que podem participar como um espectro nessa estória. Pois, no universo histórico e católico imperial brasileiro, a cotidianidade se misturou com a catolicidade e a racialidade, a

⁴³ Não utilizamos as reportagens de jornais como fontes históricas, apenas como literatura complementar. Sobre a utilização de jornais como fontes e objetos de história ver, entre outros: ELMIR (2012). A apresentação do *corpus* documental deste trabalho é realizada nas seções abaixo.

sexualidade etc. que são matérias cristalizadas nos *archivos* de irmandades leigas. Fragmentos de passados espectrais.

Anterior a toda história, as irmandades leigas possuem suas próprias memórias. Babby Suggs, a avó da história de Amada, personagem de Toni Morrison (2007), que é a chave de tantos caminhos. Baby Suggs, a memória viva, que leva até a casa 124, o arquivo, a conciliação e a aliança, com Amada, com a história.⁴⁴

O arquivo reconciliado com a memória viva, no bosque da fruição e sofrimento, a história das irmandades leigas é devedora das memórias dessas associações. E, a história de Baby Suggs, que teve no romance de Toni Morrison (2019, p. 114) “um papel decisivo no ato de suportar a escravidão como uma pregadora que não frequenta a igreja e escolheu a própria vocação”, pode oferecer algumas direções para caminhada com as irmandades leigas.

Caminhando com as irmandades leigas, podemos, talvez, ouvir o sermão da floresta da memória, é a voz de Baby Suggs. Reunindo os corpos, mulheres, homens, jovens, idosos e crianças, em torno de uma clareira, Baby Suggs, sagrada.

Ela gritava: – Que venham as crianças! – E estas saíam correndo em sua direção. – Riam alto para que suas mães ouçam – dizia. As risadas ecoavam na mata, e os adultos não conseguiam deixar de sorrir. Então Baby Suggs gritava novamente: – Que venham os homens! E eles avançavam um a um por entre as árvores. – Dancem para que suas mulheres e seus filhos vejam – dizia, e os bichinhos da terra estremeciam sob seus pés. Finalmente ela chamava as mulheres. – Chorem – diziam – pelos vivos e pelos mortos. Apenas chorem. O riso das crianças, a dança dos homens e o choro das mulheres tomavam conta da mata. Então o tudo se misturava: as mulheres paravam de chorar e começavam a dançar; os homens se sentavam e choravam; as crianças dançavam, as mulheres riam, até que, exaustos e aliviados, todos se deitavam espalhados pela Clareira, suados e ofegantes. [...] Aqui – [Babby Suggs] dizia –, neste lugar, somos carne; carne que chora, que ri; carne que dança descalça sobre o capim. Amem essa carne. Amem muito. Lá fora eles não amam nossa carne. Eles a desprezam. Nem amam nossos olhos; só querem arrancá-los. Muito menos amam a pele em nossas costas. Lá fora eles açoitam. E, meu povo, eles não amam nossas mãos. Essas eles apenas usam, amarram, prendem, cortam fora e deixam vazias. Amem suas mãos! (MORRISON, 2007, p. 125-126).

⁴⁴ No 124, no arquivo, “antes de a casa se transformar em brinquedo de espíritos e lar dos esfolados”, lar da branquitude historiográfica, “o 124 tinha sido uma casa alegre, movimentada, onde Babby Suggs, sagrada, amava, alertava, alimentava, castigava e acalmava” (MORRISON, 2007, p. 124). No tempo anterior a história, anterior ao nascimento de Amada. “As três (talvez quatro) tortas de Baby Suggs viraram dez (talvez doze). As duas galinhas de Seth viraram cinco perus. O bloco de gelo trazido lá de Cincinnati – sobre o qual despejaram melancia amassada misturada com açúcar e hortelã para fazer um ponche – se transformou numa carroça de pedras de gelo para uma banheira cheia de pasta de morango. O 124, rolando de riso, boa vontade e comida para noventa [...] Onde ela conseguia isso tudo, Babby Suggs, sagrada?” (MORRISON, 2007, p. 189).

Escutando a memória, pensamos: a disciplina da história, por vezes, tenta fechar algo que é interminavelmente aberto, os sentidos do passado. Na história acadêmica, sobretudo na história social produzida no Brasil, por exemplo, historiadores/as costumam cultivar um gosto particular pelo sabor/saber do arquivo, preferem sempre consultar os “originais”, as fontes “primárias”, historiadores/as costumam usar a imaginação, mas só aquela “controlada”, para manter suas histórias “fortes”, sem espaço para os fantasmas, a fantasia, o fabular e o fabuloso. Como se as instituições de arquivo não fossem estruturalmente espectrais (KLEINBERG, 2017, p. 10). Pois, o passado transformado em história é, atravessadamente, uma presença ausente. De acordo com Ethan Kleinberg (2017, p. 144), o passado histórico é barrado. “A barra indica e explicita o entrelaçamento ontológico-epistemológico da história e do historiador com o passado” (KLEINBERG 2017, 144). Pois, historiadores/as preocupam-se “com os vestígios do passado” que tem em mãos, mas seu “objeto de investigação (se podemos chamá-lo de objeto) não possui propriedades ontológicas próprias no presente e é construído pelo meio do historiador” e da historiadora, “muitas vezes envolvendo as categorias da lenda” além dos fatos (KLEINBERG, 2017, p. 145). Assim, a multiplicidade generativa do passado como ele é-carrega as marcas da diferença.

Entre os traços, as traças e os rastros que compõem os arquivos e os trabalhos de história, um aporte desconstrutivo à história, de acordo com Kleinberg (2017, p. 148), evidencia os fechamentos abruptos realizados pelos estudos históricos contemporâneos. Como é o caso da recente atenção historiográfica à história global, que se preocupa com os passados não-ocidentais, porém “o faz aplicando abordagens históricas epistemológicas e metodológicas ocidentais convencionais” (KLEINBERG 2017, p. 148). A história repensada, refigurada pelas vozes da memória, como aquela de Baby Suggs, ao contrário, deve começar problematizando o que é um pressuposto natural do discurso historiográfico: o arquivo.

Como escreveu o historiador Dominick LaCapra (2004, p. 23), o arquivo, do ponto em que é visto pelos/as historiadores/as, é o repositório do que ele não é, ou do que deixou de ser. Pois, as instituições de arquivo funcionam como um suplemento da memória viva, os arquivos carregam apenas traços, restos, rastros, retalhos coloridos – como aqueles do bordado de Baby Suggs – das experiências sociais que os documentos revelam, do que o arquivamento de uma época permitiu preservar. Os arquivos contam muito mais deles próprios do que de personagens do passado. E, para os/as historiadores/as, o lugar do arquivo é o lugar de um “investimento fantasmático”

(LACAPRA, 2004, p. 24). É no arquivo que se joga com a fantasia, que se constroem histórias de vida retiradas de papéis cheirando a mofo, é no arquivo que se conjuram os fantasmas (os nossos próprios e os dos “outros”), que se escrevem as fábulas da história escrita. No arquivo se inventa uma representação e se encontra uma referência. Mas, os/as estudiosos/as dos arquivos, muitas vezes não levam em consideração que as instituições de memória são também históricas e incompletas. Assim, historiadores/as ignoram as histórias de montagem dos arquivos: a forma pela qual os papéis velhos se transformam em documentos. Historiadores/as temem deixar as fontes com as suas marcas, transformando o anacronismo em uma assombração da história. Como escreveu o historiador Hans Kellner (1997, p. 128), historiadores/as costumam esquecer que não existem dados, objetos, assuntos ou documentos históricos não “processados” e profundamente implicados em algum “sistema cultural”. No gesto de historicizar, marcar a anterioridade do que é “passado” – como um “país estrangeiro” – historiadores/as acabam por esquecer que o/a morto/a assombra o vivo, e que a história é canibal (CERTEAU, 2011). No caso de documentos de arquivo, por exemplo, suas construções, preservações e manejos, dependem das histórias particulares de criação e montagem dos arquivos públicos ou privados, dos procedimentos de arquivamento e custódia, além do trabalho de organização e arranjo realizado pelos funcionários/as de instituições de memória.

Na seção seguinte veremos como os arquivos foram tratados pela historiografia das irmandades leigas brasileiras. O objetivo é não abafar a voz de Amada, de Santa Josefa. Ouvir ao fundo desse texto, mesmo que distante, o sermão da floresta de Babby Suggs, a memória viva.

O arquivo e os estudos históricos sobre as irmandades leigas

O arquivo, como impressão, escritura, prótese ou técnica hipomnésica em geral, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável *passado*, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo arquivante determina também a estrutura do conteúdo arquivável em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro (DERRIDA, 2001, p. 29).

Refletir sobre o trabalho histórico nos arquivos não é uma tarefa clássica da disciplina história. Pelo contrário, muito recentemente historiadores/as passaram a adotar uma postura autocrítica e reflexiva sobre os lugares onde se guardam algumas

“fontes” de sua disciplina.⁴⁵ De acordo com a antropóloga Luciana Heymann e a historiadora Letícia Nedel (2018), foi a partir dos anos 1970 que as questões sobre as construções sociais dos arquivos e suas intrínsecas relações com o poder foram levantadas nas ciências humanas ocidentais.⁴⁶ Neste texto, acompanhamos esse “giro arquivístico”, e nos preocupamos com o estatuto dos arquivos e a produção de conhecimento das irmandades leigas brasileiras oitocentistas. Ao contrário de pensarmos os arquivos como abjetos, objetos indigestos de investigação, nos filiamos as perguntas: o que é um arquivo? O que cabe e o que exclui essa palavra, arquivo? O que ocupa esses lugares, ditos de arquivo? O que faz um/a historiador/a no arquivo? Pode-se fazer, para além de uma história nos arquivos, uma história dos arquivos? (HEYMAN, 2012), (SCHELL, 2018), (SILVA, 2019).⁴⁷

⁴⁵ Falar de arquivo, como escreveu o historiador Paulo Moreira (1996), “é fundamental para que fique evidente que não somente doses de sacrifícios participam de um estudo historiográfico, somando-se também divertimento e satisfação” (MOREIRA, 1996, p. 16). O “arquivo” pode aparecer como um espaço físico, com uma sala ampla e pequenas mesas ocupadas por poucos habitantes, ou pode ser o arquivo online, a aquele que, a través de uma página virtual com um buscador de dados, nos deparamos com uma colossal fonte de realidades do passado; e a ainda, e porque não, o arquivo como uma síntese de nossa própria consciência “histórica” – ou de nossa inconsciência e vida. Em todos os casos, como escreveu a historiadora Arlette Farge (2009), o arquivo propõe viagens “em termos de mergulho, de imersão, e até afogamento...” (FARGE, 2009, p. 11). E, a analogia entre o arquivo e o oceano “está longe de ser fortuita”, “o mar se faz presente, aliás, repertoriado em inventários” (FARGE, 2009, p. 12). A infinidade documental “permite essas evocações marinhas na medida em que se subdivide em fundos”, são como pontas de *iceberg*, e os documentos carregam o frescor e a imensa estranheza da oceanidade arquivial. Porém, devemos estar atentos/as à maneira de falar do arquivo. Como escreveu o antropólogo Mario Rufer (2016, p. 160), é comum encontrarmos nas introduções ou apresentações de textos de historiadores/as as frases: “El archivo es un espacio de poder”, “no existe dato sin selección previa”, “no hay nada transparente en la selección de las fuentes’ [...] [Mas,] Las frases anteriormente citadas, cual anuncio de ‘fumar es perjudicial para la salud’ sostenido por un fumador empedernido, normalmente preceden a investigaciones [históricas] tradicionales que después de haber sellado con esa frase una especie de prevención ante lo que en efecto ‘se sabe’, sin embargo proceden en el ejercicio de escritura con ausencia de reflexión epistemológica sobre *sus* fuentes, *su* objeto, *su* operación particular, cotidiana, de producción de evidencia” etc.

⁴⁶ Na apresentação do livro “Pensar os arquivos”, Heymann e Nedel (2018, p. 7-13) escreveram que, na esteira do “pós-modernismo”, novos caminhos teórico-metodológicos surgiram para as ciências humanas que trabalham com/em arquivos. Assim, “historiadores e antropólogos”, embalados pelo “giro reflexivo” que ocorreu em suas disciplinas, “vêm sendo confrontados com os arquivos de uma perspectiva que extrapola a ordem das escolhas e exclusões constitutivas” dos seus trabalhos de pesquisa (HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 8). No Brasil, a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na década de 1970, contribuiu para aproximação dos historiadores e historiadoras do trabalho em arquivos. O que na verdade sempre aconteceu na disciplina, já que importantes historiadores e historiadoras normalmente ocuparam funções profissionais em instituições públicas e privadas de arquivo. Ver: ALVES (2019).

⁴⁷ Segundo o filósofo Paul Ricoeur (2000, p. 177): “o arquivo apresenta-se [...] como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social.” O arquivo, segundo o filósofo Jacques Derrida (2001), pode começar a ser interpretado em sua origem etimológica *arkhê*, que designa ao mesmo tempo começo e comando (DERRIDA, 2001, p. 11). “O sentido vem do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam” (DERRIDA, 2001, p. 12). E, o arquivo, de acordo com Derrida (2001, p. 22), na psicanálise e nas ciências humanas em geral: imaterial

No texto “O inquisidor como antropólogo”, o historiador Carlo Ginzburg (2007, p. 282) escreveu que, na década de 1970, enquanto ele era estudante do Instituto Warburg, quando entrou “pela primeira vez na grande sala cheia de armários em volta”, no Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Udine – Itália, “onde estavam conservados, em perfeita ordem”, quase dois mil processos inquisitoriais, emocionou-se; sentiu-se como “um garimpeiro que dá com uma rocha inexplorada” (GINZBURG, 2007, p. 282). E, a metáfora do arquivo como “pedra bruta” utilizada pelo historiador italiano, de acordo com a antropóloga Ann Laura Stoler (2018), não é fortuita. Os gestos extrativistas dos/as profissionais da história formam indícios e resquícios da antiga convicção moderna de que mais vale, para boa pesquisa histórica, acessar o “reservado”, o “confidencial”, os “originais”. Historiadores/as “mineram o conteúdo” do documento, “mas raramente dão atenção a sua forma ou contexto peculiar” de produção (STOLER In: HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 210). Historiadores/as escrevem romances históricos sobre a resistência, sem falar das traças ou das organizações das prateleiras de onde tiraram as suas “fontes”. Ann Stoler (2009) não nega que os arquivos evidenciam acontecimentos, mas a antropóloga defende que suas produções, preservações e manuseios, formam também acontecimentos históricos, políticos etc. E, o arquivo pode ser tomado como processo e não como “coisa”, simples repositório de “fontes”. Quase-vivo, máquina-corpo, o arquivo-processo é pulsante. Nos acervos documentais de irmandades leigas, por exemplo, em suas nomenclaturas, nos registros de arquivo,

ou/e material, torna-se lugar “em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória”. Então, como suplemento da memória viva, o lugar de arquivo se inscreve simbólica e materialmente em estratégias de rememoração e esquecimento. E, é essa ambivalência da tensão entre o que se visibiliza e o que se invisibiliza, que faz com que “naquilo que permite e condiciona o arquivamento” só encontremos “aquilo que expõe à destruição e, na verdade, ameaça de destruição” (DERRIDA, 2001, p. 23). Ou seja, “o que” se arquivava autoriza outro: “o que” que se incinera. Isto, pois, o “arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo” (DERRIDA, 2001, p. 23). Então, contra uma memória viva, indisponível para as telas do presente, o arquivo é sempre indício de uma violência inicial: “de modo reiterado [o arquivo] deixa o rastro de uma incisão diretamente na pele: mais de uma pele, em mais de uma era. Literal ou figurativa. A estratificação folheada, a superimpressão pelicular destas marcas cutâneas parece dificultar a análise. [...] Sob cada folha, abrem-se os lábios de uma ferida para deixar entrever a possibilidade abissal de outra profundidade prometida à escavação arqueológica” (DERRIDA, 2001, p. 33). Como escreveu Michel de Certeau (2011, p. 187): “o corpo [atingido pelos cortes cutâneos de arquivo] é o corpo social, evidentemente, mas funciona na história como o corpo procurado pela carícia, alheio ao espírito, ‘diferente do pensamento’ [...] Em suma, o corpo é o outro de que se fala, mas que se é incapaz de fazer falar”. No corpo social da memória, o arquivo é, portanto, “mais que uma coisa do passado, antes dela”, o arquivo põe “em questão a chegada do futuro” (DERRIDA, 2001, p. 48). Trabalhar com arquivos, afinal, é um exercício político. “O arquivo não é uma coisa política entre outras, ele é de uma ponta a outra, o que orienta a coisa pública (*res pública*), o sentido político” (DERRIDA, 2001, p. 16). Por conta disso, “em estados antiliberais e totalitários os arquivos são mantidos em segredo, enquanto nos estados democráticos eles são um bem comum e público, que pode ser individualmente utilizado e interpretado. [...] sem arquivo também não existe espaço público nem crítica. Sem arquivo não existe *res publica*, ou seja, não há república” (ASSMANN, 2011, p. 368-369).

saltam aos olhos diferentes constituições (ou composições) de inteligibilidades e discursos (STOLER, 2009, p. 20). Os *archivos* de irmandades leigas, por exemplo, são produtos e produtores de normas e ressignificações criativas da lei inscritas em livros e outros documentos e papéis antigos. Mas, evidências sem a vidência de que no arquivo há processo e vida, ver no arquivo pedra ou ouro, de acordo com Ann Stoler, é sofrer de mal de arquivo, que, como escreveu o filósofo Jacques Derrida (2001), é traduzível como uma febre que abate o/a historiador/a que trabalha com/no arquivo, um mal sofrido por não deixar espaço para os/as fantasmas, a fantasia, o fabular e o fabuloso.⁴⁸

O caso da temática das irmandades leigas não foge a pouca e recente atenção dedicada aos arquivos pelos/as historiadores/as. De acordo com o arquivista português Pedro Penteadó (1995, p. 151), a investigação de arquivo sobre as irmandades leigas esbarra em obstáculos causados pela profusão de suas documentações, além da falta de tratamento arquivístico especializado em acervos confrariais, nos arquivos privados e públicos, nacionais ou regionais etc. E o quadro descrito pelo arquivista português se repete, em parte, no Brasil, que também não possui centros de tratamento especializado em documentos e *archivos* produzidos por irmandades leigas.

De acordo com o historiador Caio C. Boschi (1986, p. 204), um dos obstáculos para a investigação histórica de irmandades leigas brasileiras é o acesso a documentação original: “em parte, porque foi recolhida por particulares, nas mãos de quem se perdeu, ou (quando ainda existente) porque ela se extraviou no emaranhado dos arquivos nacionais e portugueses”. O “caráter efêmero de certas associações”, especialmente as irmandades negras, “que desapareciam sem deixar traços ou resíduos documentais” também inviabiliza o trabalho mais profícuo em arquivos de irmandades leigas (BOSCHI, 1986, p. 204).

Na década de 1990, o historiador João José Reis (1991, p. 116) escreveu que, “infelizmente, os arquivos das irmandades e ordens terceiras baianas desapareceram ou

⁴⁸ O historiador Dominick LaCapra (2018, p. 50) escreveu que “a crença na objetividade total da pesquisa histórica, muitas vezes correlacionada com uma ideia de arquivo de documentos escritos como o alicerce de tal objetividade, pode às vezes funcionar como outra instância de hipostasiar uma ausência ou buscar uma certeza ou um fundamento absoluto onde não está disponível”. E, o mal de arquivo é também essa obsessão nostálgica. Como escreveu a psicanalista Elisabeth Roudinesco (2006, p. 9): “Existe em todo historiador, em toda pessoa apaixonada pelo arquivo uma espécie de culto narcísico do arquivo, uma captação especular da narração histórica pelo arquivo, e é preciso se violentar para não ceder a ele. Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, para um arquivo reinventado que funciona como dogma [...] [De qualquer forma,] não há como não admitir que o arquivo (destruído, presente, excessivo ou apagado) é a condição da história”.

estão a caminho disso, com raras exceções”. Sendo que, na Bahia do final do séc. XX, de acordo com João J. Reis (1991, p. 116), nos raros arquivos privados, que possibilitavam à consulta da documentação produzida por irmandades leigas, não se adotou “um controle e uma fiscalização permanentes do acervo, tornando problemática a consulta e, mais ainda, a segurança” da documentação (REIS, 1991, p. 116).

No início do séc. XXI, a historiadora Lucilene Reginaldo (2005, p. 212) escreveu, sobre o Arquivo da Irmandade dos Pretos do Pelourinho – BA, que, “tendo em vista a umidade e má conservação do local onde se encontra alojado o acervo documental, bem como a falta de segurança do mesmo”, é possível que “documentos [...] preciosos tenham se perdido para a posteridade”. No Rio de Janeiro da mesma época, a historiadora Mariza de Carvalho Soares (2000) escreveu que, no segundo andar da Igreja de Santa Ifigênia – RJ existe “um pequeno recinto, onde foi criado o Museu do Negro, que guarda um livro encadernado onde está cuidadosamente transcrito o primeiro compromisso da irmandade” de Santa Ifigênia e Santo Elesbão e “também a correspondência eclesiástica para sua aprovação”. De acordo com Soares (2000, p. 20), “o Museu do Negro guarda também antigos livros de registro de irmãos e um conjunto de óbitos dos sepultamentos realizados no cemitério da irmandade, todos do século XIX.” (SOARES, 2000, p. 20). Como representante da condição social dos *archivos* de irmandades leigas, no entanto, o Museu do Negro é uma exceção.

Ao refletirmos sobre a normalidade das más condições dos arquivos de irmandades leigas (sobretudo de irmandades negras), é impossível não pensarmos nestas perdas documentais e patrimoniais como uma prática de necropoder ou de epistemicídio. De acordo com a filósofa Sueli Carneiro,

o epistemicídio [...] se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005, p. 96).

No caso dos *archivos* de irmandades negras, trata-se de um epistemicídio arquivístico ou patrimonial. “Assim, da destruição e/ou desqualificação da cultura do dominado, o epistemicídio retira a legitimidade epistemológica da cultura do dominador, justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental” (CARNEIRO, 2005, p. 101).

Os *Archivos* confrariais abordados pela historiografia brasileira se encontram atualmente em diversas instituições de arquivo, e a mercê da precariedade estrutural que abate os arquivos e a preservação e manutenção patrimonial e documental brasileira (SILVEIRA, 2017). Mas, qual o estatuto e a importância política dos *archivos* de irmandades leigas? Depois do surgimento da tradição antiga greco-romana da *arché*, antes da revolução documental do séc. XX, longe do surgimento dos primeiros arquivos nacionais na Europa da modernidade tardia, quais foram os sentidos dos arquivos de irmandades leigas brasileiras? O que são esses (acúmulos de) papéis antigos, livros, correspondências, *archivos* de irmandades leigas? Onde a escritura “*archival*” se divide e se dissolve com a própria vida e a experiência da cotidianidade do passado e do presente, como experimentados pelas irmandades leigas?

Os *archivos* de irmandades leigas

[...] as irmandades costumavam possuir vários livros para registros de natureza diversa. Esta documentação, com alguma variação, geralmente compunha-se: de uma brochura que servia de ata das reuniões ordinárias e extraordinárias, do livro de assentos das entradas dos irmãos, de um para o lançamento das eleições [...] outro para inventário dos bens e, finalmente, um livro de receita e despesa. Apesar do grande número de livros acumulados no decorrer da existência de uma confraria, é raríssimo, nos dias de hoje, ter-se em mãos algum destes manuscritos (REGINALDO, 2005, p. 195).

De acordo com o “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” (2005, p. 36) arquivo privado é aquele “de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular”. O arquivo privado se distingue do arquivo público, pois não comporta, em um primeiro plano, documentação “integrante da administração pública” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 36).⁴⁹ No que concerne aos estudos históricos sobre as irmandades leigas, quando se utilizam de Livros de Entrada, de Receita e Despesa, das Eleições, etc., manuscritos produzidos pelo e para o gerenciamento interno das irmandades, lidam com documentação privada. Pois, os Livros e outros papéis internos que compõem os *Archivos* confrariais não foram produzidos como documentação oficial, apesar de terem, muitos deles, função comprobatória e algum tipo de chancela de autoridades estatais. Já as correspondências trocadas entre as irmandades e as câmaras municipais e demais esferas do poder público

⁴⁹ Sobre os arquivos privados ver, entre outros: CAMARGO (2009), HOBBS In HEYMAN;NEDEL (2018), HAYMAN (2009)

das Províncias, ou com a própria Coroa, além dos documentos que foram remetidos e avaliados pelos poderes públicos – como é o caso dos Compromissos – fazem parte da documentação pública: documentos redigidos pela/para “administração pública” do Estado Luso-Brasileiro (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 36).⁵⁰

Qual era a finalidade da escrita dos livros de irmandades? Escrevê-los era tarefa exercida apenas à verificação das autoridades eclesiásticas e estatais? Os livros de irmandades e suas escritas, portanto, constituem apenas vestígios burocráticos, meio-privados, restos do funcionamento de parciais aparelhos ideológicos de estado? Ou, estariam escritos nos livros de irmandades leigas também uma memória a contrapelo? Em muitas páginas dos livros da irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, por exemplo, encontramos a assinatura caprichosa do mestre pedreiro Iziquiel da Cunha. Destoando da escritura ligeira, pouco vívida dos escrivães provavelmente brancos, as assinaturas de Iziquiel da Cunha – homem negro e letrado – desvelam os livros da irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira como suportes de resistências, extensão de ações políticas, visibilização de existências marcadas, talvez, pela dororidade da situação de escravidão, do racismo confesso e inconfesso, porém capazes de resistência e inteligência.⁵¹ Como que desterritorializando o

⁵⁰ Como escreveu o historiador Christopher Prochasson (1998, p. 106), é a qualidade da intenção que permite distinguir os arquivos públicos e privados. Os livros e outras documentações internas das irmandades leigas, por exemplo, afastadas dos documentos de tipo público, que são afeitos a tratar da administração do Estado, se vinculam ao tipo documental privado, que pende para o lado da intimidade, na medida em que não foi chamado, “no momento de sua elaboração, a atingir um nível de oficialidade ou de notoriedade” dos documentos públicos de Estado (PROCHASSON, 1998, p. 107). E, essa propensão à intimidade da documentação privada é coisa séria. A historiadora Ângela C. Gomes (1998) já alertou para o perigo de cair nas malhas do feitiço de algum arquivo privado. Talvez por estarem parcialmente despidas da familiar retórica pública e “oficialesca”, as documentações privadas de algum arquivo potencializam a sensação do que escreveu a historiadora Arlete Farge (2009, p. 15), “de captar o real, um sentimento ingênuo, porém profundo, de romper um véu, de atravessar a opacidade do saber e de chegar, como depois de uma longa viagem incerta, ao essencial dos seres e das coisas”. Ângela C. Gomes (1998) recomentou, contra feitiço e mal de arquivo, reflexões sobre a história da “rotinização” do uso de arquivos privados no campo historiográfico brasileiro (final do séc. XX – atualmente). Processo associado às transformações da prática historiográfica, a renovação dos seus métodos, objetos, problemáticas, etc. Ver também: (HEYMAN, 2012).

⁵¹ No Brasil oitocentista, a alfabetização foi experiência vivida por um grupo pequeno de pessoas, homens e mulheres brancas da elite, em maioria. Porém, as comunidades negras escravizadas, livres e libertas, brancas pobres, pardas etc. que viveram no Brasil do início do séc. XIX, especialmente nas cidades, Vilas, Freguesias, Capelas, também experimentaram a cultura escrita. Assim, no Brasil oitocentista, “embora qualidade individual exercida por poucos (ou por raríssimos escravos), a arte da escrita ligava-se direta ou indiretamente às sociabilidades existentes no mundo das cidades [...] a arte da escrita e da leitura de alguma forma espraiava-se em direção a grupos mais amplos” (WISSENBAACH, 2002, p. 113). Nas reuniões da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos, por exemplo, em que atuaram homens e mulheres escravizadas e libertas também como Reis e Rainhas, participando de eleições, o momento da escrita dos Livros era momento de atenção e concentração para todos/as. “Naquele contexto, dominar os códigos de leitura e escrita estava para além dos mundos do trabalho, era muito mais que uma moeda de troca. Tentava-se num sentido dialógico avaliar, interceder, negociar e refletir sobre as dimensões de liberdade formal, das expectativas de cidadania e do controle sobre os seus corpos, famílias e futuro”

documento, multiplicando o sentido da verificação eclesiástica-estatal, as assinaturas dos irmãos e irmãs negras da irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira tornavam os livros não meros suportes burocráticos, mas extensão da memória viva administrativa e comunitária de uma associação racializada.

Em comparação com a documentação oficial, pública, da administração e do Estado Luso-Brasileiro, a escritura de irmandades compõe uma “literatura menor”? Nos livros e outros papéis preservados e mantidos por irmandades leigas, “a língua” hegemônica política-eclesiástica “é afetada de um forte coeficiente de desterritorialização”? (DELEUZE; GUATTARRI, 2017, p. 35). No caso das irmandades leigas do século XIX, a minoridade de alianças corpo-políticas, que resistiram criativamente à opressão hegemônica patriarcal católica e Imperial brasileira. Uma coisa é certa, as existências e agências dos irmãos e irmãs negras subvertem a língua portuguesa formal, transformando-a, como escreveu Lélia Gonzalez (2020), em *pretuguês*. As assinaturas do mestre pedreiro Iziquiel da Cunha, de Renato Xavier, homens negros, letrados ou não, que deixaram marcas de suas presenças e grafias nos documentos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Pretos de Cachoeira, por exemplo.

Para além da condição de *archivos* “privados”, portanto, nos livros de irmandades leigas, tudo é político. A intervenção da agência negra no espaço idealmente branco da verificação eclesiástica e estatal nas irmandades leigas afro-católicas. Um espaço exíguo – porém potente – de atuação e resistência social das irmandades leigas brasileiras frente ao contexto de hierarquias raciais e de escravidão (SOUZA, 2001), (REGINALDO, 2005).⁵² Nos traços, restos e rastros que se preservam de irmandades

(VIANA; NETO; GOMES, 2019, p. 169). O historiador Rodrigo Weimer (2014, p. 231) já destacou que a “incapacidade da realização da leitura de documentos não impediu a manutenção de atividades epistolares significativas”, comprobatórias e legitimadoras de direitos legais ou sentimentos individuais e coletivos de famílias e pessoas negras. Tratando-se dos acervos de irmandades leigas, portanto, é possível pensar na importância conferida pelos irmãos e irmãs – em maioria iletrados/as – de verem seus nomes escritos nos Livros da associação. A vigilância que estas pessoas provavelmente mantiveram em verem escritos os pagamentos de suas anuidades, os registros dos cargos que ocuparam nas associações de que fizeram parte, e, até mesmo, suas assinaturas (mesmo que a rogo) nos manuscritos produzidos para a gerência de irmandades, são evidências de que, provavelmente, a delegação da escrita nessa cultura escrita, em que a oralidade e a escritura não foram excludentes, foi um fenômeno fundamental (WEIMER, 2014). Ver também: MOREIRA (2020).

⁵² O conflito social entre as irmandades leigas, os Párocos e os/as fregueses da Vila de Cachoeira oitocentista foi frequente. Ver o caso do Pe. João Baptista da Mota Veloso: PACHECO (2020). E, “uma rápida imersão na documentação presente no ‘Acervo das Irmandades’ do Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul nos revela uma série de outros casos similares. A guisa de exemplo elenco dois. 1º) entre a Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos e o Vigário Luiz Antonio Gonçalves dos Santos, em 1863, quando o ‘Reverendo Parocho’ foi convidado a assistir a eleição da nova mesa daquela instituição e respondeu, por ofício, ‘que não comparecia por ser a irmandade de pretos e outras palavras emsultantes a

leigas do passado, “cada caso individual” é “imediatamente ligado à política” (DELEUZE; GUATTARRI, 2017, p. 36); na literatura menor de irmandades leigas, “tudo toma um valor coletivo” (DELEUZE; GUATTARRI, 2017, p. 37). De tal modo, que as existências e as singularidades tomam a forma de uma relativa “enunciação coletiva”, se tornam, no caso das irmandades leigas, corpos místicos e coletivos, estranhos às narrativas de sujeitos individuados modernos, liberais e neoliberais (KÜHN, 2010) (CERTEAU, 2016).⁵³ Como desvelam os estudos históricos sobre as irmandades leigas, em assembleias de corpos e nomes próprios, em reuniões de Mesas, Festas e Procissões, se formaram corpos políticos e de cuidado, porém, ainda submetidos às divisões sociais de sexo, raça, classe etc. Sociabilidades racializadas e generificadas, antes de tudo.

Atualmente, como ferramentas para o ensino da história, os livros de irmandades leigas revelam passados futuros possíveis, mais humanos e mais coletivos. Os *archivos* de irmandades leigas, como uma literatura menor, desterritorializante, política e coletiva, são capazes de “forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade” (DELEUZE; GUATTARRI, 2017, p. 37). Os *archivos* de irmandades, nessa leitura, podem adquirir a forma de instrumentos contemporâneos para transformação social e coletiva. Pois, os *archivos* são espaços – palácios, consistórios, Igrejas, *cimitérios* – de múltiplos sentidos. Mas, a discussão sobre os *Archivos* se confunde com a discussão sobre a escrituração e a cultura escritural de contingentes

vista do que a irmandade deliberou a proceder-se a elleição com ausencia do mesmo Parrocho’. (AHMCS, Acervo das Irmandades. Livro 1º das Atas da Irmandade de N. Sra. do Rozario dos Pretos. ff. 35v). 2º) Entre a Irmandade do S. Sacramento e o Vigário Marcolino de Maia Firme, em 1870, quando a irmandade tomou ‘conhecimento que a urna em que se acha depositado e feichada a Imagem do Senhor Morto, havia sido violada por arrombamento’, e, mais tarde soube que o mandante de tal ato havia sido o Reverendo. Ao que a Irmandade respondeu: ‘não pôde também esta irmandade deixar de estranhar á vosso reverendíssimo semelhando acto! Se Vosso Reverendissimo precisava da Imagem do Senhor Morto para expor aos fieis, porque não se dignou dirigir-se á mesa ou ao Provedor da irmandade? Parece que assim seria melhor’ (AHMCS, Acervo das Irmandades. Livro de Actas das Irmandades conjuntas do S. S. e N. Senhora da Conceição. ff. 50-51v)” (PACHECO, 2020, p. 14). Sobre conflitos entre párocos e irmandades, ver também: AGUIAR (1997) e OLIVEIRA (2001).

⁵³ De acordo com Michel de Certeau (2015, p. 132), as confrarias “visam a criar um corpo que tome viável um ‘espírito’ (uma comunicação) [...] Nada guardar, nada esconder”. Assim, “se as confrarias e as congregações constituem Igrejas em redução, já ‘igrejinhas’, laboratórios onde se instaura a reconciliação do corpo social e da vida mística, elas não deixam de representar, entra a administração eclesiástica e as coletividades seculares, instituições para lelas e particulares que copiam a forma eclesial, desviam em seu proveito a ‘devoção’ dos fieis e compõem um lugar terceiro, [E], “nesse ‘terceiro mundo’ [confrarial, étnico-racial no Brasil, p. ex.], experimentam-se [...] táticas ou estratégias apostólicas ora rejeitadas, ora retomadas pelo episcopado que, finalmente, no Concílio de Trento, adotará como seu próprio programa alguns dos pontos essenciais da prática das ordens religiosas (CERTEAU, 2015, p. 133-134). O concílio de Trento foi um evento institucional da Igreja ocidental que ocorreu no séc. XVI, em parte (mas não somente) como uma resposta às reformas religiosas na Europa. O Concílio modificou as diretrizes da Igreja Católica no mundo moderno transoceânico. Ver: SANTIROCCHI (2018) e PACHECO (2020).

irmandades leigas que existiram no Brasil. Cabe, então, a atenção aos casos particulares de *archivos* de irmandades leigas, como veremos abaixo.

O acervo das irmandades leigas da Vila da Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX)

Deliberou mais que logo que esteja pronta a escrituração nos Livros da Irmandade que o Thezoureiro vá entregar os mesmos Livros ao Senhor Dr. Juiz da Capella e Rezíduos para o mesmo Senhor Dr. tomar conta como é de Lei (Livro de Atas da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos, acervo das irmandades, AHMCS, folha 50v).

Lavrando-se aucto [de arrendamento] em duplicata, assignados pela comissão e arrendatário, ficando em poder do mesmo, e o outro no archivo da Irmandade, de pois de ser lançado no livro das actas para a todo tempo consultar (Livro de Actas das Irmandades do S.S e N. Sra. da Conceição, acervo das irmandades, AHMCS, folha. 35v).

Para fazer a história das irmandades leigas da franja meridional do Império do Brasil oitocentista, atual estado do Rio Grande do Sul, contamos com os vestígios documentais de centenas de irmandades. Em 1891, em seu “Comentário Eclesiástico”, o Pe. Vicente Zeferino Dias Lopes anotou – com base nos livros tombo das Igrejas – a existência de 90 irmandades leigas e ordens terceiras erigidas ao longo da história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (criada em 1821) (GRIGIO, 2016). Recentemente, no cenário de estudos produzidos nos programas de pós-graduação em História, historiadores/as recuperaram, em amplas pesquisas de arquivo, os vestígios de um número bem maior de irmandades.

No caso dos fragmentos dos *Archivos* oitocentistas das irmandades leigas da Vila de Cachoeira, preservados pelo AHCMS, o “acervo das irmandades” (AHMCS) pode oferecer materiais para diferentes temáticas de pesquisa, porém, qualquer investigação histórica no “acervo das irmandades” deve levar em consideração a sua dupla-existência: como *archivo* de produção (séc. XIX) e como acervo de consulta (séc. XXI). De acordo com a equipe de funcionários/as da Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição de Cachoeira, as irmandades leigas de Cachoeira do Sul interromperam suas atividades no início do séc. XXI. No fim do séc. XX, no entanto, a chegada dos *archivos* ao Museu Municipal de Cachoeira (transferidos mais tarde para o AHMCS) foi provavelmente influenciada pela agência de funcionários/as mediadores/as das

instituições de memória da cidade.⁵⁴ Aprofundar esta história exigiria outra pesquisa, seguindo, por exemplo, os métodos da história do tempo presente e da história oral (ROUSSO, 2016) (AMADO; FERREIRA, 2006).

O fundo documental “acervo das irmandades” (AHMCS) preserva as seguintes documentações:

Quadro 1 – Acervo das Irmandades (AHMCS):

Descrição	Período	Custódia	Observação*
Irmandade do Rosário - Livro 2º de receita e despesa da irmandade	1834/1863	AHMCS	Transcrito
Irmandade do Rosário - Livro 3º de receita e despesa	1863/1875	AHMCS	Transcrito
Irmandade do Rosário - Livro de eleições	1827/1897	AHMCS	Transcrito e publicado (Pacheco et al 2020).
Irmandade do Rosário - Livro de entrada de irmãos	1812/1855	AHMCS	Transcrito e publicado (Pacheco et al 2020).
Irmandade do Rosário - Livro 1º de atas	1846/1877	AHMCS	Transcrito e publicado (Pacheco et al 2020).
Irmandade de N. Sra. da Conceição - Livro de atas das irmandades conjuntas do santíssimo Sacramento e Nossa senhora da Conceição	1856-1881	AHMCS	Transcrito
Irmandade de N. Sra. da Conceição - Livro das resoluções tomadas nas mesas do Santíssimo Sacramento e Nossa senhora padroeira	1818-1856	AHMCS	Transcrito
Irmandade de São Miguel e Almas - Livro das alfaias da irmandade das Almas	1831	AHMCS	Transcrito
Documentação avulsa	1811- s/d	AHMCS	Fotografado

Fonte: Acervo das Irmandades, AHMCS. * Etapa de processamento dos documentos pelos projetos de pesquisa: “Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)” e “As cores da devoção: um estudo relacional sobre as cores, os lugares sociais e os nomes inscritos em documentos oitocentistas de irmandades leigas. Vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX)”.

Como restos de um espaço de produção do séc. XIX, os *archivos* das irmandades desvelam territorialidades oitocentistas. *Archivos* de irmandades leigas desvelam campos do Sagrado, da racialidade e das construções de gênero no Império do Brasil. Naquele período, em procissões e festas, as irmandades leigas cachoeirenses tomavam o centro da antiga Villa de Cachoeira. Entre a Rua da Igreja, na Câmara Municipal, no Mercado Público da Villa, na Rua do Loreto, nas conversas da Rua do Lava-Pés, nos becos, nas Charqueadas (como a do Paredão), às margens do Rio Jacuí, pelo alto da antiga Aldeia, as irmandades leigas de Cachoeira se faziam presentes no séc. XIX. E, no

⁵⁴ Perspectivas futuras de pesquisa envolvem o aprofundamento da história arquivística do acervo das irmandades do AHMCS. Pensando também em seus legados e na potência efetual dos *archivos* das irmandades de Cachoeira no tempo contemporâneo.

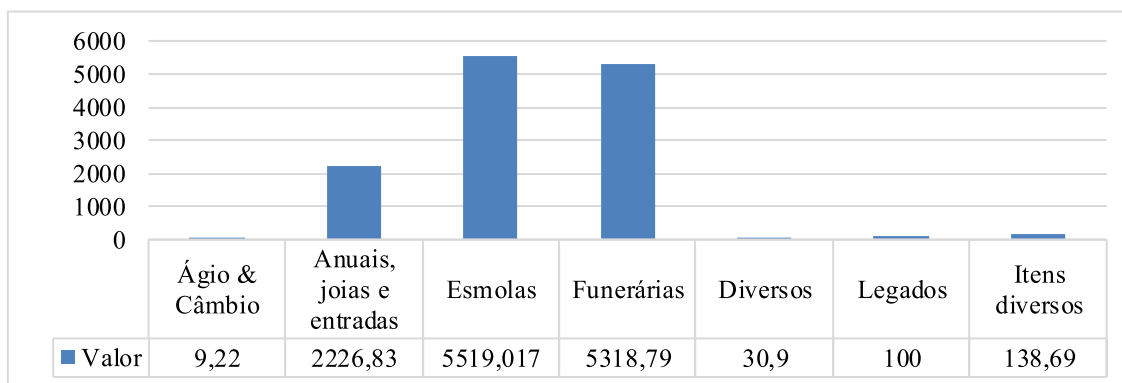
século XXI, através de fendas e feridas de *archivos* podemos de novo acompanhar alguns trajetos das irmandades leigas de Cachoeira.

Nos livros 2º e 3º de Receita e Despesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, por exemplo, encontramos as finanças de uma irmandade leiga brasileira oitocentista. Os livros de Receita e Despesa de irmandades leigas, no entanto, não desvelam somente as estruturas financeiras de associações privadas, pois as irmandades leigas foram responsáveis pela circulação, acumulação e manutenção de uma boa parte da economia imperial e escravista brasileira. Entre as compras de caixões, tochas, tecidos, opas, o aluguel de catacumbas, mastros, o arrendamento de terras, o valor obtido por meio da doação de esmolas, os pagamentos de irmãos e irmãs, as confrarias movimentaram a economia colonial e imperial brasileira. De acordo com o historiador Gilian da Silva (2019, p. 213), “todas as rendas e despesas [anotadas nos livros das irmandades] eram obrigatoriamente conferidas pelo tesoureiro e escrivão, que prestavam contas ao provedor e aos demais membros da Mesa dirigente”. Porém, as irmandades também mantiveram algumas especificidades financeiras.⁵⁵ No que se refere as cores das devoções nas receitas e despesas de irmandades leigas, como escreveu Gilian Silva (2019, p. 223) – e se confirmou no estudo dos *archivos* das irmandades cachoeirenses – “enquanto as irmandades brancas, representativas das elites locais, possuíam casas e gado, as irmandades de africanos e seus descendentes possuíam menos bens”. Divisão econômica sócio-racial que está presente em todo *archivo* confrarial.

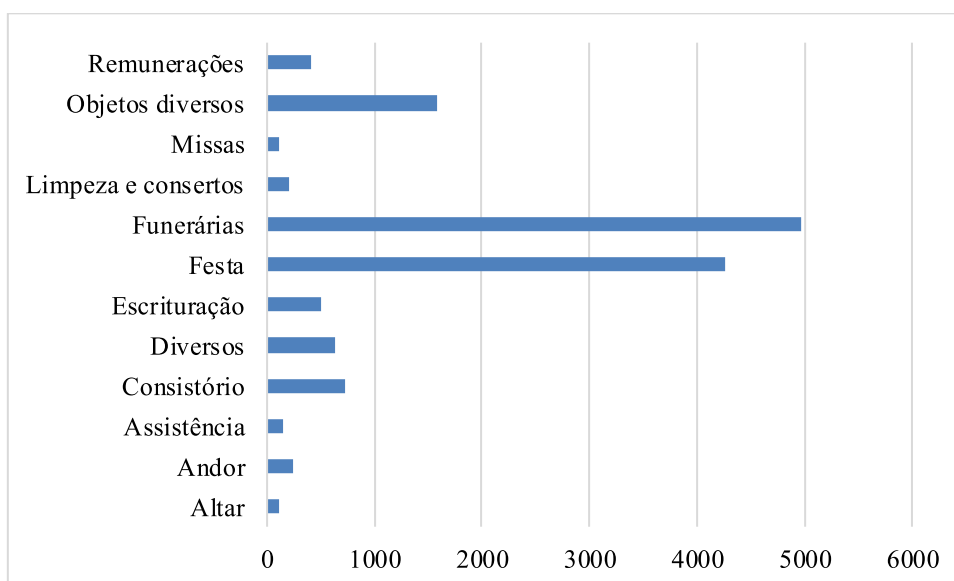
Os dois livros que temos disponíveis com as *contas* da irmandade do Rosário e São Bendito dos Pretos totalizam **1.784 lançamentos de receitas e despesas** ao longo dos 41 anos de escrituras que temos à disposição, de julho de 1834 a julho de 1875. Desses lançamentos, **649 eram de despesas e 1.135 de receitas**, configurando fechamentos anuais sempre superavitários:

⁵⁵ As primeiras especificidades (ou contingências) financeiras de irmandades leigas oitocentistas seguiram os espaços (e as economias) em que elas atuaram. Na vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX), por exemplo, a historiadora Rosicher Fagundes (2009) constatou uma economia de base pecuária e agropastoril. Mas, de acordo com Fagundes (2009, p. 143), apesar da pouca urbanização de Cachoeira no séc. XIX – o que foi uma característica econômica das localidades brasileiras oitocentistas, escravistas e com baixas taxas de especialização e diversificação do trabalho – o comércio foi uma atividade altamente lucrativa. E, Fagundes (2009, p. 143) demonstrou que, na economia da Vila de Cachoeira, o lucro foi obtido em uma sociedade de traços “genuinamente pré-capitalistas”, cristalizados na recorrente necessidade de crédito pessoal e no baixo índice de circulação monetária (FAGUNDES, 2009). Elementos que também aparecem nos *archivos* das irmandades leigas cachoeirenses oitocentistas. Ver também: ALADRÉN (2012) e GIMMENO (2014).

Gráfico 1 – Receitas da Irmandade do Rosário da Cachoeira (1834/1875)



Quadro 2 - Despesas da Irmandade do Rosário da Cachoeira (1835 a 1875)



Já nos livros de eleições, como o que escreveu a Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira (AHMCS), ficaram registradas as práticas eleitorais e a busca de cidadania de comunidades leigas do passado (PACHECO; HAACK; MOREIRA, 2020). De acordo com a historiadora Mariza Soares (2011, p. 425), “as irmandades e seus processos eleitorais, fossem elas de homens brancos ou pretos, ampliavam” o “universo político servindo de espaço para o exercício de uma prática eleitoral anterior às práticas eleitorais cidadãs”. As eleições de Mesa (rainhas, reis, juízes, procuradores, escrivães, tesoureiros, mordomos e mordomas etc.) de irmandades leigas demonstraram que os processos eleitorais e a cidadania eram questões amplamente discutidas no Brasil escravista. Ao escolherem anualmente os/as representantes de Mesa de suas associações, as irmandades leigas brasileiras

oitocentistas foram como laboratórios da micropolítica afro-euro-americana e diáspórica, de sexo e classe etc. Mas, de acordo com Soares (2011, p. 414), em livros de eleições de Mesa de irmandades, sobretudo brasileiras setecentistas e oitocentistas, “não é esclarecido quem são os eleitores ou os elegíveis, havendo apenas a indicação de que são eleições restritas à jurisdição” de cada confraria.⁵⁶ Autonomia relativa de corpos particulares de devoção e auxílio mútuo. Depois da enunciação coletiva da economia e das eleições políticas das irmandades, são nos Livros de Entrada ou Matrícula de irmandades leigas, de acordo com Lucilene Reginaldo (2016), que encontramos breves microbiografias dos/as associados/as. Os livros de entrada ou matrícula, “se constituem em documentos raros e preciosos. Mantidos sempre sob a guarda da própria Irmandade, não se têm notícias de cópias enviadas às autoridades” (REGINALDO, 2016, p. 220). Nos livros de entrada ou matrícula se registraram os nomes, as condições jurídico-sociais, o histórico de pagamento e de assunção de cargos nas irmandades, e, muitas vezes as cores, raças, nacionalidades, etnicidades de irmãos e irmãs. O “que explica, em parte, a raridade deste tipo de fonte” (REGINALDO, 2016, p. 220).⁵⁷ Se os livros de entrada ou de matrícula registraram as histórias individuais dos/as associados/as, os livros de *actas* de irmandades leigas preservaram fragmentos do cotidiano (e da ação coletiva) dessas associações. No que se refere aos documentos avulsos de *archivos* de irmandades leigas, por fim, eles são os mais fragmentários. Documentos confrariais avulsos que revelam plurais relações sociais e temporais: correspondências privadas, recibos de pagamento pela realização de missas etc. Vidas relâmpagos, infames, subalternizadas pela lei eclesiástica-estatal do Império Luso-(ou)Brasileiro, por exemplo. Ou mesmo partes das histórias arquivísticas dos *archivos*, de suas trajetórias e mudanças de “posição”, de documentos de consulta para fontes de pesquisa histórica.

Entre livros, correspondências, bilhetes e registros, o “acervo das Irmandades” (AHMCS) abriga, possivelmente, uma pequena parte do que foram os *archivos* das

⁵⁶ No quarto livro das constituições, Título LX, no parágrafo 873: “Mandamos (3) a os Officiaes novos, e velhos de cada Confraria, que do dia, em que se fizer a eleição a quinze dias primeiros seguintes, se ajuntem na Igreja, ou em outro lugar conveniente, em um Domingo, ou dia Santo de guarda, e deem conta os Officiaes velhos aos novos pelo livro da Receita, e Despeza, e achando-se que não Estão devendo cousa alguma á Confraria, ou entregando logo o que ficarem devendo -se fará disso termo no dito livro de receita, e despeza assignado por todos: e havendo divida, se carregará sobre o Thesoureiro novo, a quem será logo entregue; e se não puderem pagar logo o que ficarem devendo, se fará termo das contas, dando -se nelle quinze dias ao devedor, para que com effeito pague, e pagando se fará disso declaração assignada pelo Thesoureiro novo” etc. (VIDE, 2011, p. 306). O Livro de eleição da irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira foi transcrito e publicado, ver: PACHECO; HAACK; MOREIRA (2020).

⁵⁷ Sobre o livro de entrada da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, ver: PACHECO; HAACK; MOREIRA (2020) e PACHECO (2020).

irmandades leigas cachoeirenses oitocentistas. Porém, o exercício de examinar a estória de sua existência dividida, temporalmente fraturada, entre um “*archivo*” de produção (no séc. XIX) e um “acervo” de consulta (no séc. XXI), advogamos, redimensiona a compreensão que se faz normalmente dos *Archivos* e suas importâncias nos estudos históricos sobre as irmandades leigas. Na contemporaneidade, os *archivos* das irmandades leigas de Cachoeira receberam a condição de acervo de consulta e ferramenta histórica. Assim, torna-se possível entender os *archivos* como potenciais ferramentas de transformação social. Afinal, o “acervo das irmandades” do AHMCS é capaz de ensaiar fissuras na branquitude hegemônica brasileira. Os *archivos* de irmandades leigas – transformados em ferramentas de ensino de história – funcionam também como facilitadores do letramento racial, e das práticas de vida antirracista.⁵⁸

Neste capítulo objetivamos demonstrar como um estudo histórico sobre os *archivos* produzidos por irmandades leigas desvela que, estudar historicamente as irmandades leigas como produtoras de conhecimento e ação, como instituições milenares, transatlânticas e diaspóricas, envolvidas com a igualdade devocional e assistência social, pode contribuir para construções democráticas de sociedades. Pois, nos espaços confrariais pensava-se na vida (na raça, no sexo) e na morte dos irmãos e irmãs de devoção, com igualdade e cuidado. Assim, realizada a publicação em livro do primeiro volume de transcrições dos livros das irmandades leigas de Cachoeira (PACHECO; HAACK; MOREIRA, 2020), as reflexões sobre os *Archivos* de irmandades leigas podem contribuir na utilização dos documentos históricos das irmandades leigas como materiais para o ensino de história e para o ensino das relações étnico-raciais e de gênero. Fazer circular, como em uma nova procissão, os irmãos e irmãs do Rosário dos Pretos e do Santíssimo e N. Sra. da Conceição da Cachoeira. A Rainha Joana de Amorim, a Juíza do Ramallete Zeferina de Amorim, o Irmão e Mestre Pedreiro Iziquiel da Cunha, por exemplo, nomes inscritos em documentos de

⁵⁸ De acordo com a psicóloga social Lia V. Schucman (2014), parte da prática antirracista envolve adquirir “letramento racial”. Reconhecendo privilégios e opressões, valorizando a linguagem de autoras e autores negros, como os irmãos e irmãs de irmandades negras do passado. Porém, a tarefa antirracista não se encerra aí. Em busca do antirracismo, é importante praticar a defesa das “políticas públicas voltadas para a igualdade racial, como as cotas, o reconhecimento da história, do espaço, a ação do movimento negro, [que] são essenciais para que os brancos consigam se deslocar da posição de norma e hegemonia cultural e tentem se olhar como socialmente racializados, tentem adquirir uma crítica à branquitude” (SCHUCMAN, 2014, p. 110). Ver também: CARDOSO (2014), BENTO (2014) etc.

irmandades leigas do passado, mas também vidas com potencial de transformação social no tempo contemporâneo.⁵⁹

Em algumas reflexões sobre a construção e o manejo de arquivos (*Archivos*) produzidos por irmandades leigas brasileiras, sobretudo do passado colonial e imperial, levamos em consideração os gestos de se caminhar com elas. A divulgação do saber histórico, a democratização das fontes, dos discursos produzidos por homens e mulheres que viveram no séc. XIX, argumentamos, é um dos caminhos possíveis para reformulação de uma antiga disciplina, aproximando-a, talvez, das mais importantes, e de forma alguma descartáveis, grandes narrativas sobre a emancipação e a justiça, sobre a equidade e a igualdade. Uma história que pode ser plural e imediata, mas também responsável e justa, com a memória, com as identidades, com os *archivos*...

⁵⁹ Algumas trajetórias individuais e familiares de irmãos e irmãs do Rosário dos Pretos de Cachoeira foram escritas em: PACHECO; HAACK; MOREIRA (2020).

4. As cores das devoções: as cores, os lugares sociais e os nomes inscritos em livros de *actas* das irmandades conjuntas do Santíssimo Sacramento e N. Sra. da Conceição – Padroeira e da Irmandade de N. Sra. do Rozario dos Pretos de Cachoeira

Historiadores como Anderson J. M. de Oliveira, João J. Reis e historiadoras como Lucilene Reginaldo, Larissa Viana etc., já destacaram a importância das divisões e marcações de cores, nações, etnias e raças, na estruturação das irmandades leigas brasileiras. As cores da devoção, em uma perspectiva relacional, parte do entendimento de que é a fratura racial, pigmentocrática, de limpeza de sangue e de aparências de cor, que oferece a melhor via de acesso aos estudos sobre as irmandades leigas brasileiras oitocentistas. Neste capítulo, tomando como objeto de investigação as experiências sociais inscritas em dois manuscritos de Irmandades leigas oitocentistas, objetivamos apresentar a dinâmica relacional de atuação de duas Irmandades leigas Cachoeirenses: a Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos e as Irmandades Conjuntas do S.S e N. Sra. da Conceição – Padroeira de Cachoeira. Para tanto, utilizaremos, como suporte empírico, alguns dados extraídos dos documentos manuscritos *Livro de Actas da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira* (1843/1877) e *Livro de Actas das Irmandades Conjuntas do S. Sacramento e N. Sra. da Conceição – Padroeira da Cachoeira* (1856/1891).

Após a separação e ordenação do material, o estudo relacional começou com exercícios de transcrição paleográfica integral dos manuscritos, seguida da criação de um banco de dados e de análises quantitativas e qualitativas realizadas nesta documentação. Sobre a criação e trabalho com banco de dados, a historiadora Mariana da Cunha Thompson Flores (2015) escreveu que a adesão ao ambiente virtual é parte essencial do cotidiano de trabalho do/a historiador/a. O que se percebe com a história da história quantitativa e das técnicas de criação de banco de dados, que acompanharam o processo de digitalização dos arquivos e a popularização das câmaras digitais e dos notebooks. Destino comum de documentos transcritos pelos/as historiadores/as, os escritos do passado se tornam algoritmos e dados de informação virtual.

Como pontuou Mariana Flores (2015), no computador os dados e as fontes de pesquisas históricas devem ser organizados de forma metódica, de maneira a permitir consultas eficientes e análises sistemáticas. O planejamento de um banco de dados para pesquisas em história é lento e trabalhoso. E, o trabalho quantitativo deve ser construído com base em reflexão teórica e metodológica. O banco de dados deve ser planejado e

testado visando responder o máximo de perguntas de pesquisa. Assim ao planejar um banco de dados, o que ocorre é um movimento triangular. Ir para as planilhas, voltar para a documentação, ir para historiografia, voltar para as planilhas. Um vai-e-vem que compõe o próprio planejamento e início da “alimentação” de um banco de dados de história.

Com a história serial, portanto, os livros das irmandades leigas da Villa de Cachoeira deixam de ser a “expressão de seu tempo, passando a ser agora fragmento de espaço na lógica interna do seu modo de funcionamento” (DOSSE, vol. I, 2018, p. 293). É o que o filósofo Michel Foucault vai chamar de desvendamento da “estrutura própria de uma obra, de um livro, de um texto” (FOUCAULT, 2019, p. 6). Tarefa que exige uma problemática centrada na crítica do documento. Assim, busca-se entender os documentos não como felizes instrumentos “de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória”, ao contrário, “a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ele não se separa” (FOUCAULT, 2019, p. 8). Privilegiar a técnica e o método, no entanto, não é buscar construir um conhecimento neutro e imparcial, pois a construção do método é interpelada pelas problemáticas do presente, que influem nas construções do passado “histórico”, que é sempre resultado de alguma prática profissional. A transferência do passado no presente extrapola a dicotomia empirista entre sujeito e objeto. Afinal, a construção do conhecimento histórico não é passiva, e o passado não tem sentido por ele próprio. Trata-se, portanto, da construção de um objeto pensável, que caminha junto com as discussões políticas e sociais do tempo presente (CERTEAU, 2017). As discussões que envolvem a crítica da branquitude e as relações raciais, debates fundamentais para o meu estudo, e que lhe conferem um caráter de ineditismo dentro da temática historiográfica das irmandades leigas, por exemplo.

Como resultados esperados, buscaremos estabelecer (em linhas gerais), através da criação de conceitos, as diferenças e semelhanças de atuação das irmandades leigas cachoeirenses, além de estabelecer aproximações entre a temática historiográfica das irmandades leigas e dos estudos críticos sobre a branquitude, da história da raça, da escravidão e da liberdade no Brasil etc. A primeira parte do texto é formada por uma conversa com a obra “O Avesso da Pele” do literato Jeferson Tenório (2020), e com o conceito de relacionalidade social, que dá título a esta dissertação. Na segunda parte do texto apresentamos os documentos *livros de actas* das irmandades, e um exercício de história social e serial. A última parte do capítulo apresenta alguns desenvolvimentos

construídos em diálogo com os livros de *actas* das irmandades leigas de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX).

O policial e o professor Henrique: a relacionalidade social

“O que foi dito por vocês, sobre a minha memória ‘foi dito em retalhos’. Então precisei juntar os pedaços e inventar uma história. [...] Preciso arrancar a tua ausência do meu corpo e transformá-la em vida” (TENÓRIO, 2020, p. 183). Inventar histórias ditas e reditas pelos retalhos. No romance “O avesso da pele”, de Jefferson Tenório (2020), Pedro escreve para o seu pai morto. “Investiguei os teus afetos através dos meus” (2020, p. 184). Uma história familiar em tantos sentidos que se assemelha ao *infamiliar* de Amada, de Ponciá, de Joana de Amorim, de tantos/as autores/as e leitores/as, e mais além.

“Quem está aí?” A pele, o avesso, os encontros, a barca, a vida e a morte. Na reescrita de uma herança que legou ausências, entre papéis, provas de alunos/as e um apartamento antigo, as relíquias e as memórias de Henrique, Pedro elabora o luto pela perda de seu pai. Habitar e caminhar com a elaboração de um “tipo de presença” (TENÓRIO, 2020, p. 13). Uma história relacional.

Em uma conversa com o seu filho Pedro, Henrique disse:

[...] é necessário preservar o avesso [...] preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos (TENÓRIO, 2020, p. 61).

O avesso da pele é um lugar de produção criativa, que não ignora a determinação racializada das formas de “estar no mundo”. O avesso da pele é uma mediação à dororidade compartilhada, ao modo violento em que se associam, na contemporaneidade ocidental, cores de peles e espécies de presenças. Os lugares das cores, dos afetos, peles e corpos na vida e na história. A relacionalidade de um corpo e sua implicação na história de um Estado e de normas e práticas de vida. A racialidade, o sexo e a condição social que predetermina histórias e nomes próprios.

O professor de Literatura Henrique, poucas semanas antes de morrer, sentia que sua vida na escola estava um inferno (TENORIO, 2020, p. 153). Henrique foi um professor de literatura que não soube escrever literatura, mas, de acordo com seus alunos e alunas, falava coisas tão bonitas (TENORIO, 2020, p. 155).

Já no fim de sua vida, Henrique tinha dificuldade de iniciar as aulas, tinha dificuldade em conseguir a atenção dos alunos e alunas (TENÓRIO, 2020, p. 153). Se tivesse um diário, Henrique escreveria,

Tenho cinquenta e dois anos e queria estar aposentado. Durante todo esse tempo vi muitos professores abandonarem o barco. Muitos ficaram pelo caminho, saltaram antes e foram fazer outra coisa da vida. Mas acontece que existe um certo tipo de professor, um tipo único: aquele que resolve, ou por ingenuidade ou por imbecilidade, pegar o touro à unha, permanecer na linha de frente. Anos a fio. Um tipo que se propõe a todos os dias pegar a vida pela gola e sacudi-la. Sei que o mais comum quando o barco começa a afundar é que as pessoas saltem fora, e isso é justo, mas, escutem, mesmo que o barco afunde alguém tem que resistir, E foi o que eu fiz, por vinte anos. Porque alguém tem que ficar para apagar o quadro, desligar as luzes e fechar a porta (TENÓRIO, 2020, p. 155).

Naquela época, Henrique era cumprimentado pelos seus alunos e alunas na parada de ônibus. Pedro escreveu,

quando o ônibus chegava, os alunos te deixavam passar na frente. Nesse momento, todos eles eram gentis. *Ei, abram caminho, seus idiotas, não estão vendo que o professor que passar?*, diziam. No percurso, te incomodava saber que aquilo que os professores se esforçaram para falar durante a aula já se esvaía na mente dos alunos. E ali, naquele ônibus, olhando para todos eles, você percebia que esta fora sua luta cotidiana, e talvez a única que valesse a pena: fazer a sua voz permanecer na cabeça deles o máximo de tempo possível (TENÓRIO, 2020, p. 156).

Enquanto o professor Henrique estudava Dostoiévski com seus alunos e alunas, o policial buscava vingança pela morte de seu colega de trabalho.

Ele acorda pela terceira noite seguida às três e meia da madrugada. [...] Ele levanta, calça os chinelos. Vai até o banheiro. Levanta a tampa do vaso. Faz um grande esforço para não mijar fora. Ainda tem muito sono. Depois vai até a cozinha. Abre a geladeira. Serve-se de água. Enquanto sente o líquido descendo pela garganta, ele escuta um barulho que vem da área de serviço. Ele, o policial, dilata as pupilas. Apura os ouvidos. Acha que não foi nada. Mas, logo em seguida, outro barulho. Dessa vez mais forte. Antes de ir verificar o que está acontecendo na área de serviço, ele vai até o quarto, abre a porta do guarda-roupa. Pega um revólver trinta e oito. Volta para a cozinha. Antes, passa pelo quarto das crianças. Elas dormem. Pé ante pé, ele volta armado. Não acende a luz. Em seguida, ele chega à área de serviço. Observa com cuidado. Não vê nada de anormal, mas ele sente que há algo estranho. E, ao olhar para fora, identifica um homem negro caminhando sobre o telhado de uma casa na frente do seu prédio. Ele aperta a arma entre os dedos, sente o

cabo do revólver. É certamente um assaltante, ele pensa. Dali ele pode atirar e acertá-lo com facilidade. No entanto, ele agora percebe que há outro homem no telhado. Ele começa a ficar nervoso. Os filhos da puta estão assaltando na calada da noite, ele pensa. Por isso ele ergue o braço e aponta a arma para os dois homens. Está escuro. Mesmo assim ele aponta. É nesse momento que ele lembra do motivo de ter ido até ali: o barulho na área de serviço. E num estalo ele se dá conta: tem gente dentro do apartamento. [...] Ao virar-se, o policial vê um homem negro no meio da cozinha apontando uma arma para ele. Na área de serviço outro homem entra pela janela e se posiciona atrás dele, na verdade são dois homens que entram pela janela. Ambos estão armados. Não escondem o rosto. Aliás, parecem fazer questão de serem vistos pelo policial. Em segundos, a cozinha vai sendo tomada por mais daqueles homens negros, ele não sabe por onde eles estão entrando. São mais de dez. Estão por todos os lados. Um dos homens vai na direção dele e diz, próximo ao seu ouvido: não se preocupe. A gente não quer nada com você. A gente só quer eles. E aponta para os quartos onde dormem os filhos e a esposa. Ele acorda com o sacolejo da mulher. Ela aperta seu braço e o chama pelo nome. Você teve outro daqueles pesadelos, não é? Ele não responde. Está ofegante. Suando frio. É a terceira noite seguida que ele sonha com a mesma coisa: o apartamento sendo invadido por homens negros garganta seca, ofegante. Põe a mão ao lado. A esposa está ali, serena (TENÓRIO, 2020, p. 161-166).

A paranoia onírica e racial do policial brasileiro contemporâneo.

Ele levanta. Vai ao banheiro. Mija ainda ofegante. O pesadelo foi tão real que ele cogita ir até o guarda-roupa e pegar a arma. Ele lava as mãos, passa uma água no rosto. Em minutos se sente melhor. Mais calmo. Volta para o quarto, não sem antes passar pelo quarto das crianças. Está tudo bem, ele pensa. Depois, olha para o relógio. São cinco da manhã. Em meia hora ele vai levantar. Mas ele não consegue mais dormir. Pensa no dia que terá pela frente. Depois que o cabo Maicon morreu por causa da merda de um celular, foi identificado como policial pelos assaltantes. Vai para a cozinha e toma o café. Na sala, liga a TV, assiste ao noticiário. Prefere as notícias sobre violência e a previsão do tempo. As seis e quarenta ele sai. Pega o ônibus de farda para não precisar pagar a passagem. Os passageiros sempre o notam, ele já não liga para isso. Quando chega no batalhão, cumprimenta primeiro o Teixeira, mais adiante o major Souza. Os cabos Almeida e Matos já estão limpando a barca (modo como eles chamam a viatura). Hoje novamente eles vão policiar o bairro Bom Jesus. Faz três semanas que o Batalhão de Operações Especiais, o BOE, tem feito incursões na vila, atrás de suspeitos. Eles ainda não sabem quem matou o cabo Maicon. O negócio é abordar todos esses vagabundos, porra, diz o cabo Almeida. A gente vai achar o filho da puta e vai ser hoje. Toda vez que ele entra na barca e vai para a rua, ele sente um frio na barriga (TENÓRIO, 2020, p. 170-171).

É a partir do local do policial, relacionado à história de Henrique, de Pedro, de Crime e Castigo, de uma família e muitos alunos e alunas, que se pode chegar a relacionalidade social. O lugar finito da vivência de Henrique, um homem negro que, em sua maturidade mal recordava das primeiras interpelações violentas do racismo e da

violência social e policial em seu corpo.⁶⁰ O personagem Henrique elaborou sua identidade racial e o seu legado corporal e existencial.

Ele, o policial, nunca pensa que vai morrer. Na verdade, ninguém ali pensa que vai morrer. Eles acreditam que são imortais. Porque, se eles não pensarem assim, não saem de casa. Quem dirige a barca é o cabo Matos. Ele é o melhor na direção. Consegue acelerar o carro de forma brusca e ostensiva sem perder o controle. A primeira abordagem que fazem é a dois meninos negros. Um deles usa boné. O outro usa bermudas largas. São nove horas da manhã. O cabo Almeida pergunta o que eles estão fazendo ali àquela hora. As armas estão apontadas para eles. Enquanto estão com as mãos na cabeça,

⁶⁰ “A primeira vez que você recebeu uma abordagem, você recém havia chegado do Rio de Janeiro e nem sabia que se tratava de um paredão. Você tinha treze anos e estava jogando futebol numa praça com seus amigos da escola. [...] Nos fins de semana vocês costumavam ir naquela praça do bairro Três Figueiras, uma zona nobre de Porto Alegre. [...] um dia, no meio do jogo, uma viatura da polícia parou ao lado do campo. A princípio, vocês não ligaram, porque vocês não acharam que a coisa era com vocês, no entanto um dos policiais que saíram da viatura entrou na quadra, mandando a porra da bola parar. Depois gritou para todo mundo sentar no chão. Vocês se olharam. Vocês já sabiam o que vinha pela frente. O policial pôs a mão na arma que estava na sua cintura e repetiu, dizendo que não ia falar de novo, caralho, senta logo aí, porra. Vocês sentaram. O outro policial pegou a bola e a colocou debaixo do braço. Perguntaram onde vocês moravam. Na Bonja, respondeu o Caminhão. Os policiais se olharam e continuaram o interrogatório. E por que vocês vêm jogar bola aqui, por que não ficam na vila de vocês? Porque a gente gosta de jogar aqui, respondeu o Pão com Ki-Suco. Os policiais se olharam novamente, dessa vez com ironia. Vocês são cheiradores de cola? Ninguém respondeu. Alguém aqui cheira cola, loló? Você tomou coragem e disse que não, que ninguém ali era cheira dor de cola. Depois eles mandaram todos ficarem de pé e levantarem a camisa. O policial que segurava a bola avisou: a gente tá de olho em vocês, aqui nesse bairro é lugar de gente direita, se a gente souber que vocês fizeram alguma coisa errada por aqui, a gente vai atrás de vocês, entenderam? E todos nós balançamos a cabeça positivamente. Depois o policial pegou a bola e deu balão para o alto. O Pão com Ki-Suco foi atrás dela. Os policiais entraram no carro e foram embora. Vocês seguiram o jogo sem saber bem o que tinha acontecido” (TENÓRIO, 2020, p. 143-144). Anos depois, Pedro escreveu, “você lembra que um dia já tinha sido algemado como um bandido. Isso aos catorze anos, quando você estava num ponto esperando o ônibus, em Copacabana, para ir encontrar seu padrasto. Foi então que um ônibus parou e dele desceram alguns moleques que apontaram para você dizendo: foi ele, foi ele. Você não tinha a mínima ideia do que estava acontecendo, e num impulso decidiu correr e, ao olhar para trás, viu um monte de gente correndo atrás de você. E por instinto de sobrevivência você entrou numa galeria de lojas, na rua Barata Ribeiro. Você entrou no primeiro lugar aberto que encontrou: uma igreja evangélica Assembleia de Deus. [...] Você entrou e se escondeu atrás de um dos bancos. A igreja estava vazia. Ficou ali, quieto, esperando, escutando a própria respiração. Mas então ouviu gritos: ele tá aqui, ele tá aqui. E de repente a igreja foi invadida por sabe-se lá quantos daqueles moleques sedentos por vingança. Um deles te achou e te apontou. Em instantes vieram todos para cima de você. Socos e chutes na cabeça, na barriga e no rosto, até você começar a sentir o gosto enjoativo do sangue. Você não ofereceu nenhuma resistência, apenas se colocou em posição fetal e tentou dizer: eu não fiz nada. Depois começou a perder os sentidos. Então alguém sacou uma arma e apontou para a sua cabeça, você ainda pode ouvir um deles gritando: nós vamo te passar, neguim, tu vai morrer agora, neguim. No entanto, antes que te matassem, porque não era ali que você morreria, você foi milagrosamente salvo por um dos pastores da igreja. Ele interveio dizendo: pelo amor de Deus, gente, em nome de Jesus, respeitem a casa do Senhor, vocês não vão matar ninguém aqui dentro. E, por algum outro milagre, aqueles moleques todos pararam de te bater e se afastaram. A igreja foi esvaziada. Você não chorou porque não teve tempo para isso. Você apenas sentia uma enorme dor na cabeça e percebia que um de seus dentes da frente estava mole, sabia que poderia perdê-lo e por isso evitava passar a ponta da língua nele. Você foi levado algemado para uma delegacia. Foi a primeira vez que você sentiu o ferro frio de uma algema nos pulsos. Ao seu redor, pessoas te xingavam e te chamavam de ladrão e ainda diziam que daquela você não escaparia. Somente na delegacia as coisas foram esclarecidas: você havia sido confundido com um bandido. (Acharam que você tinha roubado o boné de um daqueles moleques). E ser confundido com bandido vai fazer parte da sua trajetória. E você vai custar a compreender por que essas coisas acontecem” (TENÓRIO, 2020, p. 17-19).

o cabo Matos passa um rádio de verificação de documentos. *A gente tava indo pra escola*, um dos garotos responde. *Cadê a mochila?*, ele pergunta. Hoje é dia de passeio, não precisa de material. Após uma série de perguntas eles comprovam que os meninos não devem nada. Em seguida os liberam. A segunda abordagem é mais tensa. É um carro. Um Gol. Quatro meliantes. Todos saem do carro. Todos são revistados, menos o rapaz branco. Na verdade, os policiais perguntam se está tudo bem com ele. Três negros com um branco num carro. É algo suspeito. Próximo do almoço ele liga para a esposa. Diz que está tudo bem, que só ligou para saber como ela estava. Desde que acordou daquele pesadelo pela manhã, ele se sente estranho. A terceira abordagem é feita de arma em punho. A chegada na vila é mais ostensiva. Enquanto circulam pela vila, Matos comenta: que merda isso, caralho. A gente ficar aqui procurando o filha da puta que matou o Maicon. Uma coisa que não dá pra entender, os caras que mais estão na cadeia são os pretos, a gente vai lá e vê que são a maioria. Aí vêm essas porras de direitos humanos pra nos quebrar. Essa gente não sabe o que a gente passa. Já se foram três semanas e ainda não achamos o cara. Agora a barca entra no meio da vila. Estão atrás de qualquer coisa que os leve ao assassino do Maicon. A cada hora que passa, a vontade de vingar a morte do colega cresce. No fim do dia, eles voltam para o batalhão. Na verdade eles já haviam ultrapassado o número de abordagens. Ele chega em casa, a mulher e os filhos já estão dormindo. Ele está cansado, mas tem receio de dormir e ter o mesmo pesadelo. Ele vai para o banho. Tenta relaxar. Amanhã eles voltarão à vila, mas ele é escalado para outro horário. À noite, as abordagens costumam ser mais tensas, porque sempre há a possibilidade do confronto. Ele vai para a cama e logo em seguida adormece. Às três e meia da madrugada sente a garganta seca, ofegante [...] (TENÓRIO, 2020, p. 174-175).

No dia seguinte, o professor Henrique voltava para o seu apartamento meio-satisfeito com suas aulas e com a inspiração de levar Kafka, Cervantes, James Badwin, para ler com seus alunos e alunas. Pedro escreveu para Henrique:

E você nem percebeu quando os reflexos vermelhos de uma sirene bateram na parede de um prédio próximo a você. Nem percebeu a aproximação de uma viatura da polícia, e também não percebeu quando eles pararam o carro ao seu lado. Você só se deu conta do que estava acontecendo quando um deles falou mais alto e disse para você parar. Era uma abordagem. Sua cabeça ainda estava na sala de aula, ainda estava em Dostoiévski. Ele gritou para você parar. Gritou para você ir para a parede. Mas você não escutou ou não quis escutar. Ele e os outros policiais estavam nervosos, era só para ser mais uma abordagem de rotina. Só isso, vamos, porra, colabora. Mas você não estava se importando mais com a rotina deles. Ele gritou novamente para você ir para a parede, ele já estava te apontando a arma. Mas para você já não fazia diferença, porque daquela vez eles não iam estragar tudo. Vocês tinham de estar lá. Vocês tinham que ver a cara deles quando comecei a ler, vocês tinham que ver o silêncio deles, vocês tinham que vê-los prestando atenção. Vocês tinham de conhecer o Peterson, tinham de ouvir o que ele tinha para dizer sobre o livro. Então, você abriu a pasta, ignorando os gritos do policial, os gritos de larga a pasta, porra. Você ignorou porque agora era a sua vez. Era a sua vez de ditar as regras. E a regra, agora, era seguir seu movimento, colocando a mão dentro da pasta. O primeiro tiro pegou no seu ombro, e foi como se você tivesse levado uma pedrada forte. O segundo foi no peito, dilacerante, uma dor difícil, não tão forte como as outras dores que tocaram seu corpo, mas ainda uma dor difícil. O terceiro foi dado por ele, pelo policial que vinha tendo pesadelos com homens negros invadindo a sua casa. Um tiro certo na tua cabeça. Os outros vieram simultaneamente. E a última

imagem que você viu, foi a lua-gema-de-ovo-no-copo-azul-lá-do-céu (TENÓRIO, 2020, p. 176 -177).

Ao recontar a história de Henrique, Pedro escreveu: “há nos objetos memórias de você, mas parece que tudo que restou deles me agride ou me conforta, porque são sobras de afeto” (TENÓRIO, 2020, p. 13). Os objetos são como lâminas de lembranças e da história de Henrique, recontada pelo seu filho Pedro. “Preciso arrancar a tua ausência do meu corpo e transformá-la em vida” (TENÓRIO, 2020, p. 183). Transformar o legado ausente em vida, em história. A história do policial e do professor Henrique é um caminho para que pensemos na relacionalidade social. Em uma história afetiva e efetual. Pedro diz para seu pai morto: “investiguei os teus afetos através dos meus” (TENÓRIO, 2020, p. 184). Tarefa de historiador/a: “reconstituir” afetos. Valorizar memórias e escrever ausências, que se constroem de forma relacional e criativa, invariavelmente.

Uma história de legados, ausências, heranças. Como se formou – se consolidou no tempo – a história de Henrique? Quais as relações, histórico-raciais, sobretudo, que possibilitaram a narrativa de Pedro? As cores da devoção resgatam, valorizando o avesso da pele, histórias de passados-presentes. Escritas da história sob a condição abolicionista da produção de conhecimento histórico no Brasil.

Os Livros de Actas das irmandades leigas da Vila de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX)

No dia 15 de setembro de 1869, no Consistório das Irmandades Conjuntas do S. S. e N. Sra. da Conceição da Vila da Cachoeira (do Sul – RS), entre as discussões sobre a execução e o planejamento financeiro das obras na Igreja Matriz, os irmãos e irmãs do S. S. e N. Sra. da Conceição deixaram escrito, entre as páginas do livro de *actas* da Irmandade, uma resolução sobre Pedro dos Santos, homem escravizado morto por um raio na Vila de Cachoeira. No livro de Actas das Irmandades ficou registrado que, naquele tarde de primavera do século XIX:

foi presente a mesa [aos irmãos e irmãs reunidas no consistório] um requerimento do Senhor Joaquim Correia d’ Oliveira instruído com documento provando haver falecido fluminense por um raio o escravo por nome = Pedro = deixado em verba Testamentaria pela finada D. Francisca Gomes dos Santos, a esta Irmandade a fim de prestar seus serviços pelo espaço de dois annos e tendo sido este escravo e outro alugados ao

peticionário a razão de R116\$000 por mez resolveo a mesa que fosse descontado o aluguel do dito escravo falecido da data de 17 de Janeiro até 15 de Dezembro do corrente anno cuja importância se acha incluída nas Letras que o referido Oliveira Firmou a esta Irmandade. (Livro de Actas das Irmandades, AHMCS, folha 43v.)

Os irmãos e irmãs trataram da morte do escravizado Pedro, fulminado por um raio, como mais um dos registros da gerência financeira, a *oikoeconomia* das irmandades. O que não fica escrito são as cores de Pedro, Joaquim, Francisca e demais irmãos e irmãs. O “escravo por nome = Pedro =”, individuo ficcionalmente feito como dado econômico, a finada Dona Francisca Gomes dos Santos, que morreu deixando Pedro para Irmandade, personagens que disfarçam, em seus papéis, suas cores e racialidades constituintes. É possível imaginar, pensando nas ausências das marcações, a presença incomoda da cor de Pedro, homem negro escravizado, morto por um raio em um acidente fatal. Pedro dos Santos, homem preto e escravizado, possivelmente virou “= Pedro =” no manuscrito das Irmandades do S. S. e N. Sra. da Conceição de Cachoeira, pois sua marcação racial aproximava também irmãos e irmãs reunidas nas irmandades das “elites” de Cachoeira. Escrever o “Preto Escravo”, gesto comum entre as elites do Brasil do século XIX, gesto impossível para incômoda e disfarçada branquitude da antiga Vila de Cachoeira (do Sul – RS).

É certo que toda pesquisa (empiricamente ancorada) em história social começa como um fio de lã que se desenlaça de um novelo. Seguindo seu caminho, desatando os pequenos nós, historiadores/as começam a desenhar os projetos de suas pesquisas. Os/as pesquisadores/as são surpreendidos pelos casos e acasos, os problemas da historiografia e os dilemas de lacunares biografias. Assim, entre as bordas e os bordados de uma disciplina, a pesquisa documental em história social se inventa. Comigo não foi diferente. Ao ingressar, como bolsista de iniciação científica, em 2017, no projeto: “Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)”, comecei o meu “bordado”. Assim, realizei, nos últimos anos, transcrições paleográficas integrais e análises quantitativas e qualitativas nos manuscritos produzidos e mantidos pela Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, custodiados pelo Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHMCS). E, ao final da minha experiência como graduando, pude encerrar minhas atividades de pesquisa iniciando uma nova investigação: a transcrição paleográfica do Livro de Atas da Irmandade conjunta do S.S e N. Sra. da Conceição – Padroeira da Vila da Cachoeira, manuscrito oitocentista

atualmente preservado no mesmo acervo documental dos manuscritos da Irmandade Negra de Cachoeira, no AHMCS.

No estudo que apresento neste capítulo, conheceremos dois documentos manuscritos originalmente produzidos por irmandades leigas, que tiveram como primeiras finalidades formalizar as ações e gerenciamentos de associações confrariais. Os livros que serviram como fontes primárias para esta investigação repousaram, portanto, durante suas primeiras utilizações, nos “*archivos*” das Irmandades de Cachoeira.⁶¹ Só depois de centenas de anos os documentos confrariais cachoeirenses passaram a pertencer a outro arquivo, e acumular outras funções: de ferramenta para pesquisa e ensino de história, e patrimonial de preservação da memória de uma localidade. Os livros de *actas* serviram originalmente como registros de resoluções e discussões ocorridas em Mesas de irmandades leigas, e suas estruturas relativamente iguais permitem análises comparativas nesta documentação.

Transcritos os manuscritos: *Livro de Actas da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira* (1843/1877) e *Livro de Actas das Irmandades Conjuntas do S. Sacramento e N. Sra. da Conceição da Cachoeira* (1853/1891), delimitamos o recorte temporal de 1856 a 1877, intervalo em que foram registradas resoluções de Mesas de ambas irmandades. As perguntas que buscamos responder foram: o que singulariza e unifica diferentes Irmandades Leigas que atuaram em um mesmo contexto histórico? Como funcionava a organização administrativa e a atuação de diferentes Irmandades Leigas? Assim, partimos para construção de bancos de dados, criando as seguintes categorias: “ano”, “mês”, “dia”, “Presidente da mesa”, “escrivão”, “tipo de resolução”, “observações”, “referência”. Todos eles alimentados com os dados originais da documentação, exceto os “tipos de resoluções”, para os quais criamos uma nova tipologia, visando agrupar resoluções em categorias mais amplas (financeiras, festivas, do cemitério, escrituração dos livros etc.).

Ao final da elaboração dos bancos de dados, criamos as seguintes tipologias de resoluções: “Cobranças/pagamento de devedores”, “Compra de objetos”, “Abertura e envio de Ofícios”, “Obras no Cemitério da Villa”, “Obras no Consistório da irmandade”, “Obras na Igreja”, “Organização dos Cargos da irmandade”, “Organização

⁶¹ No Livro de Actas das Irmandades Conjuntas do S.S e N. Sra. da Conceição Padroeira, após realizada o arrendamento da fábrica da Irmandade, ficou registrado que, “la vrando-se aucto [de arrendamento] em duplicata, assignados pela comissão e arrendatário, ficando em poder do mesmo, e o outro no archivo da Irmandade, de pois de ser lançado no livro das actas para a todo tempo consultar” (AHMCS, ff. 35v). Demonstrando a existência dos “*archivos*” das Irmandades e de uma das funções dos Livros de Atas: “para a todo tempo” serem consultadas as ações e resoluções referentes ao gerenciamento associativo.

das eleições”, “Organização das festas”, “Organização Financeira”, “Organização Alfaias”, “Posse da nova Mesa diretiva”, “Assistência à irmãos e irmãs”, “Aluguel de objetos para outras Irmandades ou terceiros”, “Alterações no Compromisso”, “Arrendamento da Fábrica da Irmandade”, “Contrato de Capelania” e “Ilegível”.⁶²

Foram 76 atas escritas pelas Irmandades Conjunctas do S.S. e N. Sra. da Conceição, e 63 pela Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos. Nestas atas, as Irmandades Conjuntas do S.S. e N. Sra. da Conceição descreveram 150 resoluções tomadas, e a Irmandade do Rosário dos pretos 102. Nos quadros abaixo, podemos verificar quais foram os maiores investimentos tomados pelas mesas das irmandades leigas de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX).

Quadro 3 – Resoluções tomadas pela Mesa do S.S. e N. Sra. da Conceição:

⁶² Exemplo: Do Livro de Atas da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos:

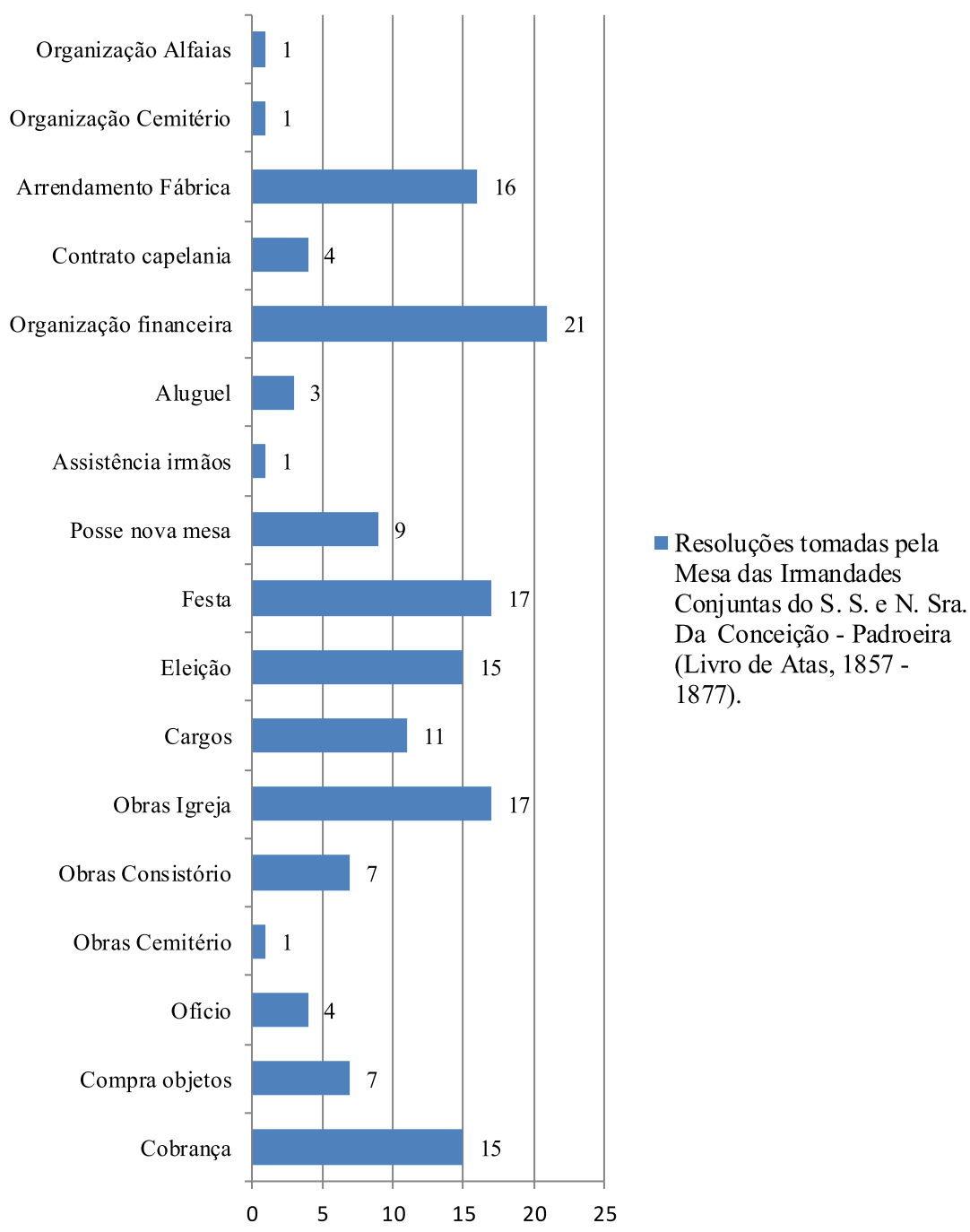
Ata de Resolução da Irmandade de **Nossa Senhora da Conceição**. Aos trez dias do mez de Novembro de mil oitocentos e setenta e dois annos, no Consistório da Irmandade de **Nossa Senhora do Rosário**, compareceu o Irmão Escrivão da Irmandade para na presente mesa servir de Juiz da mesma Irmandade, na ausência do Juiz Major **João Thomaz de Menezes**; passou aquele a nomear Escrivão o Irmão de Mesa **Antonio da Costa Rocha** para servir na presente sessão; Reunidos os Irmãos abaixo assinados, se deliberou que se fizesse a Festa de Nossa Senhora no dia 25 de Dezembro, e por isso se autorizou o Irmão Tesoureiro para fazer as despesas precisas com a dita festa. Não tendo mais nada a tratar Eu **Antonio da Costa Rocha** como Escrivão a ata escrevi e assina os Irmãos presentes. (AHMCS, ff. 58) Esse registro entrou na tipologia “organização da festa”.

Do Livro de Atas do S.S. e N. Sra. da Conceição – Padroeira:

Acta de Resoluções

Aos seis dias do mez de Dezembro do anno de mil oito centos setenta e dois **n’esta Cidade da Caxoeira** e no Consistorio **das Irmandades anexas do S. Sacramento e N. Sra. da Conceicao**, achando-se presente o Irmão mezarior abaixo assingados foi declarado pelo irmão Provedor ter por fim a presente reunião da meza a deliberação da factura de uma dúzia de opas para as Irmandades e resolveu a meza que se mandasse fazer e authorizado o respectivo thezoureiro o pagamento dos mesmos como for de mais conveniência ao interesse das irmandades. Não havendo mais nada a tractar-se foi por mim lavrada a presente acta que assigno, e perante mim os mais membros da Mêza” (AHMCS, ff. 63v). Esta resolução, por sua vez, entrou na tipologia “compra objetos”.

Resoluções tomadas pela Mesa das Irmandades Conjuntas do S. S. e N. Sra. Da Conceição - Padroeira (Livro de Atas, 1856 - 1877).



Das 150 resoluções tomadas pelas Irmandades Conjuntas do S.S. e N. Sra. da Conceição da Cachoeira, a maior parte foi classificada como organização financeira (14%), obras da Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição de Cachoeira (11%), e organização da festa (11%). O que envolvia o arrendamento das terras da irmandade, a compra e venda de apólices da dívida pública do Estado Imperial, a reconstrução de

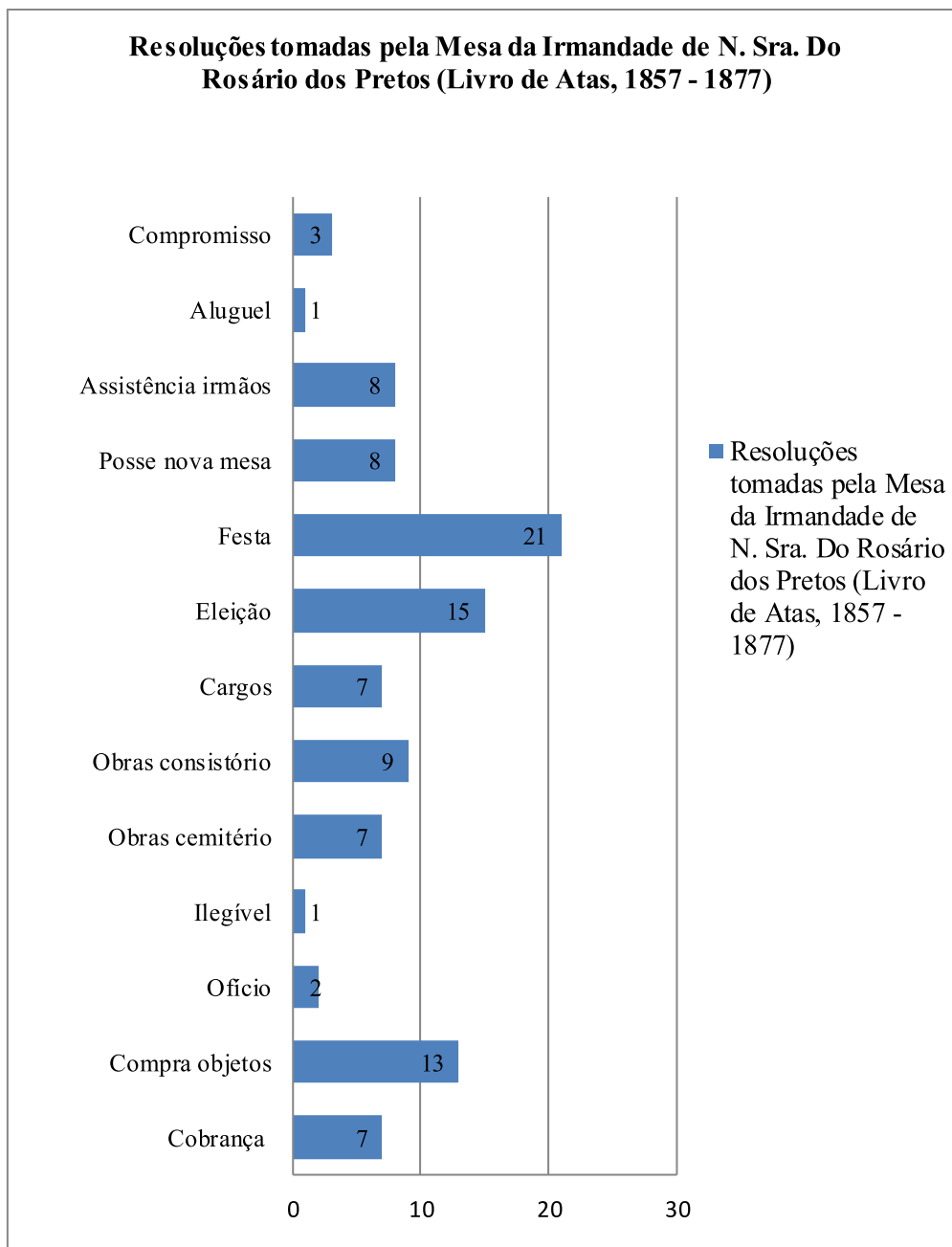
partes da Igreja Matriz, a organização de Festas, Procissões, Missas e Novenas, principalmente na Semana Santa, e nas homenagens ao Cristo morto.⁶³

No consistório da Igreja Matriz, reunidos os Irmãos do Santíssimo, normalmente ao fim da tarde, com a presença do Pe. Vigário da Vila, as reuniões que foram descritas no *Livro de Actas* tiveram como finalidade principal o engrandecimento dos cofres da Irmandade. Além da manutenção e expansão do prédio da Igreja e dos movimentos políticos e sociais da Vila, depois cidade de Cachoeira.⁶⁴

Quadro 4- Resoluções tomadas pela Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos:

⁶³ De acordo com Anderson José Machado de Oliveira (2011, p. 104-105), “o culto ao Santíssimo Sacramento originou-se na Idade Média, por volta do século XII, vindo a ser encarado pelos fiéis no mesmo patamar da devoção às imagens dos santos e as relíquias. Bastante estimulado pelo Concílio de Trento, sua difusão vinha a reforçar a importância conferida ao sacramento da eucaristia. Todavia, a exemplo do que acontecia no Brasil desde o período colonial, o culto não se pautou única e exclusivamente pela ortodoxia definida por Trento”. Nas festas e procissões das Vilas e Municípios brasileiros coloniais e imperiais, as irmandades do S.S. foram responsáveis pela manutenção da Igreja, e pelos festejos da semana Santa.

⁶⁴ “No Brasil colonial e imperial, as irmandades foram os grandes pilares de sustentação do culto [católico], firmando-se, precocemente, uma identidade entre” o Santíssimo Sacramento da missa católica “e os grupos de elite” (OLIVEIRA In: AMANTINO et al, 2011, p. 114). Os estudos de irmandades brancas do Santíssimo, de acordo com Oliveira (2016, p. 109), “podem ser caminho abertos para se pensar o significado” das irmandades leigas “enquanto um dos *locus* privilegiados” pelas elites para a expressão de projeções nos contextos de municipalidades coloniais imperiais brasileiras. Os estudos históricos sobre as irmandades brancas da elite questionam: “qual seria o significado específico de tal presença [confrária] no contexto da municipalidade? Os segmentos de elite nelas representados seriam os mesmos? O processo de construção de identidades, através da devoção, estaria demarcando algum tipo de diferença? Deve-se, neste sentido, levar em consideração que a religião conta com produtores” de diferentes tipos de mercadorias e relações de produção. “Teriam eles os mesmos interesses? Estariam representados da mesma forma” em diferentes instituições? (OLIVEIRA, In: AMANTINO et al, 2011, p. 114).



Das 102 resoluções tomadas pela Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos, a maior parte foi classificada como organização da Festa (20%), organização das eleições (14%) e compra de objetos (13%). No consistório da Irmandade do Rosário dos Pretos, as reuniões de Mesa aconteciam sem horário definido, talvez devido ao fato de que seus irmãos e irmãs, em maior parte escravizados/as, não conseguiram manter um horário fixo para os seus encontros. Chama atenção, também, o caráter assistencial da Irmandade do Rosário, já que boa parte das resoluções visaram auxiliar irmãos e irmãs que caíram em falência, ou padeceram de moléstias (7%). No consistório da Senhora do

Rosário dos Pretos, a preocupação e a ação em frente ao culto, as festividades, e as religiosidades, foram constantes. Na irmandade oitocentista do Rosário de Cachoeira, também foi constante a compra, restauração, aluguel, manutenção ou venda de mercadorias pertencentes ao universo sócio-devocional (Caixões, Tochas, Andores, tecidos e panos etc.). Nas *Actas* da Irmandade do Rosário, ficaram registradas cobranças de anuais e outras despesas, na mesma medida em que se registrou o auxílio aos irmãos e irmãs que padeceram de moléstia ou de miséria, na dura realidade de viver na franja meridional do império escravista brasileiro.

Os quadros que apresentamos evidenciam os diferentes funcionamentos de cada uma das Irmandades de Cachoeira. Na seção abaixo passaremos a elaborar conceitos que permitam uma análise qualitativa dos dados com os quais trabalhamos até aqui.⁶⁵

Uma análise relacional para os livros de actas de irmandades leigas:

A bibliografia sobre as Irmandades Leigas setecentistas e oitocentistas indica a existência de diferentes campos (ou nichos) de atuação *religiosa*, que poderiam variar (e se interpelar) entre uma *religiosidade cívica* desempenhada por parte das Irmandades das elites brancas e uma *religiosidade afro-católica* pelas Irmandades negras (BASTIDE, 1989), (OLIVEIRA, 2013). Aqui, ao pensarmos no grau zero da devoção, podemos atentar para a forma semelhante, os conteúdos similares entre os *Livros de Actas* de instituições leigas de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX). E questionar, em última instância, a própria distinção entre uma religiosidade *cívica* e uma *afro-católica*. Afinal, não era um interesse cívico (de busca por cidadania) que uniu os corpos-políticos de pessoas negras em torno da irmandade do Rosário dos pretos?

Um “mapa da exploração” capaz de evidenciar a “matriz de opressão” presente em diferentes instituições leigas cachoeirenses oitocentistas. Apesar das singularidades, as irmandades funcionaram, de acordo com os *Livros de Actas*, dentro de uma mesma lógica, ou matriz devocional: o catolicismo brasileiro, marcado por um paternalismo

⁶⁵ Ao passarmos para elaboração conceitual, cabe pensarmos no que é um conceito. Seguindo as indicações de Deleuze e Guattari (2010, p. 31), entendemos os conceitos como “centros de vibrações, cada um em si mesmo e uns em relações aos outros.”. Assim, “certamente, os novos conceitos devem estar em relação com problemas que são os nossos, com nossa história e, sobretudo com nossos devires”. “Se um conceito é ‘melhor’ que o precedente, é porque ele faz ouvir novas variações e ressonâncias desconhecidas, opera recortes insólitos, suscita um Acontecimento que nos sobrevoa” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 36). Tratando-se de nosso estudo, os conceitos ambicionam dar conta de uma abordagem que concilie a temática historiográfica das irmandades leigas com os estudos da história social da escravidão e da liberdade, do racismo e dos estudos sobre o pós-abolição no Brasil.

escravista hegemônico e senhorial.⁶⁶ Isto porque, as duas Irmandades funcionaram no espaço (material e burocrático) da Igreja Católica, ambas mantiveram consistórios na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (inaugurada em 1799), e foram subordinadas (mesmo que com diferentes graus de autonomia) as vontades dos Vigários locais. Os Vigários de Cachoeira, inclusive, foram os únicos membros que circularam (como Presidentes das Mesas) entre as duas Irmandades. O que não é o suficiente para supor que os Padres e os irmãos e irmãs de irmandades mantiveram sempre um relacionamento social amigável.⁶⁷

O grau zero da devoção acumula uma série de “categorias de análise”. Seguindo o modelo heurístico que os feminismos negros apresentam, a “matriz devocional” do catolicismo paternalista oitocentista misturou as categorias de “raça”, “sexo”, “cor” e “devoção” “condição social” etc., tornando-as indiscerníveis (COLLINS, 2016). Assim, o grau zero da devoção expressa o lugar em que as relações sociais inscritas nos *Livros de Actas* das Irmandades compuseram “posições de gênero racializado, de raça generificada, da sexualização das ideias raciais e da racialização das normas de gênero” etc. (BUTLER, 2019, p. 306). Não à toa que as mulheres, irmãs do Rosário e do Santíssimo de Cachoeira, não tiveram suas assinaturas inscritas nos Livros de Actas. Como escreveu João José Reis (2013, p. 72), as “irmandades de pretos e de brancos discriminavam politicamente a ala feminina. Impedindo as irmãs de desempenhar funções de mesa e mantendo cargos femininos com funções ‘apenas honoríficas’”. Podemos discordar de J. J. Reis (2013), lembrando que os cargos honoríficos eram de grande importância no culto simbólico e afro-católico escravista brasileiro. Todavia, o cerceamento da participação feminina evidencia as “armas clássicas do patriarcalismo”

⁶⁶ De acordo com o historiador E. P. Thompson (1984, p. 17), no texto *A sociedade inglesa do século XVIII: Luta de classes sem classes*, o paternalismo é um conceito que define “uma concentração de autoridade econômica e social” de um grupo em detrimento de outro, mas que também marca disputas e acordos, de deveres e responsabilidades. Assim, o paternalismo serve para designar uma dada configuração de relações histórico-sociais em que, “os poderes judiciais, sumários etc. [inclusive o religioso] estavam unidas em um só ponto”. Como é o caso da realidade histórica do Brasil escravista do séc. XIX, em que os/as senhores/as detinham amplo poder e privilégio sociocultural com relações a outros grupos. Porém, de acordo com Thompson, “devemos admitir” que o paternalismo é um termo “demasiado amplo para uma análise discriminatória”, pois diz-nos muito pouco sobre “o poder do Estado, sobre as formas de propriedade, sobre a ideologia e a cultura” etc. (THOMPSON, 1984, p. 17). Portanto, o paternalismo deve ser historicizado com o auxílio de outros conceitos correlatos, como o conceito de “modo de produção econômico”, “capitalismo”, “classe”, “gênero”, “sexo”, “raça” etc. Ver: MATTOS (2013) e CHALHOUB (2012).

⁶⁷ Ver o estudo sobre o Pe. João Batista da Mota Veloso: PACHECO (2020).

presente nas Irmandades, que chamamos aqui de grau zero da devoção (REIS, 2013, p. 72).⁶⁸

Além disso, as Irmandades leigas parecem ter funcionado em um modelo (uma matriz devocional) no qual as Irmandades negras deveriam se assemelhar, porém sem se confundir, com as Irmandades brancas. Um modelo de ambivalência, próprio da condição colonial/senhorial do moderno escravismo brasileiro. Pois, sem a irmandade do Rosário dos Pretos a Irmandade do S.S. e N. Sra. da Conceição não poderia ser reconhecida em sua razão hegemônica (BHABHA, 1998). No caso das irmandades leigas de Cachoeira, no documento municipal referente a construção do Cemitério da Vila, por exemplo, encontramos um bom exemplo de racialização e ambivalência das relações sociais.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e vinte sete Sexto da independencia do Imperio, aos vinte e hum dias do mez de Outubro do ditto anno nesta Villa Nova de **Sam Joam da Caxoeira** em o Consistorio da **Irmandade do Santicimo Sacramento** da Igreja Matriz da mesma Villa comparecerão os Irmaos das tres digo quatro irmandades do **Santicimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição** Padroeira, de **Nossa Senhora do Rozario dos Pretos**, e **Sam Miguel e Almas**, comvocadas pelo Illustricimo Doutor Provedor da Commarca **Candido Ladislau Japiassu** (PACHECO; HAACK; MOREIRA, 2020, p. 239).

A forma com que ficou assinada e marcada a cor da irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos, uma racialização que implica, de forma implícita, a não-marcação racial como norma das demais irmandades e identidades sócio-religiosas e raciais daquela localidade (VIANA, 2004). As outras irmandades leigas cachoeirenses poderiam ser de outras cores, porém não dos “pretos”. A razão hegemônica das irmandades leigas brancas brasileiras oitocentistas, implicada no grau zero da devoção, aparece, portanto, ao pensarmos nas cores da devoção.

Nas 91 folhas do Livro de Atas do S.S. e N. Sra. da Conceição de Cachoeira, não foi inscrita nenhuma menção as cores dos irmãos e irmãs da associação. Assim, é possível conjecturar, seguindo o que escreveu o historiador e sociólogo Lourenço Cardoso (2017, p. 184), que a Irmandade do S.S se configurou como um local ideal,

⁶⁸ De acordo com Andrews (2018, p. 98), “No Brasil, as irmandades religiosas católicas negras diferiam das confrarias brancas pela amplitude dos direitos das mulheres. Enquanto as mulheres brancas se juntaram às irmandades como dependentes de membros do sexo masculino e não possuíam poder de votação, as negras aderiram às irmandades como membros pagantes capazes de ‘arcar com esmolas elevadas na mesma proporção dos homens nos cargos correspondentes’. Não somente as irmandades, mas outras associações negras do período escravista e do pós-abolição funcionaram como importantes espaços de relativa autonomia negra e feminina. Ver: OLIVEIRA (2018) e PERUSSATTO (2019).

onde os “brancos não brancos” do Brasil puderam cultivar uma posição identitária de “dráculas” com relação a outras identidades sociais. As irmandades leigas brasileiras formaram corpos particulares de fé, e, na Vila de Cachoeira do séc. XIX., o corpo-irmandade do S.S. e N. Sra. da Conceição não refletiu as suas cores no espelho. Devoção branca, devoção socialmente “sem cor”. A irmandade do S.S., com seu vasto investimento em obras da Igreja, sua preocupação com a organização financeira etc. foi “um personagem sedutor” que possuiu um “corpo desejado”, mas que “não consegue se observar diante do espelho” (CARDOSO In: MÜLLER; CARDOSO, 2017, p. 184). Assim, os corpos sem marcação (o corpo particular da Irmandade branca e os corpos dos seus irmãos e irmãs) compuseram “a moeda corrente da branquitude normativa” (BUTLER, 2019, p. 286). Branquitude hegemônica patriarcal, católica e escravista, no caso do Brasil imperial oitocentista.

Nas 61 folhas do Livro de Atas da irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos, entre 1856-1877, apenas uma vez a cor apareceu como protagonista de uma resolução.

A vista da deliberação da irmandade oficiou-se ao Reverendo Parrocho para que caso quizesse assistir a dita eleição que se hia proceder comparecesse no Consistorio onde se achava reunida a corporação da irmandade mandando o officio pelo o andador da Irmandade o qual trouxe por resposta que não comparecia por ser a irmandade de pretos e outras palavras emsultantes a vista do que a irmandade deliberou a proceder-se a eleição com ausencia do mesmo Parrocho, do que tudo dou fé eu escrivão **Francisco das Chagas Lima** que escrevi. (1º Livro de Actas da Irmandade de N. Sra do Rosário dos Pretos, AHMCS, ff. 36).

Interessante percebermos este momento, no qual a estabilidade da cor da Irmandade do Rosário dos Pretos é rompida por uma atitude preconceituosa por parte do padre Vigário de Cachoeira.⁶⁹ Para além da análise particular do caso de preconceito e da afirmação racial da irmandade do Rosário dos Pretos de Cachoeira, podemos notar como a palavra “pretos” foi utilizada, no *Livro de Atas*, talvez para demarcar o nexó político de uma sociabilidade racializada (ROSA, 2019).

Por fim, podemos ouvir os silêncios, os não-ditos da documentação do *Livro de Atas* da Irmandade do Rosário dos Pretos de Cachoeira? Tendo em vista a ambivalência colonial/senhorial em que as irmandades estavam inseridas, nos perguntamos: pode a Senhora do Rosário dos Pretos falar? Para ouvir os silêncios da devoção, ao contrário de uma busca incessante por transparências documentais de experiências exercidas pelos

⁶⁹ Ver a análise pormenorizada do caso em: PACHECO; HAACK; MOREIRA (2020).

irmãos e irmãs do Rosário dos Pretos, seguimos outro caminho, que envolve examinar os interstícios da linguagem documental, as margens do que os *Livros de Entrada* permitiram e permitem (re)inscrever.

Podemos perceber, através dos “não-ditos” da documentação, os momentos em que a devoção a senhora do Rosário dos Pretos extrapolou a linguagem documental do Livro de Atas? Podemos seguir o caminho apontado por Spivak (2010, p. 82), de realizar um trabalho arquivístico, historiográfico, crítico-disciplinar, que envolva a tarefa de “medir os silêncios”, ao invés de “unificar as vozes”? Pois, nem todas as vozes da devoção ao Rosário puderam ser escritas no Livro de Atas. E, se este documento marca um lugar de autonomia relativa, não quer dizer que não tenha sido também um lugar de violência epistêmica, em que um saber autorizado silencia outro, subalternizado.

A meza deliberou mais em consequencia da immoralidade que efetivamente há atrás da Igreja, na entrada de seu Consistorio como o pouco asseio que nesse lugar se pode conseguir, a meza deliberou, por unanimidade de votos, fazer-se os muros com um Portão para evitar assim o que é impróprio, fazendo sciente a **Irmandade do Santíssimo Sacramento**, e pedindo-lhes a permissão para essa obra, e sua aprovação, e do Ilmo. Senhor Reverendo Vigário e nada mais avendo a deliberar deo-se por concluída. Eu **Francisco Rodrigues Trilha**, suprimdo a falta do Escrivão interino, lavrei a presente acta que assgino (1º Livro de Actas da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos. AHMCS, ff. 40v).

É de se questionar a “immoralidade” de que tratou a *acta* acima. Talvez as danças, cerimônias, os batuques da carnavalização negra da religião dos brancos seja a causa da censura (REIS, 2013). Palavras, gestos e atos da devoção a Senhora do Rosário que não puderam ser descritas no *Livro de Actas* desta associação. Indício de que devemos relativizar, portanto, a transparência das ações das Mesas como veículos diretos para às ações e intenções exercidas pelas pessoas e famílias negras daquela localidade. De fato, a Irmandade do Rosário dos Pretos pode falar, porém, devemos ouvi-la também através dos seus silêncios. O que precede e excede qualquer escritura.

Diferente de um relato de pesquisa como o resgate de raridades passadas, por fim, este capítulo se preocupou com a construção metódica de um caminho de investigação relacional às irmandades leigas. Assim, reconstituímos, em linhas gerais, uma parte da história administrativa de duas Irmandades leigas brasileiras oitocentistas, e buscamos aproximar a temática das Irmandades leigas dos estudos sobre a história social da escravidão e da liberdade, da raça e do campo do pós-abolição no Brasil.

Dessa forma, com base na construção conceitual de tipologias de “ações” decididas ou/etomadas durante as reuniões das Mesas das irmandades de Cachoeira, descritas nos Livros de Actas (AHMCS), foi possível investir na criação de conceitos que promovem renovações na temática historiográfica das Irmandades leigas oitocentistas.

A guisa de conclusão, pensando nas novas formas de escrita da história, é possível sugerir que, se a história social gosta de criar/encontrar seu mundo com um microscópio, devemos admitir que suas lentes são embaçadas, turvas. A visão da história é costurada, bordada, embaraçada em romelos de arquivos (e teorias) que misturam diferentes e fraturados tempos. E isso é ótimo, pois possibilita novos e desafiantes caminhos de interpretação e pesquisa.

5. Considerações Finais

Como seria uma história escrita por mãos negras? Faz muito tempo, foi a historiadora Beatriz Nascimento (2021) quem levantou a questão. Porém, ainda hoje é importante recordá-la. Mesmo após a relativa abertura das universidades, é a supremacia dos corpos e pensamentos brancos que se faz presente. Pensar nas cores da devoção, nos *archivos* das irmandades, nos usos de diferentes confrarias, acreditamos, faz parte de um movimento contestatório, político, acadêmico e público. Nossa história só se fez possível graças às histórias de Beatriz do Nascimento, de Lélia Gonzalez, de Conceição Evaristo, Toni Morrison, Jeferson Tenório, tantos outros autores e autoras negras.

Neste trabalho, movidos pelos estudos pós-coloniais, pós-abolicionistas e críticos da branquitude, chamamos a supremacia acadêmica branca, na área da história, de branquitude historiográfica. Não oferecemos, porém, grandes sistematizações conceituais ou genealogias sociais do fenômeno que é a branquitude historiográfica. Sentimos, ainda assim, sua presença. Ao revisitar a bibliografia sobre as irmandades leigas, e encontrar marcadas apenas as cores pretas, pardas e negras. Ao enfrentar o repúdio de historiadores e historiadoras ao conceito de raça/racialidade, fundamental para o estudo da sociedade brasileira. Ao olharmos no espelho, por fim, e fitarmos olhares brancos quase-invisíveis (mas hegemônicos), presença ausente e violenta na historiografia nacional.

Por que somente as irmandades negras têm cor, nos documentos e na historiografia? Foi esta pergunta que mobilizou nossa investigação. E, nos últimos dois anos, pensar na marcação das cores em manuscritos e escritos de história sobre as irmandades leigas nos levou a vários tipos de respostas.

Nas primeiras páginas deste trabalho, retomamos nossa trajetória investigativa e situamos nosso lugar de fala e produção, explicitando as condições de emergência da nossa problemática de pesquisa. A introdução à história do projeto firmou um convite para que iniciássemos uma caminhada com as irmandades leigas. Assim, em uma revisita aos estudos históricos sobre as irmandades leigas, no capítulo II, estabelecemos as linhas gerais de entendimento de um conjunto de trabalhos (os estudos históricos sobre as irmandades leigas). Na revisita aos estudos históricos sobre as irmandades

leigas, apresentamos nossa abordagem e a tradição (que nos constitui) da qual nós partimos: a história social brasileira contemporânea. No capítulo III, sobre os *archivos* e a escritura nas irmandades leigas, trabalhamos com a documentação primária que formou o *corpus documental* desta investigação. Discutimos o estatuto do arquivo, as formas de abordagem dos *archivos* confrariais pela historiografia brasileira, e o potencial efetual e transformativo dos livros das irmandades leigas no tempo contemporâneo. O último capítulo, sobre os *livros de actas* das irmandades cachoeirenses, por fim, apresentou uma análise empírica e a formulação de conceitos e hipóteses sobre os usos e as distinções de cores/raças presentes no universo confrarial. Frente à percepção da ausência de menção a cores na leitura e análise do Livro de *Actas* da irmandade do S.S, por exemplo, aventamos a hipótese de que a invisibilização das cores surgiu como uma espécie de privilégio associado às condições de branquitude hegemônica do Sul do Império do Brasil oitocentista.

Como resultado de nosso trabalho, buscamos criar pontes, aproximar paragens, diluir fronteiras. A história social e os estudos críticos da branquitude, o pós-abolição e o pós-colonial. A tradição que nos constitui, no entanto, é bem delimitada. Partimos de uma abordagem arquivística e microanalítica, do campo da história social brasileira contemporânea. Buscamos reforçar o diálogo com as experiências sociais inscritas nos documentos, um diálogo qualificado, entre teoria e empiria. Afinal, os documentos nos dizem algo? Podemos ouvi-los? Eles falam, ou somos apenas nós, aqui, quem falamos por eles? Não oferecemos respostas. Apostamos, contudo, no diálogo com o passado, no trabalho com os arquivos. Talvez os documentos sejam mudos, ainda assim podemos ouvir os seus silêncios. Os documentos são cheios de filtros e chegam até nós distorcidos? Com certeza, mas nossas elucubrações teóricas também são uma espécie de filtro e também provocam as suas particulares distorções.

Esperamos, por fim, que os ruídos produzidos por essa pesquisa possam ressoar, tornando-se potência.

FONTES

Acervo das Irmandades. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul, AHMCS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha; VAINFAS, Ronaldo. Entrevista com João José Reis. *Religiosidade, rebelião e identidade afro-baiana*. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001, p. 255 -260.
- ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados**. Escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Tese (doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALMALEH, P. ; CRUZ, L. . 'É uma negra feiticeira, mulher ruim': Relações de Gênero, Raça e Masculinidade. Análise de um processo-crime, 1918 (Santa Maria, RS). **HISTÓRIA EM REVISTA (UFPEL)**, v. 24/2, p. 163, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ALTHUSSER, Louis. **Iniciação à filosofia para os não filósofos**. São Paulo: Editora WMF, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. São Paulo: Vozes, 2008.
- ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. **Operações historiográficas em Arquivos?** Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, 2019.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- AMARAL, Sarah. **Entre as malhas repressivas e o sistema de justiça: os significados da cor em contextos de criminalidade na cidade de Porto Alegre (1935-1941)**. Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2018.
- ANDREWS, Georg Reid; LA FUENTE, Alejandro de. (orgs) **Estudos Afro-Latino Americanos uma introdução**. Buenos Aires, CLASCO, 2018.
- AMBRA, Pedro. O lugar e fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez. **SIG Revista de Psicanálise**. Ano 8, Número 1, Jan-Jun/2019, p. 85-101
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Hé pois percizo que todos partilhem as fadigas da guerra**: Coleção Varela – Documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha, 1835-1845. São Leopoldo: Oikos, 2021.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BADIOU, Alain. **A aventura da filosofia francesa no século XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BARBOSA, Ana Carolina. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, abr/jun.2018, p. 88-114

- BARBOSA, Muryatan Santana Barbosa. **Guerreiro Ramos e o Personalismo Negro**. São Paulo: Paço editorial, 2015.
- BARIANI JR, Edison. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica**. São Paulo: ed. Unesp, 2011.
- BARTHES, Roland. **O Rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Rio de Janeiro, Livraria pioneira, 1989.
- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In CARONE, Iray; BENTO, Maria A. S. (Orgs.) **Psicologia social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BERGAMINI, Atílio; TIBURSKI, Eliete Lucia; BITTENCOURT, Icaro. Entrevista com Sidney Chalhoub. **Aedos**, v. 1, n. 1, 2008.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- BETHENCOURT, F.. **Racismos**. Das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BEZERRA, Danieli Machado. **Lacan para historiadores**. Curitiba: Appris, 2018.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOSCHI, Caio C. Um historiador nos dois lados do Atlântico, entrevista. Belo Horizonte: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 2013, p. 10 -17.
- BOSCHI, Caio Cesar. **Os leigos e o poder**. Irmandades leigas e política colonizadora nas Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSCHI, Caio. “Espaços de Sociabilidade na América Portuguesa e a historiografia brasileira contemporânea”. **Vária História**. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol. 22, nº 36, jul/dez 2006.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**. Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.
- BUTLER, Judith. **A força da não violência**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTLER, Kim & DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras**. São Paulo, Perspectiva, 2020.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, pp. 26-39, jul-dez. 2009.
- CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978)**. Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARDOSO, Lourenço Bento. **O branco ante a rebeldia do desejo**. Um estudo sobre branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: UNESP, 2014.
- CARDOSO, Lourenço. O branco não branco e o Branco-Branco. MÜLLER, Tânia M; CARDOSO, Lourenço (orgs.). **Branquitude**. Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaraí, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria A. S. (Orgs.) **Psicologia social do Racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CASTRO, Hebe. História Social. In C. F. CARDOSO; R. VAINFAS (orgs.). **Domínios da história**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 76 – 96.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**. Entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CERTEAU, Michel de. **A fábula mística**. Séculos XVI e XVII. Volume I. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**. O caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Al margen de Europa**. Barcelona: Tusquets Editores, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 15–46, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016, pág. 99-127.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 09-20, 2012.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSTA, Antonieta. **O Poder e as Irmandades do Espírito Santo**. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1998.
- DE LIBERA, Alain. **Arqueologia do Sujeito I**. O nascimento do sujeito. São Paulo: Editora Fap-unifesp, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Kafka**. Por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

- DELEUZE, Gilles; GUATTATTI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo.** Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo.** O campo do signo, 1945 – 1966 - vol. 1. São Paulo: Unesp, 2018.
- DUBOIS, W. E. B. **As almas do povo negro.** São Paulo: Veneta, 2021.
- ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios.** 1. Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Zaahar, 2006.
- ELMIR, C. P. **A história devorada.** No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004.
- ELMIR, C. P. . O enredo como categoria e como método de análise. In: Jurandir Malerba. (Org.). **História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica.** Petrópolis: Vozes, 2016, v. 1, p. 193-211.
- ELMIR, Cláudio P. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90** (ONLINE). (PORTO ALEGRE), v. 19, p. 67-90, 2012
- ELMIR, Cláudio. P. Carlos Teschauer: "um sacerdote riograndense". O elogio patronímico de Milton Valente no Instituto Histórico de São Leopoldo. In: Eliane Cristina Deckmann Fleck; Gizele Zanotto. (Org.). **Campo religioso sul-riograndense.** São Paulo: ANPUH, 2018, v. 1, p. 207-225.
- ELMIR, Cláudio. P. Polianteia do Padre Carlos Teschauer: entre vínculos intelectuais e religiosos. In: IV Jornadas Mercosul, 2016, Canoas. **Anais do IV Jornadas Mercosul.** Canoas: Unilasalle, 2016. v. 1. p. 828-838.
- ELMIR, Cláudio. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, s/n, 2011.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Rio de Janeiro: Palas, 2017.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Rio de Janeiro, Palas, 2017.
- FARGE, A. **O sabor do arquivo.** São Paulo, Edusp, 2009.
- FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. In. HOLLANDA, Heloisa B. (org.) **Pensamento feminista hoje.** Perspectiva decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 240-260.
- FLORES, Mariana. F. C. T. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: WMF, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FREUD, S. **O infamiliar e outros escritos.** Belo Horizonte: Autentica, 2019.
- GAY, Peter. **Freud para historiadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GENOVESE, Eugene D. **A terra prometida.** O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GILLOT, Pascal. **Althusser e a psicanálise.** São Paulo: Ideiais & Letras, 2018.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**. Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: ed. 34, 2012.

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. **Apropriações e comércio de terras na Cidade de Cachoeira no contexto da imigração européia (1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

GINZBURG, C. O inquisidor como antropólogo. In: **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 280-294.

GLISSANT, Édouard. **Eldiscurso antillano**. Habana: Casa de las Américas, 2010.

GLISSANT, Édouard. **A poética da relação**. São Paulo: Bazar do tempo, 2021.

GOMES, Â. M. C. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados.” **Revista Estudos Históricos**, 11.21, pp.121-128, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**. Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flavio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiência da emancipação**. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Flavio; DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**. Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRIGIO, Ê. “**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”. A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em história) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, [S. l.], v. 12, n. 31, p. 145–176, 2019.

GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História Social em Registros Paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

HAACK, M. C. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c.1850 – 1888)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HRUBY, Hugo. **Obreiros Diligentes e Zelosos Auxiliando no Preparo da Grande Obra: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Mestrado (Dissertação em História) - Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

HEYMANN, L. **O Lugar do Arquivo**. A construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012

HEYMANN, Luciana Q. O Indivíduo Fora do Lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, pp. 40-57, jul-dez 2009.

HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos**. Uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

hooks, bell. **Anseios**. Raça gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.

JABLONKA, Ivan. **¿Qué es la historia?** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Libros del CCK. Sistema Federal de Medios y Contenidos Públicos de Argentina, 2018.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporânea**. Manifiesto por las ciencias sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

JABLONKA, Ivan. Quando o historiador é pai e filho. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, maio/ago. 2020, p. 532-552.

JENKINS, Keith. **At the limits of history**. Essays on theory and practice. London and New York: Routledge, 2009.

Jornal do Povo. 2010. Fogo no túmulo de Santa Josefa. Cachoeira do Sul, 30 de set. p. 11.

JOYCE, Patrick. The end of social History? In JENKINS, Keith. (Org.) **The Postmodern History Reader**. New York: Routledge, 1997.

KELLNER, Hans. Language and historical representation. In JENKINS, Keith. (Org.) **The Postmodern History Reader**. New York: Routledge, 1997.

KLEINBERG, Ethan. **Haunting History**. For a deconstructive approach to the past. California: Stanford University Press, 2017.

KON, Noemi M.; ABUDI, Cristiane; SILVA, Maria L. (Orgs.). **O Racismo e o negro no Brasil**. Questões para psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto E. PUC-Rio, 2006.

KÜHN, Fábio. “Um corpo ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens terceiras no Rio Grande do Sul colonial. **História Unisinos**, São Leopoldo, v.12, n.2, p. 121-133, maio/ago, 2010.

LACAPRA, Dominick. **Historia en tránsito**. Experiencia, identidad y teoría crítica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACAPRA, Dominick. **History in Transit**. Experience, Identity, Critical Theory. London: Cornell University Press, 2004.

LARA, S. H.. Blowin in the Wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 12, 1995.

LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 12, 1995.

LARA, Silvia. **Campos da violência**. São Paulo: Vozes, 1995.

LARA, Silvia Hunould. **Fragmentos setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

- LAYTANO, D. 1995. O negro no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, 21(2), p. 187-201.
- LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Tese (Doutorado em História) – Campinas, Unicamp, 2004
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LEVI, Giovanni. **Microhistorias**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019.
- MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**. Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.
- MARCUSSI, Alexandre Almeida. **Diagonais do afeto**. Teorias do intercâmbio cultural nos estudos da diáspora africana. Dissertação (Mestrado em História Social) – São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.) **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2016
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada**. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- MARTINS, Jefferson Teles. Instituições culturais e redes de cooperação intelectual no RS dos anos 1920: o IHGRGS e o APERS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 158, p.219–226, 2020.
- MASSON, Jeffrey Moussaieffy **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess — 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- MOREIRA, P. R. S.. Aceite a benção e um apertado abraço de sua carinhosa Mãe. Escravidão, diásporas e a perenidade dos laços familiares (Porto Alegre, Salvador, século XIX). **AFROASIA**, v. 6, p. 98-148, 2021.
- MOREIRA, P. R. S. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo**. Experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforria - Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- MOREIRA, P. R. S.; CARDOSO, Raul Róis Schefer; PENNA, Rejane. **Hé pois percizo que todos partilhem as fadigas da guerra**. Coleção Varela. Volume 22 - Documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha, 1835-1845. [2. ed.; E-book]. 2. ed. São Leopoldo - RS: Oikos, 2021, 263p
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira: (in)visibilidade negra, devoção, memória e patrimônio. In: NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **Centros de documentação e arquivos**. Acervos, experiências e formação. 2ª ed. – São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 113-139.
- MOREIRA. P. R. S.; HAACK, Marina Camilo. O crime de Leopoldina. Relações familiares e resistência em um contexto de escravidão (Cachoeira, século XIX). **História UNICAP**. V. 3, 2016, p. 399-415.

- MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**. Ensaios, discursos e reflexões. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- _____. **A origem dos outros**. Seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- _____. **Amada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **A fonte da autoestima**. Ensaios, discursos e reflexões. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- NASCIMENTO, Álvaro P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. V. 29, n. 59, Rio de Janeiro, 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NEDEL, L; HEYMANN, L. **Pensar os arquivos**. Uma antologia. São Paulo: Editora FGV, 2018.
- NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História) - Brasília, Universidade de Brasília, 2005.
- NEGRO, Antonio L E. P. Thompson no Brasil: recepção e usos. **Crítica Marxista**, n.39, p.151-161, 2014.
- NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, junho de 2006.
- NEGRO, Antonio Luigi. E. P. Thompson no Brasil: recepção e usos. **Crítica Marxista**, n.39, p.151-161, 2014.
- NEGRO, Antonio; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, junho de 2006.
- NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870 – 1970)**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2018.
- O Correio. 2019. Vandalismo não dá tréguas e ataca a história de Santa Josefa. Cachoeira do sul, 18 de set. online. <https://ocorreio.com.br/vandalismo-nao-da-treguas-e-ataca-a-historia-de-santa-josefa/> Acesso em 20 de out 2021.
- OLIVEIRA, Anderson J. M. Devoção e hierarquias sociais: irmandades e elite macaense. In: AMANTINO, Márcia et al. (orgs.) **Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII e XIX)**. Rio de Janeiro: Apircuri, 2011.
- OSÓRIO, Helen. “Estancieiros” e” lavradores”: Rio Grande do Sul, século XVIII. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, UFRGS, n. 4 dez. 1995, p. 31-44.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 60-115, jun. 2006.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. As Irmandades dos homens de cor na América Portuguesa: à guisa de um balanço historiográfico. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**: Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 1-14, 2013.

PACHECO, H. et al. **Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul – RS)**: (in)visibilidade negra, devoção, memória e as artes da resistência. São Leopoldo: Oikos, 2020.

PACHECO, Henrique M. Corpos estranhos, ou incompreensões da fé: uma história religiosa sentimental. O caso do Pe. João Batista da Mota Veloso (Vila da Cachoeira – RS, Séc. XIX.). **Ofícios de Clio**. Revista Discente, v. 5, n. 9, 2020.

PACHECO, Henrique M. O "Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de N. Sra. do Rozario dos Pretos da Freguesia da Caxoeira" – RS, séc. XIX. In: GUILHERME, Willian D. (org.). **História e as práticas de presentificação e representação do passado**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 98 - 113

PACHECO, Henrique M. **O Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX.)**. Uma microanálise documental. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - São Leopoldo: Unisinos, 2019.

PADILLA, Guillermo Zermeño. História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850. **Almanack Braziliense**, n. 7, 2008, p. 5-25.

PENTEADO, P. Fontes para a história das confrarias: algumas linhas de orientação para uma pesquisa na Torre do Tombo. **Lusitania Sacra**, p. 151-180, 1995.

PERUSSATO, Melina K. **Arautos da Liberdade**. Educação e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c.1911). Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, 2018.

PERUSSATO, Melina K. Aurora da liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905). **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 431-452, maio/ago. 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade**. Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

PONCIANO, Katarina Aragão. O que enlaça o psicanalista na Escola de Lacan? **Stylus** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 32, jun. 2016, p. 219-223.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PROCHASSON, C. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 105-120, 1998.

PUREZA, Fernando C. Cruzando olhares: estabelecendo diálogos entre E. P. Thompson e Angela Davis. **Mundos do trabalho**, Santa Catarina. Vol. 11, p. 2-20, 2019.

QUINTÃO, Antônia A. **Irmandades Negras**: outro espaço de Luta e resistência (São Paulo: 1870- 1890). Annablume e FAPESP: São Paulo, 2002

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazer do tempo, 2019

RAMOS, A. da S. Entrevista com Ethan Kleinberg: Theory of History as Hauntology/Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia. **Historia da Historiografia**, n. 25, p. 193-212, 2017.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. *In*: RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, p. 215 – 240, 1995.

RAMOS, Andre da S. Ethan Kleinberg: Theory of History as Hauntology/Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia. **Historia da Historiografia**, n. 25, p. 193-212, 2017.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REGINALDO, Lucilene. "**Os Rosários dos Angolas**": irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese (doutorado em História) – Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

REIS, Adriana D. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, 6(2), 2017, p.11–28.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

REIS, J. J. Fontes para a História da morte na Bahia do século XIX. **Caderno CRH**, nº 15, 1991.

REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”. **Tempo**, n. 2.3, 1997, pp.7-33.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala e experiências de microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina et al. **Escravidão e cultura afro-brasileira**. Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Da crítica à história**: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação - 1925 a 1964. Tese (Doutorado em História) - Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**. História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Porto Alegre: Est Edições, 2019.

ROSA, Marcus Vinicius Freitas. O privilégio da cor: administração pública, racialização e identidades brancas no Brasil escravista (1808-1850). **30º Simpósio Nacional de História**. Recife/PE: Anais do Simpósio Nacional da Anpuh: sn, 2019.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória o esquecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário amoroso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

RUFER, Mario. El Archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura pós-colonial. In: GORBACH, Frida; RUFER, Mario (Coord.). **(In)disciplinar la investigación**. Archivo, trabajo de campo y escritura. México: Siglo XXI-UAM, 2016.

RUSSELL-WOOD, A. Aspectos da vida social das irmandades leigas da Bahia no Século XVIII. **Universitas**, [S. l.], n. 6/7, p. 189, 2007.

SALLES, F. T. **Associações religiosas no ciclo do ouro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Reflexão**, Campinas, v. 42, n. 2, p. 161-181, 2018.

SANTOS, Bruna Letícia O. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**: Maria Rita e a inteseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

SCARANO, J. **“Devoção e escravidão”**. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Brasiliana, 1978.

SCHELL, D. C. **Entre coleções e arquivos**. Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires, 1835-1852). 2018. Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **A arte de governar**. Redes de poder e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811-c. 1830. Tese (Doutorado em história) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**. Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) – São Paulo, Universidade de São Paulo: USP, 2012.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História: São Paulo p.297-325, v. 16, 1998.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?. **História da Historiografia**, Ouro Preto. Número 11. Abril. 2013. p. 173-189.

SILVA, Camila **Arquivo, história e memória**. O processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a Coleção Varela – AHRS, 1858/1936). Tese (Doutorado em história) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS, 2019.

SILVA, Fernanda O. da. **As Lutas Políticas nos Clubes Negros**. Culturas Negras, Racialização e Cidadania na Fronteira Brasil-Uruguaí no Pós-Abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SILVA, Gillian E. F. **Espaço, Poder e devoção**. As irmandades religiosas da fronteira oeste da América portuguesa (1745-1803). São Paulo: Paço editorial, 2019.

SILVA, Lucia Helena de Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Pensando a diáspora atlântica. Dossiê escravidão e liberdade na diáspora atlântica. **História** (São Paulo) v. 37, 2018, p. 1-11.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. "O Passado esta Prenhe do Futuro". A Escrita da História no IHGRS (1920-30). Dissertação (Mestrado em História) - Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 2008.

SILVEIRA, Rodrigo Dias. Arquivos: memória e construção dos direitos humanos e porvir democrático. **Revista do Arquivo**, Ano II, n. 5, APESP, 2017.

SLENES, Robert W. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p. 48-67, 1992.

SLENES, Robert W. "Brazil". In: **Oxford Handbook on Slavery in the Americas** (Oxford History Handbooks), Robert L. Paquette e Mark M. Smith, orgs. New York: Oxford University Press, 2010, pp. 111-133.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza. Política sem cidadania: eleições nas irmandades homens pretos, século XVIII. In: CARVALHO, José M. de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.) **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SÔNEGO, Aline. "**Sob a condição que continue nossa companhia**". As décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município Rio-grandense (Cachoeira 1871/1889). Dissertação (Mestrado em história) – Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2011.

SOUZA, Laura de Mello. escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 133-146, 1989.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação de Rei Congo. Minas Gerais, Editora UFMG, 2002.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

STOLER, A L. Os arquivos coloniais e a arte da governança. In: NEDEL, L. HEYMANN, La. **Pensar os arquivos: uma antologia**. São Paulo: Editora FGV, 2018. p. 207-236.

STOLLER, A. L. **Along the archival grain**. Epistemic anxieties and colonial common sense. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

SWEET, James H. **Recriar África**. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa, Edições 70, 2007.

TAVARRES, M. D. **Irmandades, Igreja e devoção no sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

TENÓRIO, Jefferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer., **Tradición, Revuelta y Conciencia de clase**. Barcelona: Ed. Critica, 1984.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**. O poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016

VENDRAME, M. I. et al (orgs). **Ensaio de Micro História**. Trajetória e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VIANA, Iamara da Silva; RIBEIRO NETO, Alexandre; GOMES, Flávio. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 155-178, 2019.

VIANA, Larissa. **O Idioma da Mestiçagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VIDE, S. M. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

WEIMER, Rodrigo. O que se fala e o que se escreve Produção de presença e consciência histórica em uma família negra no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Varia História**, vol. 31. n. 55, p.221- 251, 2015.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 [4], p. 103-122, 2002.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a Imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora Edusp, 1991.

XAVIER, Giovana. **Você Pode Substituir Mulheres Negras como Objeto de Estudo por Mulheres Negras Contando sua Própria História**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

YATES, Francis A. **A arte da memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ZALLA, Jocelito. **A invenção de Simões Lopes Neto**. Literatura e memória histórica no sul do Brasil. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2018.